



**A relação entre Caso e definitude no
Hebraico: O *Construct State* e a
Marcação Diferencial de objeto**

Rafael Minussi

Série: Produção Acadêmica Premiada

Série: Produção Acadêmica Premiada

RAFAEL DIAS MINUSSI

A relação entre Caso e definitude
no hebraico: o *Construct State* e a
Marcação Diferencial de Objeto



São Paulo, dezembro 2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITOR: Prof. dr. Franco Maria Lajolo

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DIRETOR: Profa. dra. Sandra Margarida Nitrini
VICE-DIRETOR: Prof. dr. Modesto Florenzano

SERVIÇO DE EDITORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
Helena Rodrigues MTb/SP 28840
Diagramação: José Antônio Barbosa

COMISSÃO DE PUBLICAÇÃO ON-LINE
Presidente: Profa. dra. Sandra Margarida Nitrini

MEMBROS

DA - Profa. dra. Rose Satiko Gitirana Hikiji
DCP - Prof. dr. Bernado Ricupero
DF - Prof. dr. Vladimir Safatle
DH - Profa. Mary Anne Junqueira (titular)
DH - Prof. Rafael de Bivar Marquese (suplente)
DL - Prof. dr. Marcos Lopes (titular)
DL - Profa. dra. Luciana Raccanello Storto (suplente)
DLCV - Prof. dr. Waldemar Ferreira Netto
DLM - Profa. dra. Roberta Barni
DLO - Prof. dr. Paulo Daniel Elias Farah
DS - Profa. dra. Márcia Lima
DTLLC - Prof. dr. Marcus Mazzari
SCS - Dorli Hiroko Yamaoka
STI - Augusto Cesar Freire Santiago

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo

M625	<p>Minussi, Rafael Dias A relação entre caso e definitude no hebraico : o Construct State e a marcação diferencial de objeto / Rafael Dias Minussi. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2010. 189 p. -- (Produção acadêmica premiada)</p> <p>Originalmente apresentada como dissertação do autor (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, sob o título "A relação entre caso e definitude no hebraico : o Construct State e a marcação diferencial de objeto", 2008. ISBN 9788575061848.</p> <p>1. Literatura hebraica. 2. Morfologia. 3. Gerativismo. I. Título. II. Série.</p> <p>CDD 492.45</p>
------	---

A Deus, que nunca me abandonou nos momentos mais difíceis.

Aos portadores de EM, que sempre me transmitiram a esperança e o desejo de viver.

Aos meus pais, Paulo e Teresinha, porque sempre estiveram do meu lado. Eles são o meu exemplo.

Sumário

Agradecimentos	9
1. Introdução	15
2. Sobre a língua hebraica	23
2.1 Características da língua	25
2.1.1 O artigo definido: do hebraico bíblico para o hebraico moderno	26
2.1.2 O Caso construto: do hebraico bíblico para o hebraico moderno	31
3. Sobre o free state, o construct state e os compounds: descrição preliminar dos dados	33
3.1 o free state e o construct state: semelhanças e diferenças	33
3.2 o construct state e os compounds: semelhanças e diferenças	44
4. Pressupostos teóricos	55
4.1. Sobre a definitude	55
4.2 sobre a teoria do caso	58
4.3 a morfologia distribuída	63
5. O construct state e os compounds: uma análise morfossintática	69
5.1 os compounds	69
5.1.1 A proposta de Pereltsvaig para os compounds	70

5.1.2	As noções de palavra	82
5.1.3	A Morfologia Distribuída e a noção de palavra	86
5.1.4.	O significado das coisas: raízes e listemas	87
5.1.5	A noção de conceito: Hjelmslev (1973)	90
5.1.6	As raízes hebraicas e o lugar do conceito.	94
5.1.7	Uma análise alternativa para os compounds: com quantas raízes um compound é formado?	96
5.1.8	A língua Miraña e os marcadores de classe se- mânticos.....	101
5.1.9	Algumas evidências para a análise: o deslocamento da definitude, a marcação do plural, a não existência de compounds nas línguas semíticas.	105
5.2	O construct state	108
5.2.1	O caso do Caso genitivo no CS: observações em relação ao Caso genitivo do inglês	108
5.2.2	A questão da definitude	112
5.2.2.1	A proposta de Borer (1999)	113
5.2.2.2	A proposta de Heller (2002)	120
5.2.2.3	A proposta de Danon (2001)	130
5.2.3	A proposta de um domínio de checagem prosódico: Siloni (2003)	134
5.2.4	A checagem de Caso e a operação de Agree: uma análise preliminar	140
5.2.5	O Princípio da Inserção tardia e a realização de Caso na Morfologia Distribuída	146
6.	A marcação diferencial de objeto.....	153
6.1.	Marcação diferencial de objeto e especificidade.	157
6.1.1	Contra uma análise de especificidade: Danon (2002)	161
6.1.2	A noção de especificidade revisitada: o Caso partitivo me e o CS.	162
6.1.3	O CS e o quantificador universal kol	167
6.2	A marcação diferencial de objeto e seus efeitos se- mânticos	171

6.2.1 A desambigüização dos CSs	172
6.2.2 A MDO como marca de aspecto	178
7. Conclusão	181
Referências bibliográficas	183

Agradecimentos

Começo estes agradecimentos pela pessoa que foi fundamental para a realização desse trabalho, minha orientadora Dr^a Ana Paula Scher. Obrigado Ana, pela confiança que depositou em mim desde a iniciação científica em 2004, pela coragem de me acolher como orientando e aceitar meu trabalho, que muitas vezes nos confrontava com questões difíceis, mas tais questões sempre eram uma oportunidade para o aprendizado. Obrigado por me ensinar a ser um pesquisador e se ainda não me tornei um bom pesquisador, não foi por falta de exemplo.

Agradeço à Prof^a Dr^a Eliana Rosa Langer que me apresentou a língua hebraica, ainda na graduação. Suas aulas e reflexões lingüísticas foram essenciais para a produção do meu projeto de pesquisa, para a escolha do tema e são as responsáveis por meu amor pelo hebraico.

Agradeço também a todos os professores do Departamento de Lingüística da USP.

À Esmeralda Vailati Negrão, pelas reuniões e pelo tempo disponível para discussão deste trabalho. Obrigado pelo incentivo à pesquisa e pelo exemplo de grande pesquisadora.

À Evani Viotti, que aceitou ser membro da banca e pelas valiosas contribuições na qualificação. Sua presença como pesquisadora crítica foi preciosa, desde minha primeira comunicação, ainda na iniciação científica.

À Márcia Cançado, que também aceitou ser membro da banca, pelas contribuições sempre pertinentes e que foram fundamentais para a clareza das idéias aqui expostas.

À Ana Muller e ao Marcello Modesto pelas aulas de Semântica e Minimalismo, respectivamente, na pós-graduação.

Aos funcionários do DL, Érica, Ben Hur e Robson, pela agilidade e dedicação no atendimento aos alunos, pela paciência e pela amizade.

À FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), pela bolsa concedida, processo nº 6/05593-6.

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram com suas intuições para este trabalho. Não posso deixar de destacar a grande importância do Diego Raigorodsky. Obrigado pela agilidade, cuidado, atenção e tempo dispensado para responder os longos questionários. Em especial, obrigado pelo seu olhar lingüístico sobre os dados.

Quero dizer muito obrigado aos meus queridos colegas do DL e do GREMD (Grupo de Estudos em Morfologia Distribuída): Indaiá Bassani, Paula Gabbai Armelin, João Paulo Cyrino, Fabiana Baldim Lopes, Aline Garcia Rodero e Alessandro Boechat de Medeiros. Além disso, gostaria de destacar o apóio de quatro amigos que sempre estiveram presentes, e foram presentes, na minha vida acadêmica.

Obrigado Bianca Marquezi (Bia) pelas vezes que me ouviu quando eu estava “desesperado, pelo companheirismo nos congressos quando estávamos na iniciação. Nossa amizade é para sempre.

Obrigado Julio Barbosa (Julio), porque você foi um amigo de verdade. Obrigado pelas discussões sobre Sintaxe, GB, Minimalismo, sobre Morfologia Distribuída, resultativas, *Construct State*, hebraico, mas também pelo companheirismo no dia a dia.

Obrigado Juliana Pacheco (Ju), por sua amizade, seu companheirismo em todos os momentos deste mestrado. Agrade-

ço pelas discussões acadêmicas, pelas discussões fúteis, pelas risadas, pelos passeios ao parque de diversões, pelo passeio ao zoológico etc. Enfim, por me suportar.

Obrigado Sonia Rocha (Sô). Estamos juntos desde as aulas de hebraico na graduação e nunca mais nos separamos. Obrigado pelos estudos em grupo, pelas discussões acadêmicas, pelos cafés, pelas banalidades, pelas viagens, pelos passeios, pelas idas ao shopping, pela boa companhia, por sua grande amizade e carinho. Nossa amizade é eterna.

Há outras pessoas, de fora do meio acadêmico, a quem devo agradecer: Mariele, Karina e Marisa, minhas amigas e irmãs. Obrigado pelas muitas horas de alegria e conversa agradável que me proporcionaram, pela amizade, apoio e torcida. Sou mais feliz quando tenho vocês em minha companhia.

Aos meus *roomates*: Rodrigo, Carlos e Ana Paula. Obrigado por me tolerarem nos momentos de estresse.

Agradeço aos meus familiares, porque sempre me apoiaram, mesmo não entendendo muitas vezes meu trabalho. À minha tia Maria, em especial, pelas suas orações.

Aos meus pais, toda a minha gratidão pelo apoio incondicional. Eles são o meu oásis.

À minha querida e linda namorada Sueli Ramos (Su), pelo incentivo, pelas palavras doces, quando tudo perdia o sabor e pelo brilho do seu olhar que iluminava o meu caminho, quando tudo eram trevas. Obrigado.

Não tenhas nada nas mãos
Nem uma memória na alma,
Que quando te puserem
Nas mãos o óbolo último,
Ao abrirem-te as mãos
Nada te cairá.

Ricardo Reis

“A vida é um instante entre duas eternidades”

Teresa de Lisieux (1873-1897)

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é investigar a relação existente entre a marcação de Caso e definitude na língua hebraica. Para tanto, nos valem de um tipo de construção muito produtiva na língua em questão: o *Construct State*. Além disso, nos valem dos *compounds*, que são superficialmente semelhantes aos construtos e também da partícula *’et*, tomada como marcador de Caso acusativo ou um marcador de objeto (MO) pela gramática tradicional (Cf. GLINERT (1989)). Em (1)a), temos um exemplo de *Construct State* em que a definitude pode ser marcada apenas no segundo membro, como podemos perceber pela agramaticalidade de (1)b). Já em (1)c), temos um exemplo de *compound*, no qual encontramos a marca de definitude no segundo membro, como no construto. Em (1)d), temos um exemplo do uso da marca diferencial de objeto, que pode aparecer apenas quando o objeto é definido. O exemplo em (1)e) é agramatical, porque a partícula de definitude *ha-* não aparece¹.

¹ As abreviações das glosas variam no decorrer do trabalho. Isso se deve ao fato de não haver uma unificação da utilização das glosas nos autores estudados. Por exemplo, há autores que trataram o *’et*, o qual estamos chamando de marca de objeto (MO) nos exemplos em (1)d) e (1)e) de marca de Caso acusativo (ACC). Tentamos manter uma fidelidade às glosas dos autores, aos quais os exemplos pertencem. Outra variação na glosa, que podemos perceber no decorrer do trabalho, está na partícula *ha-*. Alguns autores a chamam de artigo definido e na glosa a identificam como *the*. Como o exemplo está traduzido

- (1) a) *beyt* *ha-more*
 casa.CS.m.sg DEF-professor
 ‘a casa do professor’
- b) **ha-beyt* *ha-more*
 DEF-casa.CS.m.sg DEF-professor
 ‘a casa do professor’
- c) *beyt* *ha-sefer*
 casa.CS.m.sg DEF-livro
 ‘a escola’
- d) *kaniti* *et* *ha-sefer*
 comprei MO DEF-livro
 ‘eu comprei o livro’
- e) **kaniti* ‘*et* *sefer*
 comprei MO livro
 ‘eu comprei o livro’

A questão que se coloca é a seguinte: como se estabelece a ligação entre a marcação de definitude e a marcação de Caso em algumas estruturas específicas como o *construct state* e os *compounds*? Algumas análises apontam que o *Construct State* forma um do-

para o português e a partícula *ha-* não apresenta características semelhantes ao artigo definido do português, optamos por colocar na glosa o lugar sintático ocupado por tal marca, ou seja, DET (determinante). Uma vez que, em nosso trabalho, consideramos o *ha-* como marca de definitude e não um artigo definido, em nossos exemplos, preferimos a glosa DEF (definido), como nos exemplos em (1). Ainda sobre as glosas, temos as seguintes ao longo do texto: (CS) *Construct State*; (m) masculino; (f) feminino; (pl) plural; (sg) singular; (prep.) preposição; DET (determinante); DEF (definido); PART (partitivo).

mínio para a checagem de Caso genitivo e apresenta Definitude Espreada, enquanto os *compounds* possuem a mesma estrutura superficial que os *Construct States*, mas são tratados, no modelo de Regência e Ligação, como lexicalizados. Esse tratamento sugere que os *compounds* não formam o mesmo domínio para checagem do Caso genitivo observado para os *Construct States*. Foi necessário, portanto, entender as especificidades de cada uma dessas construções do hebraico para que a relação entre marcação de Caso e definitude fosse esclarecida.

Além disso, procuramos efetuar uma análise unificada para a formação do *Construct State* e dos *compounds*, já que tais elementos nominais parecem possuir estruturas superficiais semelhantes.

Utilizando o arcabouço teórico da Morfologia Distribuída (MD) (Cf. HALLE; MARANTZ, 1993; HALLE, 1997 e MARANTZ, 1997), que propõe que não existam mecanismos gerativos de formação de palavras simples ou compostas, que possam ocorrer antes do componente sintático, procuramos responder as seguintes questões: (i) de que maneira a formação do *Construct State* e dos *compounds* ocorre na sintaxe, levando em consideração o traço de definitude?; (ii) que mecanismos sintáticos estão envolvidos? e (iii) quais são os traços morfossintáticos abstratos que estão em jogo? Por exemplo: o traço de definitude e o traço de Caso estão em jogo e estão visíveis durante a derivação sintática?

Como consequência, esta pesquisa faz reflexões sobre: a) como a definitude é marcada na língua hebraica?; b) qual o lugar ocupado pela partícula *ha-*, tomada como artigo definido na gramática tradicional?; c) a marca diferencial de objeto traz alguma contribuição semântica, já que ocorre apenas em sintagmas definidos?; d) a marca de objeto é sensível à especificidade? Temos estruturas diferentes para expressar relações genitivas no hebraico, uma vez que essas relações podem ser estabelecidas, tanto dentro de um *Construct State*, que pode ser considerada uma forma sintética, já que não apresenta a preposição, quanto dentro de um *Free State*,

que pode ser considerada a forma analítica, pois há a ocorrência da preposição. Em (2)a), temos um exemplo de *Free State* e em (2)b) um exemplo de *Construct State*.

(2) a) *ha-hafgaza* *šel* *ha-kfar*
DET-bombardeio prep DET-vila
'O bombardeio da vila'

b) *hafgazat* *ha-kfar*
bombardeio.CS.f.sg DET-vila
'o bombardeio da vila'

(SHLONSKY, 2004)

Assim sendo, esta pesquisa traz as seguintes hipóteses para as questões listadas acima:

1. Para dar conta da formação do *Construct State* e dos *compounds* na sintaxe, diferenciamos cada uma das construções e mostramos que elas, apesar de apresentarem algumas propriedades em comum, exibem também uma série de diferenças, tais como: (i) enquanto a marcação de pluralidade de um dos membros nos *compounds* pode não interferir na interpretação do todo, a marcação de pluralidade em qualquer membro do *Construct State* muda a interpretação do todo; (ii) a partícula *ha-*, que marca definitude, pode aparecer no primeiro membro dos *compounds*, mas não pode ocorrer no primeiro membro do *Construct State*. A observação desses fatos nos levou a propor que os *compounds* são formados a partir de uma única raiz abstrata e dois itens de vocabulário, enquanto o *construct state* é formado por duas raízes abstratas e dois itens de vocabulário. Dessa forma, discordamos de Pereltsvaig (s.d) que defende a idéia de haver uma

relação entre a morfologia concatenativa do hebraico e a presença de *compounds* nessa língua.

2. A fim de mostrar como a definitude é marcada na língua hebraica e qual o lugar do marcador de definitude *ha-*, propomos, com base nos trabalhos de Borer (1999), Danon (2001,2002) e Pereltsvaig (2006), que o *ha-* seja a realização morfológica de um traço [+def]. Sugerimos que há uma inserção tardia do item de vocabulário e seu posicionamento entre os membros do *Construct State* por meio de uma regra fonológica. Dessa forma, o lugar de ocorrência do item de vocabulário pode não estar ligado com o lugar em que o traço é interpretado.
3. Para explicar a atribuição de Caso dentro do construto e sua ligação com o fenômeno da Definitude Espreada, defendemos que a checagem de Caso é um subproduto da checagem de Definitude. Há um traço [α def] em D^o que precisa ser checado com o traço de definitude presente no nome. Checagem, neste caso, não significa apagamento, mas compartilhamento de traços (Cf. FRAMPTON; GUTMANN, (2000)) Dessa forma, contrariamos a proposta de Siloni (2003), a qual argumenta a favor da formação de um domínio prosódico de checagem de Caso no *Construct State*. Nossa análise também se apóia na proposta de Heller (2002), a qual diz que o *Construct State* inteiro possui a denotação de um grupo máximo ou mínimo de indivíduos no mundo, ou seja, a denotação de <e>, de forma que a estrutura sintática possui apenas um lugar para a checagem do traço [+def].
4. Para explicar a presença da partícula *’et* apenas em complementos definidos, propomos, seguindo McFadden (2004), que o componente morfológico insere traços de Caso tardiamente na estrutura que resulta da derivação sintática, antes

do *spell out* de material fonológico, por meio de regras. Dessa forma, 'et é a realização fonológica dos traços [+def, +inferior] em D°.

5. Sobre a Marca Diferencial de Objeto, propomos que tal marca é sensível à definitude e à especificidade. Nossa análise sugere que o *Construct State*, ao criar um grupo de indivíduos, crie um grupo de indivíduos específicos. No entanto, o tipo de especificidade gerada pelo *Construct State* não está ligada a um discurso prévio ou a um contexto (divergindo, assim, de Enç (1991) e Von Heusinger (2002)), mas ao contrário da definição desses autores, o construto cria entidades novas, ou seja, que não são familiares.
6. Quanto à contribuição semântica do 'et, ressaltamos duas análises: Danon (2002) e Arad (1996). Danon (2002) defende que o 'et contribua para desambigüizar construtos que possuem nomes do tipo *membership* na posição de núcleo. Arad (1996), por sua vez, sugere que o 'et, sendo uma marca de Caso acusativo, contribua para a interpretação télica de eventos.

Esperamos que este trabalho, ao se inserir, ainda que modestamente, dentro do projeto da Gramática Gerativa, possa contribuir para o avanço no desenvolvimento de tal teoria. Mais especificamente, esperamos ter contribuído para uma melhor descrição de alguns fenômenos da língua hebraica, particularmente, do fenômeno da definitude e da marcação de Caso.

O texto organiza-se da seguinte forma: no Capítulo 2, fazemos algumas reflexões sobre algumas características da língua hebraica como, por exemplo, seu renascimento como língua falada e fazemos uma comparação entre o hebraico bíblico e o hebraico moderno, no que diz respeito à marcação de definitude e ao *Construct State*; no Capítulo 3, descrevemos as características do *Free State*, *Construct State* e dos *compounds*; já no Capítulo 4, apre-

sentamos alguns pressupostos teóricos que norteiam a pesquisa, assim como o arcabouço teórico utilizado na pesquisa: a Morfologia Distribuída; por sua vez, no Capítulo 5, apresentamos uma análise sobre o *Construct State* e sobre os *compounds* e no Capítulo 6, discutimos a Marcação Diferencial de Objeto, além de temas como especificidade, partitividade e contribuição semântica do *'et*. Por fim, podemos encontrar as conclusões da presente pesquisa e as referências bibliográficas.

2. Sobre a língua hebraica

Sabemos, desde as primeiras aulas de lingüística, que as línguas mudam. No entanto, a mudança, na maior parte das vezes é natural, e ocasionada por fenômenos fonológicos e sintáticos já conhecidos e explicados. Durante anos, a lingüística ocupou-se dos estudos chamados diacrônicos, que se caracterizavam, até o *Curso de Lingüística Geral* de Ferdinand de Saussure, por encontrar semelhanças entre as línguas, traçando, assim, o itinerário das mudanças lingüísticas.

O hebraico, língua alvo deste estudo, caracteriza-se por uma história diferente das demais línguas, pois sua existência não tem por base invasões de territórios ou apenas mudanças lingüísticas, ocasionadas por fenômenos internos à língua. Na verdade, o hebraico moderno tem, como sua principal causa de existência, a força da ideologia e a necessidade que um povo tem de formar uma identidade nacional. Ora, como a história nos mostra, a língua é tida como o meio mais eficaz para a formação de uma identidade nacional e os ideólogos judeus sabiam disso muito bem.

A língua hebraica deixou de ser falada por cerca de mil e trezentos anos. As causas da interrupção da utilização do hebraico como língua falada, como sugere Rabin (1973), podem ser encontradas no fato de que, a partir do Exílio da Babilônia, grande parte do povo judeu falava outras línguas. Os judeus da Babilônia falavam o aramaico, e os do Egito falavam o grego durante o período helenístico. O hebraico continuou a ser falado somente na Judéia e

em algumas regiões um pouco mais ao sul. Embora esse hebraico falado estivesse longe de ser a língua da Bíblia, os judeus nunca deixaram de ler e escrever o hebraico através de todos os períodos do Exílio (70 Era Cristã (E.C.) a 1948).

Segundo Rabin (1973), é importante ressaltar que a literatura da Haskalá¹, além de colocar os alicerces do sionismo, também preparou o terreno para o renascimento do hebraico como linguagem diária, “elaborando ao máximo os meios de expressão do hebraico bíblico e adaptando-os para transformá-los em veículos de pensamento da era moderna”. No entanto, também como mostra Rabin (1973), foi exatamente o êxito da literatura do período da Haskalá no cumprimento das suas tarefas que apressou o seu fim, pois os seus conteúdos literários e sua linguagem, no final, já não satisfaziam as necessidades que a Ilustração Judaica despertara nos seus leitores. Havia, assim, uma escassez de recursos lingüísticos para expressar o pensamento moderno.

O espírito do nacionalismo europeu foi a causa das mudanças revolucionárias na mentalidade de um jovem judeu russo. Eliezer Ben Yehuda (Perelman) nasceu em 1858 na pequena cidade de Luzhki no norte da Rússia, numa família ortodoxa. Em 1878, começou a estudar medicina em Paris, pois desejava se preparar para imigrar para a Palestina. Segundo Rabin (1973), as idéias nacionalistas de Eliezer Ben Yehuda se esclareceram durante conversas com numerosos exilados políticos do leste Europeu que habitavam Paris. No início de 1879, escreve um artigo que se intitulava “Uma questão candente”, no qual argumentava contra aqueles que negavam a existência de uma nacionalidade judaica: “temos uma língua na qual podemos escrever o que quisermos e na qual podemos até falar se assim desejarmos”.²

¹ Ilustração Judaica

² Trecho retirado de Rabin (1973).

No século XIX, o hebraico era falado em Jerusalém e, em menor número, no resto da Palestina. Na Palestina, encontravam-se judeus de diversas comunidades: os aschkenazitas, que falavam ídiche; os sefarditas, que falavam árabe ou espanhol e também falavam o hebraico entre si, pois essa era a língua mais compreensível para todos. A organização Sionista Mundial ignorou por muitos anos o papel do hebraico como língua nacional. Entretanto, Ben Yehuda começou imediatamente a pôr em prática a idéia do hebraico falado em sua própria vida pessoal. Ainda em Paris, começou a falar o hebraico, aprendido de judeus da Palestina que tinham a pronúncia sefardita. Ao chegar à Palestina em 1881, percebeu que as pessoas sabiam responder às perguntas feitas em hebraico na mesma língua.

Ben Yehuda introduziu o hebraico nas escolas como língua de instrução. O próprio Ben Yehuda começou a ensinar “hebraico em hebraico” na escola da Alliance Israélite Universelle em Jerusalém. Entre 1900 e 1910, nasceram as primeiras crianças no seio das famílias que falavam somente o hebraico e que haviam sido educadas em hebraico, sem que para isso fosse feito nenhum esforço.

Na década de 50, foram feitas as primeiras tentativas de descrição científica do hebraico falado, como afirma Rabin (1973). O autor destaca que lingüistas de todo o mundo começaram a se interessar pela evolução do hebraico, o qual consideravam um laboratório experimental dos fenômenos da lingüística geral.

2.1 Características da língua

Segundo Rabin (1973), a análise de textos de jornal demonstrou que 60% a 70% das palavras usadas nos noticiários comuns são bíblicas, enquanto cerca de 20% são encontradas apenas na literatura *mischnaica* e a pequena percentagem restante é composta de termos de origem medieval e inovações modernas. Dessa for-

ma, parece importante que mostremos algumas características do hebraico bíblico e façamos uma breve comparação com o hebraico moderno, no que diz respeito à maneira como cada uma das línguas marca a definitude e ao modo como o Caso construto³ não se modificou na passagem do hebraico bíblico para o hebraico moderno.

2.1.1 O artigo definido: do hebraico bíblico para o hebraico moderno

Começemos com a descrição sobre o artigo definido no hebraico bíblico. A gramática do hebraico bíblico de Lambdin (2003) refere-se ao *ha-* como artigo definido, no entanto, ressalta que marcação de definitude se dá pela forma básica do artigo, que é o *ha-*, mais a geminação da consoante seguinte⁴. O artigo é anteposto ao substantivo que determina, como nos exemplos⁵ em (3). Não existe artigo indefinido, assim, *báyit* pode ser traduzido como ‘casa’ ou ‘uma casa’. O substantivo mais o artigo definido também são usados para expressar o vocativo.

- (3) a) *báyit* b) *habbáyit*
 ‘uma casa’ ‘a casa’

³ Caso construto é a terminologia utilizada para o hebraico bíblico para nomear o *Construct State*. Também se denomina assim o Caso que o nominal recebe ao ocupar a posição de núcleo da cadeia construta em oposição ao Caso absoluto, quando o nominal não ocupa a posição da cadeia construta.

⁴ O hebraico bíblico possui um sistema de vocalização com muitas regras para a escrita. Há, por exemplo, várias formas de se grafar o som [a] e cada forma obedece a uma regra. Assim, Lambdin (2003) irá descrever cada uma das regras para a vocalização do *ha-* no ponto em que descreve o artigo definido.

⁵ Nos exemplos, sejam do hebraico bíblico, retirados de Lambdin (2003), ou do hebraico moderno, retirados de Glinert (1989), mantivemos as transliterações dos autores, que, por sua vez, diferem da transliteração utilizada no decorrer do trabalho.

A gramática do hebraico moderno (Cf. GLINERT, 1989) inicia o tema da definitude e da indefinitude dizendo que o *ha-*, chamado de artigo definido, é prefixado às palavras e que não há artigo indefinido.

- (4) a) *ha-pítsa* b) *pítsa*
 DET-pizza pizza
 ‘a pizza’ ‘uma pizza’

No entanto, em nomes contáveis, os determinantes *éze* ‘algum’ e *eHad* ‘um certo’ podem ser usados para marcar a indefinitude.

- (5) a) *ani meHapes Haver*
 eu procuro amigo
 ‘Eu estou procurando um amigo’ (entendido como um amigo em geral e não específico)
- b) *ani meHapes éze Haver*
 eu procuro algum amigo
 ‘Eu estou procurando algum amigo’
- c) *ani meHapes Haver eHad*
 eu procuro amigo um
 ‘Eu estou procurando um amigo’

Entre algumas características da marcação de definitude no hebraico moderno que Glinert (1989) cita, destacaremos apenas aquelas que nos parecem mais importantes para o trabalho. Dessa forma, destacamos uma seção que trata de expressões que são definidas semanticamente, mas indefinidas gramaticalmente. Glinert (1989) mostra que, acompanhado de *oto* ‘o qual, o mesmo’, ou também do pronome demonstrativo *ze* ‘este’, o nome ‘definido’ pode, opcionalmente, ser tratado, gramaticalmente, como indefi-

nido. O gramático considera que o *et* (Marca de Objeto (MO)) é sensível à definitude gramatical⁶ que é expressa pelo *ha-*, que também expressa uma definitude que é semântica. No entanto, como veremos a seguir, elementos como os demonstrativos expressam apenas uma definitude semântica, pois o *et* não ocorre, segundo Glinert (1989), na presença de demonstrativos. Nos exemplos em (6)a) e (7)a) temos o *et* (Marca de Objeto (MO)) sempre com a presença do *ha-*; no entanto é possível termos a interpretação de definido sem a presença do *et* e do *ha-*, como mostram os exemplos em (6)b) e (7)b). Esse fato nos mostra que a interpretação de definido também pode ser dada pelo pronome demonstrativo, mas que tal interpretação é apenas semântica e não gramatical, uma vez que, sem o *ha-*, não há ocorrência do *et*.

(6) a) *hu lavash et oto ha-svéder*
 Ele vestiu MO mesmo DET-suéter
 ‘Ele vestiu o mesmo suéter’

b) *hu lavash oto svéder*
 Ele vestiu mesmo suéter
 ‘Ele vestiu o mesmo suéter’

(7) a) *hu lavash et ha-svéder ha-ze*
 Ele vestiu MO DET-suéter DET-este
 ‘Ele vestiu este suéter’

⁶ Assim como Danon (2001), Glinert (1989) assume que exista uma definitude gramatical e outra semântica. O *ha-* (marca de definitude) expressa uma definitude semântica e uma definitude gramatical, pois o *et*, uma partícula sensível à definitude gramatical, só aparece com o *ha-* e não com outros elementos que expressariam apenas uma definitude semântica.

- b) *hu lavash svéder ze*
 Ele vestiu suéter este
 ‘Ele vestiu este suéter’

Outros pontos de interesse para este trabalho que a gramática de Glinert (1989) destaca são: o posicionamento do *ha-*, as classes categoriais que podem receber o artigo, os locais em que o artigo pode ser apagado e as classes que permitem a incorporação do *ha-*.

Primeiramente, o autor da gramática destaca que, quando o núcleo do sintagma é definido, adjetivos, nomes ou determinantes que seguem o modificador devem ser precedidos por *ha-*, como ilustram os exemplos em (8)a-b-c). Apenas sintagmas preposicionados e orações relativas não recebem o *ha-*, como podemos observar em (8)d-e).

- (8) a) *ha-yéled ha-parúa*
 DET-menino DEF-violento
 ‘o menino violento’
- b) *he-Haver ha-oreH-din*
 DET-amigo DET-editor-lei
 ‘o amigo do advogado’
- c) *ha-yéled ha-ze*
 DET-menino DET-este
 ‘este menino’
- d) **ha-yéled ha-ba-reHov*
 DET-menino DET-em+DET-rua
 ‘o menino na rua’
- e) **ha-yéled ha-ra’iti*
 DET-menino DET-vi
 ‘o menino que eu vi’

De acordo com o autor, o *ha-* se une tão firmemente ao nome que ele não pode ser omitido para evitar repetições, como mostram as mudanças de interpretação dos exemplos em (9) e a agramaticalidade em (10):

(9) a) *lishtof et ha-tsalaHot ve-ha-kearot?*
 Enxaguarei MO DET-pratos e-DET-tigelas
 ‘Eu enxaguarei os pratos e as tigelas?’

b) *lishtof et ha-tsalaHot ve-kearot?*
 Enxaguarei MO DET-pratos e-tigelas
 ‘Eu enxaguarei os pratos e umas tigelas?’

(10) a) *knafav ha-dakot ve-ha-Halakot*
 sua asa DET-fina e-DET-macia
 ‘Sua asa fina e macia’

b) **knafav ha-dakot ve-Halakot*
 sua asa DET-fina e-macia

Por fim, existe a possibilidade de incorporação do *ha-* às preposições *be-* ‘em’, *ke-* ‘como’ e *le-* ‘para’, as quais depois da incorporação são escritas *ba-*, *ka-* e *la-*, respectivamente.

(11) *ba-bots* (**be-ha-bots*)
 em+DET-lama (*em-DET-lama)
 ‘na lama’

Em resumo, podemos observar que o *ha-* continua sendo o principal marcador de definitude no hebraico moderno; porém, também observamos, no hebraico moderno, que a falta da marca de definitude não está ligada à interpretação indefinida, tal como

ocorria no hebraico bíblico. O hebraico moderno, por outro lado, possui outras formas de marcação semântica da definitude como os pronomes demonstrativos.

2.1.2 O Caso construto: do hebraico bíblico para o hebraico moderno

O hebraico bíblico não possui nenhuma preposição que tenha a mesma gama de significados expressos pela preposição “de” em português, ou por sua equivalente no hebraico moderno, a preposição *šel* ‘de’. Dessa forma, no hebraico bíblico, o correspondente ao Caso genitivo (Cf. LAMBDIN, 2003) é expresso apenas por meio da chamada cadeia construta, como ilustrado em (12):

- (12) a) *qôl hannabi*
voz DEF.profeta
‘a voz do profeta’
- b) *mélek haares*
rei DEF.terra
‘o rei da terra’

Diz-se que o primeiro substantivo ocorre na forma construta (ou restrita) quando este substantivo faz parte de uma cadeia construta. Já, quando o mesmo substantivo não ocorre numa cadeia construta, diz-se que o substantivo se encontra na forma absoluta. Assim, a forma construta é, com frequência, diferente da forma absoluta. Essa diferença surge por causa da situação fônica envolvida: o primeiro substantivo perde seu acento primário e se torna proclítico ao segundo. Também pode ocorrer uma mudança na vocalização, como em (13):

(13)	Caso absoluto	Caso construto
	<i>dabar</i>	<i>dəbar</i>
	palavra	palavra

Também deve se ressaltar que o artigo definido só pode ocorrer no segundo membro da cadeia construta. O caráter definido da expressão inteira, portanto, depende do segundo substantivo, como vemos em (14):

- (14) a) *qôl hannabi*
 voz DEF.profeta
 ‘a voz do profeta’
- b) *qôl nabi*
 voz profeta
 ‘uma voz de um profeta’

É interessante notar que todas as características que ressaltamos da cadeia construta do hebraico bíblico permaneceram no *Construct State* do hebraico moderno. Em (15)b) (um *Construct state*), percebemos uma mudança na vocalização em relação ao exemplo em (15)a) (um *Free state*), além da presença da marca de definitude no segundo membro.

- (15) a) *ha-bait šel ha-more*
 DEF-casa prep. DEF-professor
 ‘a casa do professor’
- b) *beyt ha-more*
 casa.CS.m.sg DEF-professor
 ‘a casa do professor’

3. Sobre o *free state*, o *construct state* e os *compounds*: descrição preliminar dos dados

Neste capítulo, apresentaremos algumas características dos três tipos de construções que destacamos em nosso estudo. Primeiramente, faremos uma reflexão comparativa entre o *Free State* e o *Construct State* e, posteriormente, discutiremos as propriedades do *Construct State* e dos *compounds*. Os últimos apresentam algumas características superficiais semelhantes ao *Construct State*, mas nossa análise tentará dar um tratamento sintático e diferenciado para ambas as construções.

3.1 O *free state* e o *construct state*: semelhanças e diferenças

Nas línguas modernas sem marcação morfológica rica de Caso, os elementos que teriam como Caso morfológico, o genitivo, vêm, geralmente, introduzidos por uma preposição. Em hebraico, as construções semanticamente genitivas podem ocorrer com ou sem preposição. As construções em que a preposição aparece são chamadas *Free State* (FS). Já aquelas em que a preposição não ocorre são chamadas *Construct State* (CS).

- (16) a) FS
ha-dira *šel* *ha-student*
 DEF-apartamento prep. DEF-estudante
 ‘o apartamento do estudante’
- b) CS
dirat *ha-student*
 apartamento.CS.f.sg DEF-estudante
 ‘o apartamento do estudante’

Neste primeiro momento, duas observações já podem ser destacadas. Além de notarmos que a marcação de Caso nos CSs não requer a presença de uma preposição que atribua Caso ao NP/DP, observamos também que as duas construções (FS e CS) possuem, aparentemente, interpretações semelhantes na língua hebraica. Tais fatos nos incitam a formular a seguinte pergunta:

- (i) Como se dá a atribuição de Caso para os sintagmas em que há falta da preposição?

Além da questão ressaltada acima, poderíamos pensar em como sabemos que é necessária uma atribuição de Caso ao segundo membro do CS e que esse Caso é o Caso genitivo. Sabemos disso, pois há evidências dessa atribuição em outras línguas que possuem marcação de Caso morfológico e apresentam esse tipo de construção, como o árabe, em que tal membro é marcado com Caso genitivo, como vemos em (17):

- (17) *sayyara-t-u* *l-ragul-i*
 carro-fem-NOM DEF-homem-GEN
 ‘o carro do homem’

(KREMERS, 2000)

Começamos a descrição das propriedades das duas construções pelo CS. Abaixo, vemos um paradigma dos morfemas que marcam a formação de um CS.

- (18) a) *sefer-∅* *talmid*
 livro-CS.m.sg aluno.m.sg
 ‘livro de (um) aluno’
- b) *sefer-∅* *ha-talmid*
 livro-CS.m.sg DEF-aluno.m.sg
 ‘o livro do aluno’
- c) *sifr-ey* *talmid*
 livro-CS.m.pl aluno.m.sg
 ‘livros de (um) aluno’
- d) *sifr-ey* *ha-talmid*
 livro-CS.m.pl DEF-aluno.m.sg
 ‘os livros do aluno’
- (19) a) *dira-t* *student* (*exad*)
 apartamento-CS.sg.f estudante.sg.m um.m
 ‘apartamento de (um) estudante’
- b) *dira-t* *ha-student*
 apartamento-CS.sg.f DEF-estudante.m
 “o apartamento do estudante”
- c) *dira-ot*¹ *student*
 apartamento-CS.pl.f estudante.sg.m
 ‘apartamentos de estudante’

¹ A forma *dirot* é mais aceitável, porém, para melhor exemplificação, utilizaremos a forma *dira-ot*.

- d) *dira-ot* *ha-student*
apartamento-CS.pl.f DEF-estudante.sg.m
'os apartamentos do estudante'

Os morfemas destacados em negrito são morfemas que não estão expressos no nome, quando este não está presente no CS. De forma que, havendo um morfema para cada forma de feminino, singular e plural, e também para o masculino plural, sugerimos que, quando um nome não varia sua forma, na verdade, exista um morfema zero \emptyset ². Indicamos que esse morfema zero possui os traços [+masculino, +singular], pois usamos como base os verbos no presente, que tradicionalmente, possuem um morfema zero que expressa os mesmos traços.

Ao mesmo tempo, um ponto também deve ser explicado: há palavras como *baiyt* 'casa' que, quando inseridas num ambiente de CS, não apresentam um novo morfema e não se mantêm invariáveis, mas sofrem uma mudança de vocalização e passam a *beyt* 'casa'. Consideramos que a mudança na vocalização pode ser motivada por um morfema zero presente nesses nomes, quando os mesmos fazem parte de um CS.

Podem ocupar o lugar de núcleo do CS, ou seja, ocupar o primeiro membro do CS: adjetivos (20)a), numerais (20)b), formas de particípio (chamado em hebraico de *beynoni*) (20)c) e gerúndio (20)d).

² Segundo Kehdi (2002), só podemos postular um morfema \emptyset se três condições forem satisfeitas:

- (i) é preciso que o morfema \emptyset corresponda a um espaço vazio;
- (ii) esse espaço vazio deve opor-se a um ou mais segmentos (no par utilizado, o \emptyset contrapõe-se ao *-t*, *-ey* e *-ot*);
- (iii) a noção expressa pelo morfema \emptyset deve ser inerente à classe gramatical do vocábulo examinado. Em nosso exemplo, as noções de número e pessoa existem obrigatoriamente em qualquer nome do CS.

(20)

- a) *yeled* [bhir s'ar] ve-[tkol 'eynayim]³
menino [claro.CS.m.sg cabelo]e-[azul.CS.m.sg olhos]
'um menino de cabelo claro e de olhos azuis'
- b) ['alfey šmashot] zorxot
[milhões.CS.m.pl cacos de vidro] brilhantes
'milhões de cacos de vidro brilhantes'
- c) 'itonim [rodfeý sensaciyot]
jornais [procurador.CS.m.pl sensações]
'jornais procuradores de sensações' 'jornais sensacionalistas'
- d) kol ha-nos'im nispu bi-[hitraseq
todos DET-passageiros pereceram em-[chocando.CS.m.sg
ha-matos] me'al ha-alpim
DET-avião] sobre DET-Alpes
'todos os passageiros pereceram no choque do avião sobre os
Alpes'

Segundo Pereltsvaig (2006), não há evidência de que os núcleos dos CS em (20) possam ser analisados como um nominal. As formas de particípio (ou *beynoni*), por exemplo, são distintas dos nomes agentivos porque não podem nuclear os FSs, nem as construções com possuidor duplo. Veja os exemplos abaixo: em (21)a-b), temos exemplos de um nome agentivo nucleando o CS e o FS, já em (21)c), notamos a forma de particípio nucleando o CS, mas inaceitável na posição de núcleo de um FS, exemplo (21)d).

³ Os exemplos em (20) e (21) são de Pereltsvaig (2006).

(21) a) *po'aley* *ha-mif'alim*
trabalhadores.CS.m.pl DET-fábricas
“os trabalhadores das fábricas”

b) *ha-po'alim* *šel* *ha-mif'alim*
DET-trabalhadores prep DET-fábricas
“os trabalhadores das fábricas”

c) *rodfey* *ha-sensaciyot*
procurador.CS.m.pl DET-sensações
“perseguidores das sensações”

d) **ha-rodfim* *šelha-sensaciyot*
DET-procurando prep DET-sensações

Em (22), exemplificamos algumas das características mais importantes descritas exhaustivamente na literatura especializada.

(22) a) Núcleo na primeira posição: ordem N(ome)
S(ujeito) O(bjeto)

i) *harisat* *ha-oyvim* *'et* *ha-'ir*
destruição.CS.f.sg DET-inimigos ACC DET-cidade
NOME SUJEITO OBJETO
'a destruição da cidade pelos inimigos'

(BORER, 1999)

b) Mudança morfo-fonológica: o nome que nucleia o construto sofre uma mudança morfo-fonológica, que, freqüentemente, envolve perda do acento primário, e uma mudança na sílaba (Cf. PERELTSVAIG, 2006). Em alguns casos, essa operação não produz uma mudança na forma do nome (Cf. DANON, 2001). Nos exemplos em (18), adotamos que,

para os casos em que não ocorre uma mudança, também exista um morfema zero.

- i) *bayit*
'casa'
- ii) *beyt-∅* *yeled*
casa-CS.masc.sg menino
'Uma casa de um menino'

c) O núcleo do CS não pode ser diretamente modificado por um determinante ou por um adjetivo. Modificadores adjetivais do núcleo ou complementos do CS devem seguir o membro genitivo. O determinante, por sua vez, deve preceder o membro genitivo.

- i) *dirat* *ha-sar* *ha-gdola*
apartamento CS.f.sg DET-ministro DET-grande
'o apartamento grande do ministro'

(SHLONSKY, 2004, p.3)

d) Definitude Espreada: o valor de definitude do membro mais à direita de um CS está associado com cada N no CS, e com o CS inteiro. Dessa forma, o núcleo do CS nunca pode carregar o artigo definido.

- i) **ha-harisat* *ha-ir*
DET-destruição CS.f.sg DET-cidade

(BORER, 1999)

- ii) *harisat* *ha-ir*
destruição CS.f.sg DET-cidade
'a destruição da cidade'

(BORER, 1999)

Uma vez consideradas algumas características do CS, examinemos a contra-parte dessas características nos FS.

- (23) a) Núcleo na primeira posição, apresentando a ordem N(ome) S(ujeito) O(bjeto), como o CS.

- i) *ha-harisa* *šel* *ha-oyvim* *šel* *ha-mištar* *et*
DET-destruição prep DET-inimigos prep DET-regime ACC
ha-ir
DET-cidade

'A destruição da cidade pelos inimigos do regime'

(BORER, 1999)

- b) A definitude é marcada diretamente no núcleo.

- i) *ha-delet* *šel* *ha-bayit* *šel* *ha-mora*
DET-porta prep DET-casa prep DET-professora
'A porta da casa da professora'

- c) O valor de definitude está estritamente associado com o N marcado (não há Definitude Espraiada).

- i) *bayit* *šel* *ha-mora*
casa prep DET-professora
'uma casa da professora'

(BORER, 1999)

d) Modificadores adjetivais do núcleo devem seguir, diretamente, o núcleo.

i) *ha-delet ha-yafa šel ha-bayit šel*
DET-porta DET-bonita prep DET-casa prep
ha- mora
DET-professora
‘a porta bonita da casa da professora’

(BORER, 1999)

ii) *ha-delet šel ha-bayit šel ha- mora*
DET-porta prep DET-casa prep DET-professora
ha-yafa
DET-bonita
‘a porta da casa da professora bonita’

(BORER, 1999)

Apontaremos, neste momento, alguns fatos que distinguem CSs e FSs. O primeiro fato que podemos ressaltar diz respeito ao papel temático do membro genitivo no CS e do membro preposicionado no FS. Enquanto o FS aparece livremente com um possuidor ou agente, mas sem complemento (exemplo (24)), o CS é possível apenas com algumas restrições (exemplo(25)). Por exemplo, o CS com possuidor é possível apenas se ele indica parte do todo ou relações de posse inerente⁴, como podemos observar em (26).

(24) a) *ha-tmuna šel Van Gogh*
DET-quadro prep Van Gogh
‘o quadro de Van Gogh’

⁴ Com a pluralização no núcleo, o exemplo em (25) é considerado gramatical, por alguns falantes.

b) *ha-tmuna* *šel* *ha-muzeon*
 DET-quadro prep DET-museu
 ‘o quadro do museu’

(25) a) *?*tmunat* *Van Gogh*
 quadro.CS.fem.sg Van Gogh

(BORER, 1999, p.11)

b) **tmunat* *ha-muzeon*
 quadro.CS.fem.sg DET-museu

(BORER, 1999, p.11)

(26) *yalda* *yefat* *‘eynayim*
 menina bela.CS.f.sg olhos
 ‘uma menina de olhos belos’ou ‘uma menina bela de olhos’

Segundo Siloni (2003), se considerarmos expressões que apresentam mais de um sintagma genitivo, o membro genitivo de um CS nominal é escolhido de acordo com a seguinte ordem: TEMA> AGENTE> POSSUIDOR. Outros argumentos genitivos deverão se realizar por meio de um sintagma introduzido por *šel* ‘de’.

(27) a) *tmunat* *ha-praxim* *šel* *ha-yeled*
 quadro.CS.fem.sg DEF-flores prep DEF-menino
 ‘o quadro das flores do menino’

(SILONI, p. 17)

b) **tmunat* *ha-yeled* *šel* *ha-praxim*
 quadro. CS.fem.sg DEF-menino prep DEF-flores

(SILONI, p. 17)

Em (27)a), temos dois sintagmas genitivos do núcleo do CS *tmunat* ‘quadro’: (i) *ha-praxim* ‘as flores’, que tem um papel è de tema, e *ha-yeled* ‘o menino’, que tem papel è de agente. Em (27)b), *ha-yeled* ‘o menino’ não pode ocupar a posição de membro genitivo do núcleo do CS *tmunat* ‘quadro’, pois existe outro sintagma genitivo, *ha-praxim* ‘as flores’, que tem papel è de tema e, portanto, deve ocupar a posição de genitivo. Dessa forma, *ha-yeled* ‘o menino’, em (27)b), uma vez que não pode ocupar a posição do membro genitivo, pois possui papel de agente, deve ser inserido na expressão com a preposição *šel* ‘de’.

Outro ponto que podemos ressaltar é o fato de que algumas palavras não podem nuclear o CS. Como já vimos anteriormente, um nome, quando está na posição de núcleo do CS, sofre uma mudança morfo-fonológica. Assim, uma palavra que não pode sofrer tal mudança morfológica, ou perda de acento, não pode nuclear um CS. Como exemplo desse fato, Pereltsvaig (2006) mostra que adjetivos emprestados de outras línguas não podem nuclear CSs. Adjetivos como: *psikométri* “psicométrico” *modérni* “moderno”, *eleqtróni* “eletrônico” e *psikológi* “psicológico”, retêm o acento lexical na mesma sílaba que na língua de origem e, por razões que ainda não se sabe, esse acento não está sujeito a um enfraquecimento prosódico. Mesmo quando um sufixo é adicionado, o acento não vai para o sufixo.

(28) a) *disqotéqim šel ha-layla*
 discotecas prep DET-noite
 “discotecas da noite”

(PERELTSVAIG, 2006)

b) **disqoteqey layla*
 discotecas.CS.m.pl noite

(PERELTSVAIG, 2006)

3.2 O construct state e os compounds: semelhanças e diferenças

Nesta seção, vamos comparar o CS, do qual já destacamos algumas propriedades na subseção anterior, e os *compounds*. As diferenças entre as propriedades dessas construções nos levam a buscar, para cada uma delas, um tratamento particular. Nosso estudo poderá ter como consequência, portanto, a possibilidade de formulação de definições particulares para CSs e *compounds* em termos estruturais, já que queremos dar a elas tratamentos sintáticos diferentes. Desse modo, além de mostrarmos que características essas construções têm em comum, ressaltaremos suas diferenças, as quais nos fazem crer que se trata de construções distintas. Vejamos um exemplo das duas construções em (29):

(29)	<i>Compounds</i>		CS
	a) <i>beyt ha-sefer</i>	b) <i>beyt</i>	<i>ha-student</i>
	casa DEF-livro	casa.CS.m.sg	DEF-estudante
	‘a escola’		‘a casa do estudante’

Podemos encontrar na literatura algumas propostas que defendem que os CSs e os *compounds*: (i) formam uma palavra (Cf. BORER, 1999), com a diferença de que os primeiros são formados na sintaxe e os segundos são formados no léxico; (ii) são formados em PF (Cf. SILONI, 2000, 2002). Siloni (2003), contudo, defende que os *compounds* constituem um grupo fixo de combinações e seu significado é idiossincrático, sendo, portanto, formado no Léxico. Pereltsvaig (s.d) aproxima as duas construções e faz uma compilação de algumas características que estão presentes nos dois tipos de construções citadas:

- (30) a) Palavra prosódica: os *compounds* e os CS formam uma palavra fonológica⁵.
- b) Núcleo não-modificado: Quando um adjetivo modifica um núcleo, tal modificador não pode seguir diretamente o núcleo que ele modifica. Este fato também ocorre com o marcador de definitude *ha-*.
- c) O membro não-núcleo deve ser realizado.
- d) Definitude Espreada: a definitude é marcada no membro genitivo, mas o *compound* ou o CS inteiros são definidos.

A partir das observações em (30), refletiremos sobre as características comuns aos CSs e aos *compounds*.

Em primeiro lugar, ressaltamos a sugestão de que CSs e *compounds* formam uma palavra prosódica (cf. PERELTSVAIG, s.d). Essa propriedade está ilustrada em (31), na medida em que, em (31)b), por exemplo, a vogal [a] do núcleo é reduzida a um [Û] porque ela é não adjacente ao acento principal, que recai sobre o segundo membro do construto.

- (31) a) Nomes de lugares que são *compounds*
- ramát* → *ràmat* *gán* (lit. ‘altura-jardim’)
- pardés* → *pàrdes* *kác* (lit. ‘pomar-Katz’)

⁵ Ao analisarmos as duas construções mais de perto, podemos notar que os morfemas que estão presentes no CS, para os quais chamamos atenção na seção 2, são os mesmos que estão presentes nos *compounds*. Mesmo quando há apenas uma mudança morfo-fonológica, sem a presença de um morfema propriamente dito, como no caso de *bayit* ‘casa’ para *beyt* ‘casa’, a mudança é igual em ambas as construções.

b) CS

caʔif → *cəʔif* *ha-yaldá*
cachecol cachecol DEF-menina
‘o cachecol da menina’

Para Pereltsvaig (s.d), a propriedade apontada em (30)b), sobre a impossibilidade de modificação do núcleo de um CS ou de um *compound*, está relacionada ao fato de CSs e *compounds* formarem uma palavra prosódica. Se essas construções formam uma palavra prosódica, então os núcleos que as constituem não podem ser separados. Os exemplos em (32) ilustram que nenhum modificador, tal como um adjetivo, pode intervir entre o núcleo e o não núcleo.

(32)	<i>Compound</i>	CS
a)	<i>beyt sefer xadaš</i> casa(m) livro novo ‘uma escola nova’	b) <i>beyt more xadaš</i> casa.CS.m.sg professor novo ‘casa de professor nova’
c)	* <i>beyt xadaš sefer</i> casa nova livro	d) * <i>beyt xadaš more</i> casa.CS.m.sg novo professor

Além disso, vimos em (30)c) que a presença do membro genitivo, ou não-núcleo, é obrigatória se o nome núcleo estiver na sua forma fraca, como ilustramos em (33)b).

(33)	a) <i>bayit</i> ‘casa’
	b) * <i>beyt</i> ‘casa.CS.m.sg’

A última propriedade em (30)d) diz respeito ao fato de que o núcleo do CS e dos *compounds* não pode carregar o chamado artigo definido *ha-*.

- | | | | |
|------|--------------------------------------|--|---|
| (34) | <i>Compound</i> | | CS |
| | a) (* <i>ha-</i>) <i>beyt sefer</i> | | b) (* <i>ha-</i>) <i>beyt more</i> |
| | DET-casa livro | | DET-casa.CS.m.sg professor |
| | significando: ‘a escola’ | | significando: ‘a casa do professor’ ou ‘a casa de um professor’ |

Nos CSs e nos *compounds* a definitude é marcada no segundo membro e se espalha para o núcleo, ou seja, para o primeiro membro. Dessa forma, o CS e o *compound* inteiros são interpretados como definidos. Um teste que comumente se faz para indicar a definitude do núcleo do CS e do *compound*⁶ é utilizar a partícula *‘et*, chamada de marca de Caso acusativo pela gramática tradicional, pois essa partícula é sensível à definitude do sintagma que ela precede.

- | | | | | | |
|------|----|--------------------|-----------------|-------------|------------------------------|
| (35) | a) | <i>Ra’iti</i> | <i>‘et</i> | <i>beyt</i> | <i>ha-sefer</i> ⁷ |
| | | vi | ACC | casa | DET-livro |
| | | ‘Eu vi a escola’ | | | |
| | b) | <i>Ra’iti</i> | (* <i>‘et</i>) | <i>beyt</i> | <i>sefer</i> |
| | | vi | ACC | casa | livro |
| | | ‘Eu vi uma escola’ | | | |

⁶ Estamos adotando a visão de que o núcleo do CS é definido porque o CS, ou o *compound*, é definido como um todo. Em seções posteriores, trataremos da denotação do núcleo do CS mais demoradamente.

⁷ Os exemplos em (35) são de Pereltsvaig (s.d) p.6.

c) *Ra'iti* 'et *beyt* *ha-more*
 vi ACC casa.CS.m.sg DET-professor
 'Eu vi a casa do professor'

d) *Ra'iti* (*'et) *beyt* *more*
 vi ACC casa.CS.m.sg professor
 'Eu vi uma casa de um professor'

Os exemplos em (35)a-c) mostram a presença do chamado artigo definido no segundo membro do *compound* e do CS e a obrigatoriedade da partícula 'et; porém em (35)b-d) a partícula 'et não pode aparecer, pois o artigo definido não está presente. Como consequência da falta do *ha-* o CS e o *compound* são indefinidos.

Dadas as similaridades entre os CSs e os *compounds* nos perguntamos quais são as diferenças entre essas duas construções.

A primeira diferença logo percebida entre os *compounds* e os CSs diz respeito à composicionalidade de significado. Os últimos constroem seu significado composicionalmente, enquanto os primeiros não o fazem dessa forma. Por exemplo, por um lado, os compostos *beyt sefer* (literalmente: casa-livro) e *beyt šimuš* (literalmente: casa-uso) significam, respectivamente, 'escola' e 'toalete', significados construídos não composicionalmente; por outro lado, o CS *beyt yeled* (literalmente: casa-menino) tem seu significado 'casa de menino' construído composicionalmente. A diferença entre composicionalidade e não composicionalidade, portanto, pode resultar em um teste para se diferenciar *compounds* de CSs. Apenas CSs podem ser parafraseados por FSs (a forma que apresenta a preposição). Vejamos os exemplos em (36)⁸.

⁸ A maioria dos dados que mostram as diferenças entre os *compounds* e os CS foi retirada do trabalho de Pereltsvaig (s.d).

(36) CS	FS
a) <i>beyt ha-mora</i> casa DET-professora 'a casa da professora'	b) <i>ha-bait šel ha-mora</i> DET-casa prep DET-professora 'a casa da professora'
<i>Compound</i>	FS
c) <i>beyt xolim</i> casa doentes 'hospital'	d) <i>bait šel xolim</i> casa prep doentes 'uma casa de pessoas doentes'
e) <i>pinkas xaver</i> cartão membro(amigo) 'carteirinha de sócio'	f) <i>pinkas šel xaver</i> cartão prep membro(amigo) 'cartão de um colega(amigo)'
g) <i>ben ha-zug</i> filho DET-casal 'o cônjuge'	h) <i>ben šel ha-zug</i> filho prep DET-casal 'um filho do casal'

Nos exemplos acima, percebemos que é possível parafrasear o exemplo (36)a), um CS por meio de um FS, que está em (36)b). Essa observação nos sugere que, de fato, os CSs, assim como os FSs, são formados composicionalmente. No entanto, uma correspondência de significado, e conseqüente possibilidade de paráfrase, não pode ser percebida entre os exemplos em (36)c-e-g), que são *compounds* e (36)d-f-h), que estão na forma livre, ou seja, apresentam a preposição. Não queremos dizer que os exemplos em (36)d-f-h) são agramaticais, mas a intenção é mostrar que tais exemplos podem ser interpretados apenas composicionalmente.

Contudo, há expressões que são ambíguas entre uma leitura de *compounds* e uma leitura de CS, como o caso de *ben ha-melex* (literalmente: filho DET-rei), que pode significar tanto 'o príncipe', como 'o filho do rei'. Há que se levar em conta que esse é um

exemplo típico de expressão tomada do hebraico bíblico e que no hebraico moderno existe uma palavra para ‘príncipe’: *nasix*, de forma que um falante de hebraico moderno optará por utilizar a forma *nasix* para significar príncipe.

Outra diferença entre *compounds* e CSs, que pode estar ligada ao fenômeno de opacidade semântica e sintática que a primeira construção apresenta, encontra-se no fato de que a marca de número do segundo membro nos *compounds* não possui um papel relevante na determinação do significado do *compound* como um todo. Assim, pode haver *compounds* com o segundo membro no plural (*beyt xolim* Lit: casa doente(pl)), outros com o segundo membro no singular (*beyt sefer* Lit: casa livro(sg)), sem que esse traço de número seja importante para a interpretação do *compound*. Em contraste, nos CSs, o número do segundo membro tem um papel importante, provocando uma alteração na interpretação global do construto.

- (37) a) *beyt xolim*
casa(sg) doente(pl)
‘hospital(sg)’
- b) *batey xolim*
casa(pl) doente(pl)
‘hospital(pl)’
- c) *šmot ha-xolim*
nomes DET-doente(pl)
‘os nomes dos doentes/pacientes’
- d) *šmot ha-xole*
nomes DET-doente(sg)
‘os nomes do doente/paciente’

Em (37)a), o nome *xolim* ‘doentes’ está no plural, mas o significado formado com este nome está no singular ‘hospital’, o número plural do *compound* é marcado no primeiro membro, como em (37)b). Já em (37)c-d) vemos que a pluralidade ou a singularidade do segundo membro, *xolim* ‘doentes’ e *xole* ‘doente’, respectivamente, influem no significado do sintagma.

Uma terceira diferença entre as duas construções diz respeito à modificação direta do segundo membro. Em (38)a), vemos que é possível modificar o segundo membro dos CSs, mas não é possível modificar o segundo membro dos *compounds*, como o dado em (38)c) nos mostra. Isso nos sugere que a modificação também pode servir como um teste para identificar um *compound* ou um CS.

- (38) a) *gan* *perot* *tropiyim*
 jardim.CS.m.sg fruta (pl) tropical(pl)
 ‘um jardim de frutas tropicais’
- b) *gan* *yeladim*
 jardim crianças(pl)
 ‘um jardim de infância’
- c) **gan* *yeladim* *katanim*
 jardim criança(pl) pequeno(pl)
 significando: ‘um jardim de infância para crianças pequenas’

Assim como ocorre com a modificação, é possível coordenar os membros não núcleos do CS, mas não é possível coordenar os membros não núcleos dos *compounds*.

- (39) a) *gan* *perot* *ve-praxim*
 jardim.CS.m.sg fruta(pl) e-flor(pl)
 ‘um jardim de frutas e de flores’

b) *gan xayot*
jardim animal(pl)
'um zoológico'

c) **gan yeladim ve-xayot*
jardim criança(pl) e-animal(pl)
significando: 'um jardim de infância e um zoológico'

Em (39)a), não temos a repetição do núcleo do CS no segundo CS formado. Mesmo assim, a coordenação dos dois CSs é possível. Por sua vez, em (39)c), a formação do *compound gan xayot* 'zoológico' não é possível sem a repetição do núcleo *gan* 'jardim', sendo impossível a coordenação.

Do mesmo modo, CSs aninhados, ou seja, encaixados, são possíveis, enquanto o encaixamento de *compounds* não é.

(40) a) *delet beyt morat ha-kita*
porta.CS.m.sg casa.CS.m.sg professora.CS.f.sg DET-classe
'a porta da casa da professora da classe'

b) **gan xayot ha-bar*
jardim animais DET-selva/ermo
significando: 'o zoológico de animais da selva'

c) **beyt xoley nefeṣ*
casa doentes espírito
significando: 'hospital mental'

d) *beyt xolim le-xoley nefeṣ*
casa doentes para-doentes espírito
'hospital mental'

No exemplo em (40)a) temos três CS sendo encaixados. Podemos dividi-los da seguinte forma: *delet bayit* ‘porta de casa’, *delet* ‘porta’ como núcleo do primeiro CS; *beyt mora* ‘casa de professora’, *beyt* ‘casa’ como núcleo do segundo CS; *morat ha-kita* ‘a professora da sala’, *morat* ‘professora’ como núcleo do terceiro CS. Vale ressaltar que a marca de definido *ha-*, também chamado de artigo definido, está presente no membro genitivo do terceiro CS, porém a definitude se espalha até o núcleo do primeiro CS, tornando o CS encaixado inteiro como definido. No exemplo em (40)b), *xayot* ‘animais’ não pode ser tomado como núcleo de um segundo *compound* ou CS formando *xayot ha-bar* ‘os animais da selva’, assim como em (40)c) *xoley* ‘doentes’, que está no lugar de segundo membro do *compound* e, portanto, junto com o núcleo *beyt* forma o significado de ‘hospital’, não pode ser núcleo de um CS como *xoley nefesh* ‘doentes de espírito’. Em (40)d), temos um exemplo de boa formação com a repetição de *xoley* em um sintagma preposicionado formando o CS adjetival.

Por último, Pereltsvaig (s.d) e Siloni (2003) ressaltam que é possível se referir ao núcleo de um CS por um elemento pronominal, como mostra o exemplo em (41)a), mas não é possível se referir ao núcleo de um *compound* dessa forma, como aponta o exemplo em (41)b):

- (41) a) *Carix la-?avor [bdikat mizvadot]*
necessário inf-passar [exame.CS.f.sg malas]
‘*axat ve-?od ‘axat [šel tikey-yad]*
um e-outro um [prep bolsa-mão]
‘É necessário fazer um exame de malas e também um de bolsa’

(PERELTSVAIG, s.d)

b) **Hu bana lanu šney [batey xolim]*

Ele construiu para nós dois [hospitais]

ve-?od 'exad [sefer]

e-outro um [livro]

(significando 'Ele construiu para nós dois hospitais e uma escola')

(cf. *beyt sefer* 'escola')

(PERELTSVAIG, s.d)

Assim, discutimos algumas similaridades e mostramos algumas diferenças entre os *compounds* e CSs e argumentaremos sobre uma possível análise dessas construções no próximo capítulo.

4. Pressupostos teóricos

4.1. Sobre a definitude

Esta seção tem como objetivo ressaltar a importância do estudo da definitude e da Teoria do Caso, além de definir, por exemplo, o que estamos entendendo por definitude e por Caso e qual será o tratamento dado aos dois temas.

A definitude é um dos temas mais estudados quando levamos em consideração a língua hebraica. Podemos citar os trabalhos de: Borer (1999), Drobrovie-Sorin (2000), Danon (2001, 2002), Heller (2002), Shlonsky (2004) e Pereltsvaig (2006). Na maior parte dos casos, o estudo da definitude em hebraico está ligado ao estudo do fenômeno conhecido na literatura especializada pelo nome de Definitude Espreada, que ocorre nos *Construct States*.

Começemos por dizer: o que é definitude? Segundo Chesterman (1991), essa é antes de tudo uma questão semântica e conceitual. Em um segundo nível, o autor discute o reconhecimento, ou seja, como reconhecemos que algo é definido ou não. Há duas formas de ver esta questão: em termos lingüísticos, o que está em jogo é como a definitude é realizada, ou expressa, em termos psicolingüísticos, ou seja, como o ouvinte/leitor realiza, ou infere que alguma coisa é definida ou não. Em outras palavras, para Chesterman (1991), o que necessita ser examinado é como a

definitude é codificada e como ela é decodificada. Não é a toa que existem muitos trabalhos sobre definitude, pois podemos dizer que as questões que Chesterman (1991) coloca são questões de difícil solução.

Traremos resumidamente a proposta de Chesterman (1991) e a de Lyons (1999) sobre definitude. Utilizaremos este último para explicar noções básicas como familiaridade e identificabilidade.

O trabalho de Chesterman (1991) é de extrema importância para a pesquisa sobre definitude, uma vez que um dos seus enfoques é o finlandês, língua que não possui artigos definidos, mas pode codificar ou decodificar a definitude por meio da marcação de Caso. Desse modo, torna-se evidente que os artigos não são os únicos que contribuem para a definitude nas línguas naturais.

No mesmo trabalho, o autor postula que a definitude não é um primitivo semântico, mas um *cover-term* comportando um número de oposições que são mais básicas. Tal análise composicional de definitude mostra que ‘definido’ e ‘indefinido’ não são meramente oposições polares, mas conceitos qualitativamente diferentes. Assim, definitude não é binária, mas composta e também escalar.

Por sua vez, Lyons (1999) inicia seu estudo sobre a caracterização da definitude, dizendo que, em muitas línguas, um sintagma nominal pode conter um elemento, cujo único ou principal papel é indicar a definitude do NP. Esse elemento pode ser um item lexical, tal como o *the* ou *a* do inglês, ou um afixo do tipo que encontramos no árabe. A esses elementos dá-se o nome de **artigo**.

O autor ainda irá apontar que, para muitas gramáticas tradicionais, a diferença de significado entre *the car* e *a car* é que *the* indica que o falante ou escritor está se referindo a um carro particular ou definido e não a qualquer carro. Mas, para Lyons essa noção é um tanto quanto vaga. Por exemplo, se eu digo “Eu comprei um carro esta manhã”, eu não estou me referindo a qualquer carro. O carro que eu comprei é um carro em particular, e é distinto, na minha mente, de todos os outros carros.

(42) I bought a car this morning.

(43) I bought the car this morning.

Na sentença em (43), *the car* é de algum modo mais “definido”, “específico”, “particular”, “individualizado” etc. do que *a car*, mas, como já notamos, *a car* certamente denota um carro particular ou específico para o falante. A diferença é que a referência de *the car* é assumida como clara para o ouvinte, assim como para o falante. Ou seja, no caso de um sintagma definido o falante e o ouvinte compartilham da consciência sobre o que é referido. Por outro lado, no caso de um sintagma indefinido o falante deve ter consciência do que é referido, mas o ouvinte, provavelmente, não.

Tendo em mente a déia de consciência do falante e/ou do ouvinte, Lyons explica a idéia de familiaridade e identificabilidade. No caso da familiaridade, tanto o falante quanto o ouvinte têm consciência do objeto sobre o qual se fala, o que nos sugere o uso do artigo definido. Por sua vez, o conceito de identificabilidade se dá em casos como o de (44) em um contexto em que uma certa pessoa chamada Ann, que está tentando colocar uma pintura na parede, diz a sentença em (44) para uma outra pessoa chamada Joe, que havia apenas entrado no lugar em que Ann está.

(44) Pass me the hammer, will you?

O falante, Ann, em (44) conhece o referente óbvio para o sintagma definido, mas Joe na mesma sentença, não sabe que há um martelo na sala. Joe tem de procurar por um referente descrito como martelo. O artigo definido diz a Joe que ele pode identificar o martelo de que Ann está falando. Dessa forma, em (44), o referente do sintagma definido não é familiar para Joe, mas ele pode encontrar um referente para ele.

Lyons destaca ainda que o conceito de identificabilidade pode não ajudar em alguns casos, de forma que alguns autores preferem utilizar o conceito de unicidade: o artigo definido assinala que apenas uma entidade satisfaz a descrição usada. A unicidade não é absoluta, diz Lyons, mas ela deve ser entendida como relativa a um contexto particular. Por sua vez, existe também o conceito de inclusividade, o qual significa que a referência é uma totalidade de objetos ou massa em um contexto que satisfaz a descrição. Dessa forma, o conceito de inclusividade contém o conceito de unicidade, pois, quando um sintagma nominal está no singular, teremos o mesmo resultado se utilizarmos o critério da unicidade ou inclusividade, já que a totalidade dos objetos que satisfazem a descrição é apenas um objeto.

Lyons diz que, uma vez que os conceitos de identificabilidade e inclusividade são mais abrangentes e podem ser utilizados de maneira mais apropriada, convém utilizá-los por hora. No entanto, ao final de seu estudo, o autor argumenta que a tentativa de encontrar uma caracterização da definitude em termos semânticos ou pragmáticos está enganada. Assim, ele propõe uma explicação para a definitude como uma categoria gramatical que, como outras categorias, não pode ser completamente definida em termos semânticos ou pragmáticos, embora ela represente a gramaticalização de alguma categoria de significado.

Assim sendo, nossa proposta tentará dar um lugar para a definitude na estrutura, além de analisar como a definitude é expressa na língua hebraica e quais mecanismos sintáticos ou morfológicos estão em jogo na marcação da definitude.

4.2 Sobre a teoria do caso

Passemos, agora, à relação do estudo da definitude com o estudo da Teoria do Caso. Tal relação começou a ser aprofundada no momento em que se iniciou o estudo de línguas como o finlan-

dês, que não possuem artigos, até então tidos como os principais marcadores de definitude nas línguas. Dessa forma, o estudo da definitude no Finlandês, alcançou o sistema de marcação de Caso morfológico daquela língua. Percorrido esse caminho, muitos trabalhos foram realizados tendo como base a interação entre a marcação de Caso e a definitude.

Podemos citar o trabalho recente de Yeghiazaryan (2005) que traz evidências de que o Caso acusativo no armênio, além de diferenciar o agente da ação de seu paciente e ser o único caso em que a especificidade é marcada morfológicamente, apresenta outras funções tais como servir de critério para diferenciar a categoria [+/- animado] dos NPs. Também o Caso genitivo, em armênio, mostra a interação entre Caso e definitude, uma vez que sua marca morfológica atribui leitura definida ao NP, bloqueando, conseqüentemente, o uso do sufixo *-n/y* com NP genitivo.

Ainda há muitas questões suscitadas pela Teoria do Caso na Gramática Gerativa, principalmente, porque essa Teoria tem passado por várias mudanças e adequações aos estudos atuais em línguas que ainda estão sendo descritas e analisadas, mas também pelas várias mudanças ocorridas no próprio modelo teórico.

A propósito de exemplificação dessas questões, traçaremos um breve panorama da Teoria do Caso desde a Condição de visibilidade, a qual afirmava que Caso abstrato tornava uma cadeia de DP visível para a atribuição de papel θ (Cf. CHOMSKY, 1986), passando pelo Filtro do Caso que diz que “A todo NP aberto (ou pronunciado¹) deve ser atribuído Caso abstrato”. Como parte da idéia de que apenas uma posição na cadeia de DP necessita receber Caso, o Filtro do Caso serviu para dirigir o movimento de NP.

¹ Ser pronunciado serve como critério para considerar o fato de que categorias vazias, como PRO, não precisam de Caso (Cf. MIOTO et al. (2004)).

Não podemos nos esquecer de citar a generalização de Burzio (1986) (Cf. HAEGEMAN², 1994) a qual afirma que um verbo, a que falta um argumento externo, falha ao atribuir Caso acusativo. Neste ponto do desenvolvimento da teoria estava em vigor a idéia de que o verbo atribuía Caso acusativo estrutural para seu objeto, enquanto I^o ou T^o atribuía Caso nominativo estrutural para o elemento em seu especificador.

Antes de falarmos sobre os atribuidores de Caso e da diferença entre Caso estrutural e Caso inerente, façamos um resumo sobre a idéia de Caso abstrato.

Chomsky (1981) adota a idéia de que, mesmo nas línguas em que não há Caso morfológico, Caso existe como uma entidade abstrata, de forma que todo NP carrega Caso abstrato, mesmo que não apresente uma realização morfológica. Chomsky (1981, p.170) propõe as seguintes propriedades fundamentais de atribuição de Caso:

- (45) (i) NP é nominativo se governado por AGR
- (ii) NP é objetivo se governado por V com o traço de subcategorização: $_NP$ (isto é, transitivo)
- (iii) NP é oblíquo se governado por P
- (iv) NP é genitivo em $[_{NP} \bar{X}]$
- (v) NP é inerentemente Caso-marcado como determinado pelas propriedades de seu [-N] governante.

Sobre Caso estrutural e Caso inerente Chomsky (1986) diz³:

Distinguimos os “Casos estruturais” objetivo e nominativo, atribuídos em termos de Estrutura-S, dos “Casos inerentes” atribu-

² A versão de Haegeman (1994) é mais simples que a idéia contida em Burzio (1986).

³ Nossa tradução.

ídos em Estrutura-D. Os primeiros incluem o Caso oblíquo atribuído pela preposição e agora também o Caso genitivo, que assumimos ser atribuído por nomes e adjetivos, assim como verbos atribuem Caso objetivo. Caso inerente está associado à marcação è, enquanto Caso estrutural não está, assim como se devem entender os processos que se aplicam em Estrutura-D e Estrutura-S, respectivamente. Assim, assumimos que Caso inerente é atribuído por á ao NP se, e somente se, o NP é è-marcado, enquanto Caso estrutural é atribuído independente da marcação è.

Agora, todas as categorias lexicais atribuem Caso: P, N e A atribuem Caso inerente em Estrutura-D, enquanto V (junto com INFL contendo AGR; comumente como em inglês, INFL finitos) atribui Caso estrutural em Estrutura-S. (p. 193).

Negrão e Viotti (2005) afirmam que a distinção entre Caso estrutural e Caso inerente apresenta vários problemas. As autoras percebem que Chomsky tem necessidade em diferenciar o Caso acusativo dos Casos inerentes. No entanto, a atribuição de Caso acusativo pelo verbo ao seu complemento também é feita sob marcação temática, ou seja, o verbo marca seu complemento tematicamente e também atribui a ele Caso acusativo. Dessa forma, as autoras colocam a pergunta de por que o Caso acusativo deve ser considerado Caso estrutural e não inerente.

Um problema que a diferenciação entre Caso estrutural e inerente traz, segundo Negrão e Viotti (2005), é o de que apesar de os Casos nominativo e acusativo servirem para mapear o argumento sujeito e o argumento objeto de um predicador, eles permitem a interpretação dos diferentes papéis semânticos associados a esses argumentos, além de seu uso também apontar outras funções semânticas.

McFadden (2004) não argumenta contra uma indistinção entre Caso estrutural e abstrato ou sintático, mas ele sustenta a tese de que Caso morfológico não é o *spell-out* direto dos traços de Caso abstrato. Inserida dentro do arcabouço teórico da Morfologia

Distribuída, a tese de McFadden trata Caso morfológico por meio de operações pós-sintáticas que acontecem no caminho para PF. O autor ainda utiliza outros fatos para sustentar a sua tese, tais como o de que Caso morfológico não esteja associado à ordem livre das palavras na sentença.

Mas como é visto o Caso no minimalismo? A idéia de Caso abstrato permanece essencialmente a mesma, embora as propriedades formais da derivação sintática tenham sido repensadas e implementações formais sobre Caso tenham sido realizadas (Cf. MCFADDEN (2004)). Caso foi “reelencado” como um traço dos DPs que deve ser checado em particular numa configuração com um núcleo funcional apropriado, em vez de ser atribuído por tal núcleo (Cf. CHOMSKY, 1998). Restrições, como o Filtro do Caso, foram abandonadas em favor de restrições sobre passos individuais das derivações, baseados largamente em localidade e economia. Os traços de Caso dos DPs e núcleos funcionais, juntamente com traços chamados EPP, são tidos como diacríticos que desencadeiam e restringem movimento.

Uma idéia lexicalista mais forte já fora adotada dentro do Programa Minimalista, no entanto, atualmente incorporou-se ao Programa Minimalista uma alternativa não-lexicalista de checagem de Caso que é expressa pela operação *Agree*. Em Chomsky (1998), *Agree* se realiza da seguinte forma: uma sonda com traços Φ não-interpretáveis checa seus traços com um alvo que possui traços Φ interpretáveis. Os traços Φ não-interpretáveis da sonda e o traço não interpretável de Caso do alvo devem ser apagados antes do *spell-out* sintático. Em Chomsky (2001), há uma modificação na operação de *Agree*: traços não-interpretáveis entram na derivação sem valor especificado, já os traços interpretáveis entram com a especificação do valor, ou seja, traços não-interpretáveis possuem um valor á, traços interpretáveis possuem um valor positivo. Só traços +interpretáveis são totalmente especificados no léxico, os traços –interpretáveis adquirem seu valor no curso da derivação pela operação de *Agree*.

Autores como Framptom e Gutmann (2000) vêm fazendo modificações na operação de *Agree*. Para esses autores, *Agree* é compartilhamento de traços. Traços não-interpretáveis e traços interpretáveis que combinam (*matching*) se unem em um único traço compartilhado, numa espécie de *merger*, e há a valoração se um dos traços combinados tiver valor. Nesse sistema, Caso não faz parte da sintaxe. Ele é atribuído pós-sintaticamente por meio do compartilhamento de traços. A exigência de que um nominal seja marcado com Caso é, portanto, morfológica.

Assim sendo, vimos, através dos trabalhos de Negrão e Viotti (2005), de McFadden (2004) e também pelas várias reformulações da checagem de Caso dentro do minimalismo, que muitos problemas ainda estão em pauta quando falamos de Caso. Este trabalho, por sua vez, pretende contribuir, ainda que de maneira despretensiosa, para a gama de trabalhos que tratam sobre a checagem de Caso, com um acréscimo, que é discutir como a definitude, em hebraico, está relacionada à checagem de Caso dentro do chamado *Construct State*. O dado relevante para a discussão de atribuição de Caso genitivo em hebraico leva em conta que essa língua apresenta duas construções que podem expressar o que, em línguas com Caso morfológico, é marcado pelo Caso genitivo: o *Construct State* e o *Free State*.

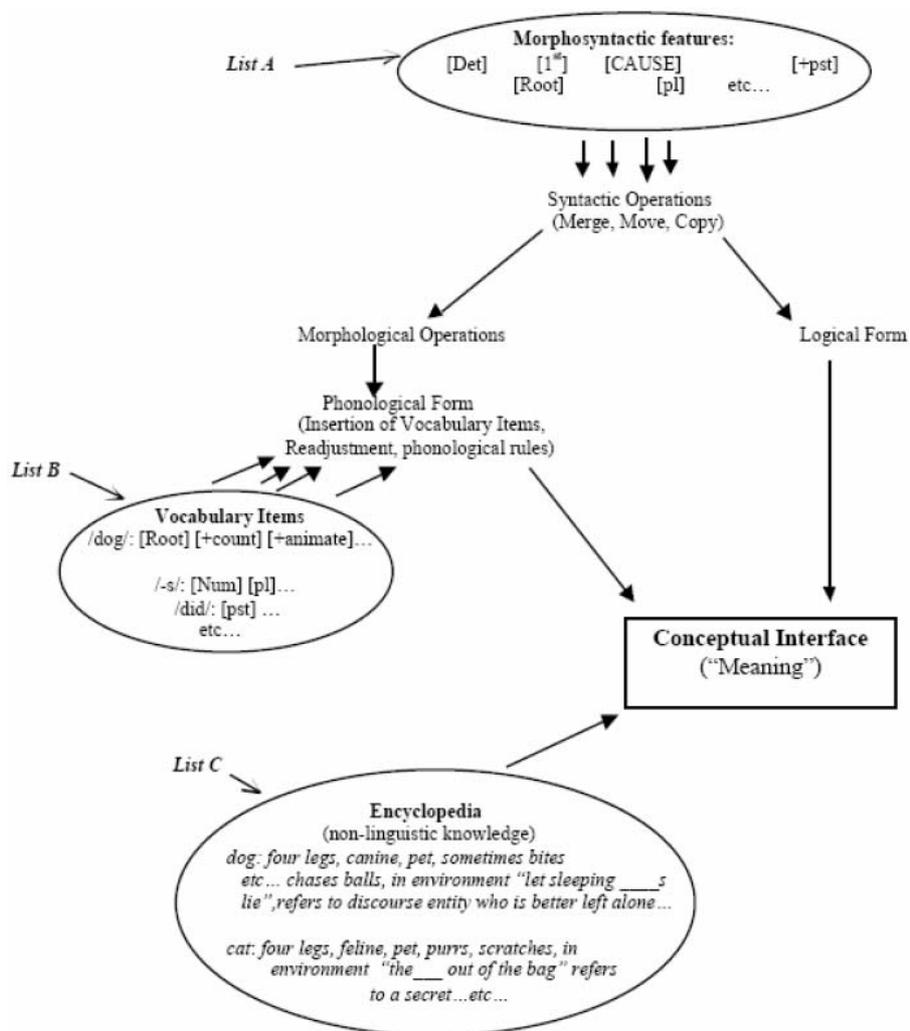
4.3 A morfologia distribuída

Para a realização deste trabalho utilizaremos como principal arcabouço teórico a Morfologia Distribuída (doravante MD). A MD é um dos desenvolvimentos recentes da Teoria da Gramática Gerativa; sendo assim, ela se caracteriza como uma teoria sobre a arquitetura da faculdade da linguagem. Foi proposta no início da década de 1990, por Morris Halle e Alec Marantz, tendo como principais trabalhos de origem: Halle; Marantz (1993), Halle (1997) e Marantz (1997).

São três as propriedades que definem a MD:

- (46) a) **Inserção tardia** (*Late Insertion*): refere-se à hipótese de que expressões fonológicas de terminais sintáticos são fornecidas no mapeamento para a Forma Fonológica (PF). Em outras palavras, categorias sintáticas são puramente abstratas, não possuindo conteúdo fonológico. Apenas depois da sintaxe, elas recebem traços fonológicos, por meio de regras que unem “som” a traços de um nó terminal, chamadas de itens de vocabulário, que caracterizam um processo chamado *spell-out*.
- b) **Subespecificação dos itens de vocabulário** (*Underspecification of vocabulary items*): as expressões fonológicas não precisam ser completamente especificadas para as posições sintáticas onde elas podem ser inseridas. Apenas os morfemas (nós da estrutura sintática) são totalmente especificados em relação ao seu conteúdo.
- c) **Estrutura sintática hierárquica em toda a derivação** (*Syntactic hierarchic structure “all the way down”*): implica que elementos que juntam sintaxe e morfologia entram nos mesmos tipos de estruturas de constituintes. A Morfologia Distribuída está baseada na proposta de que os elementos da sintaxe e da morfologia são entendidos como discretos em vez de resultados de processos morfo-fonológicos. Não há a necessidade de derivações ou processos pré-sintáticos.

O léxico é explodido em três listas (Cf. MARANTZ, 1997) que são acessadas em diferentes lugares da derivação sintática, como podemos observar na figura retirada de Harley; Noyer (1999):



A Lista A (Elementos Primitivos) contém as raízes e os morfemas abstratos. Os morfemas abstratos são terminais sintáticos que possuem apenas traços não fonológicos. Podem ser considerados como traços universais. Participam dessa lista, os traços de categorias funcionais que, ao final da computação, podem ser preenchidos com traços fonológicos.

Atualmente existe uma grande discussão sobre a natureza das raízes na MD. Para Embick; Noyer (2004), as raízes são definidas como complexos de traços fonológicos⁴ e, em alguns casos, traços diacríticos não-fonológicos. Enquanto os traços que criam os morfemas abstratos são universais, as raízes são combinações específicas de som e de significado. De maneira bastante ampla, o conceito de raiz pode ser diretamente relacionado ao signo saussureano, no que diz respeito à indivisibilidade entre significante e significado. As raízes sempre ocorrem numa relação local com um núcleo funcional definidor de categoria, ou seja, as raízes, por si só, não possuem categoria gramatical determinada.

A Lista B (Vocabulário), segundo Embick; Noyer (2004), contém os itens de vocabulário, ou seja, a expressão fonológica dos morfemas abstratos⁵ e as regras necessárias para combinar a parte fonológica com a parte morfológica da estrutura sintática.

A Lista C (Enciclopédia) é uma lista de informação semântica que deve ser consultada. Por exemplo, uma propriedade de certa raiz, ou de um objeto construído sintaticamente tal como uma expressão idiomática, será consultada para, então, ter seu significado definido. Essa lista também define sentidos especiais para determinadas raízes, dependendo do contexto sintático em que tais raízes aparecem. Por exemplo, a raiz “gato pode significar: felino peludo, animal que gosta de leite, animal que caça rato etc, ou pode significar: emaranhado de fios clandestino que pode levar a um curto circuito etc. De maneira geral, podemos dizer que a Enciclopédia relaciona itens de vocabulário a significados. Em outras palavras, ela é uma lista de idiomas da língua.

⁴ Trabalhos recentes, como Rocha (2008), tentam mostrar que as raízes não possuem conteúdo fonológico. O presente trabalho também está engajado em discutir os traços presentes nas raízes da MD e, para tanto, irá tomar as raízes apenas como um conjunto de traços abstratos, sem conteúdo fonológico.

⁵ Para aqueles que defendem a inserção tardia de conteúdo fonológico para as raízes, como é o nosso caso, a Lista B também contém os itens de vocabulários para as raízes.

Na MD, o termo *idioma* é usado para se referir a qualquer expressão (mesmo uma simples palavra ou uma subparte de uma palavra), cujo significado não é totalmente previsível a partir de sua descrição morfossintática. Por exemplo, gato (animal mamífero, felino, doméstico, etc). Desse modo, a enciclopédia não é apenas o lugar dos significados não-composicionais, mas é, também, o lugar dos significados de um modo geral.

Podemos ressaltar ainda que a MD prevê a possibilidade de que algumas operações como: fissão, fusão, empobrecimento e *merger* ocorram na estrutura morfológica no caminho para PF. Destacaremos a operação de fissão que, segundo Harley; Noyer (1999), explica algumas situações em que um único morfema abstrato pode corresponder a mais de um item de vocabulário. Essa operação será utilizada para explicar os *compounds* do hebraico.

A utilização de um arcabouço teórico como a MD nos possibilitará refletir sobre a formação do *Construct State* e sobre o fenômeno da Definitude Espreada de uma maneira diferente. Além disso, esperamos, ainda que de um modo tímido, contribuir para uma discussão sobre a posição sintática de Caso e para uma reflexão sobre a faculdade da linguagem.

5. O *construct state* e os *compounds*: uma análise morfossintática

Este capítulo tem como objetivo específico discutir a estrutura dos CSs e dos *compounds* e mostrar que, ao contrário do que dizem diversos autores, essas construções possuem estruturas de formação diferentes entre si apesar de possuírem semelhanças superficiais. Além disso, argumentamos que, tanto os *compounds*, quanto os CSs são formados na sintaxe.

Primeiramente, refletiremos sobre os *compounds*, levando em conta todas as propriedades que já foram ressaltadas na seção 3.2 do capítulo 3. Logo após, defenderemos uma análise para os CSs em que privilegiaremos o fenômeno da Definitude Espreada e a checagem de Caso.

5.1 Os *compounds*

Nesta seção, discutiremos a formação dos *compounds* na sintaxe levando em consideração que algumas propostas não apresentam uma análise satisfatória sobre essa construção.

Os *compounds*, por vezes, são tratados como algo separado da sintaxe, seja no léxico ou em PF. A questão que surge, ao tomar uma teoria não lexicalista como a MD é: que tratamento pode ser dado aos *compounds* nessa teoria, uma vez que não há léxico, mas há um componente morfológico que opera sobre uma estrutura

sintática? Dessa maneira, nossa análise preliminar, que se fundamenta nesse modelo, deverá defender uma estrutura sintática para os *compounds*, sobre a qual o componente morfológico irá operar.

5.1.1 A proposta de Pereltsvaig para os *compounds*

Duas perguntas são relevantes para a análise de Pereltsvaig(s/d):

- i) Por que não existem *compounds* verbais no hebraico?
- ii) Por que não existem *compounds* em outras línguas semíticas como o árabe e o maltês?¹.

A autora destaca a existência de dois tipos de *compounds* em hebraico. O primeiro tipo de *compound* é considerado uma única palavra e, na maioria dos casos, houve aglutinação dos elementos que o compõem. É o caso dos exemplos em (47):

- (47) a) *kaduregel* b) *benadam*
kadur-regel *ben-adam*
bola-pé filho-Adão
'futebol' 'pessoa'
- c) *xayzar*
xay-zar
vida-externa
'extraterrestre'

Nesse primeiro tipo de *compound*, a marca de definitude é realizada na frente de todo o *compound* e o morfema plural é

¹ Língua que é um desenvolvimento do árabe e sofreu influência românica e é falada na República de Malta, que fica Mediterrâneo Central.

realizado apenas uma vez no final do *compound*, como podemos ver em (48):

- (48) a) *ha-xayzarim* b) **xayim ha-zar*
 DEF-extraterrestre(pl) vida(pl) DEF-externa
 ‘os extraterrestres’

No segundo grupo, a marca de definitude deve ser introduzida no segundo membro e a marca de plural, geralmente, se localiza no núcleo. Este segundo tipo de *compound* apresenta as seguintes possibilidades de combinação:

- (49) a) N+N=N *tapuax adama* (maçã-terra) ‘batata’
 b) N+A=N *yom-tov* (dia-bom) ‘feriado’
 c) N+P=N(raro) *ma ʔacamat-ʔal* (poder-sobre) ‘super-poder’
 d) A+N=A *cabov-limon* (amarelo-limão) ‘amarelo-limão’
 e) P+A=A *beyn-leumi* (entre-nacional) ‘internacional’
 f) A+A=A *kaxol-kehe* (azul-escuro) ‘azul marinho’

Após identificar dois tipos de *compounds* (um primeiro tipo que se comporta como uma única palavra e em que o *ha-* pode aparecer no primeiro membro, e um segundo tipo, em que o *ha-* aparece no segundo membro e a marca de plural aparece no núcleo, ou seja, no primeiro membro), Pereltsvaig também nota que não existem *compounds* formados com V em hebraico, contrariamente ao que ocorre em outras línguas naturais. Uma vez que o primeiro tipo de *compound* não oferece problemas para a análise, não apresentando Definitude Espreada e exibindo uma marcação de plural diferente daquela encontrada nas palavras hebraicas, por exemplo, a autora deixará de lado os *compounds* do primeiro tipo e concentrará sua investigação na ocorrência de *compounds* do segundo tipo e na não ocorrência de *compounds* verbais.

Embora a autora tenha sugerido que *compounds* do tipo V+N não existam, ela mesma aponta que há construções no hebraico formadas por V+N que são consideradas idiomas. Além disso, também existem *compounds* formados com nomes deverbais. A autora discutirá a partir deste ponto se, de fato, as construções do tipo V+N se diferem daquelas N+N formadas por nomes deverbais que são consideradas, por ela, *compounds*. O que motiva essa discussão é o fato de que idiomas verbais e *compounds* deverbais têm seus significados formados não-composicionalmente. Em (50)(b e d) podemos observar os idiomas verbais e em (50)(a e c) estão ilustrados os *compounds* deverbais:

- | | | | | | | |
|------|----|--------------------|--------------|----|--------------------------|--------------|
| (50) | a) | <i>štifat</i> | <i>moax</i> | b) | <i>lištof</i> | <i>moax</i> |
| | | enxague(n) | cérebro | | enxaguar | cérebro |
| | | ‘lavagem cerebral’ | | | ‘fazer lavagem cerebral’ | |
| | c) | <i>pšitat</i> | <i>regel</i> | d) | <i>lifšot</i> | <i>regel</i> |
| | | esticação(n) | perna | | esticar | perna |
| | | ‘falência’ | | | ‘falir’ | |

Contudo, a autora defende que as duas construções não são semelhantes. A primeira diferença a ser destacada é a inserção de palavras entre o verbo e seu complemento nos idiomas verbais, o que é impossível nos *compounds* com nomes deverbais. Dois outros autores discutem essa característica. Julien (2000 apud PERELTSVAIG, s.d) diz que a inserção livre de material indica o status de não palavra. Já Lieber (1992 apud PERELTSVAIG, s.d) diz que a inseparabilidade de elementos é o critério mais confiável para qualificar um *compound* no inglês. Para exemplificar, em (51)a) temos: o marcador de definitude *ha-*, o chamado Caso acusativo *et* e o quantificador flutuante *kulam* aparecendo entre

o verbo e seu complemento. O exemplo em (51)b) mostra que um advérbio também pode intervir.

(51) a) *Ha-xevrot ha-ktanot paštu kulam*
 DET-companhia DET-pequena(pl) esticaram todos
 'et ha-regel
 ACC DET-perna
 'As companhias pequenas todas faliram'

b) *Ha-xevrot ha-ktanot paštu*
 DET-companhia DET-pequena(pl) esticaram
maher 'et ha-regel
 rapidamente ACC DET-perna
 'As companhias pequenas faliram rapidamente'

Os exemplos em (52) mostram que a inserção dos mesmos elementos entre o nome deverbal e seu complemento, em um *compound*, é impossível.

(52) a) **pšitat Kulam 'et ha-regel*
 esticação todos ACC DET-perna
 significando: 'falência de todos'

b) **pšitat maher 'et ha-regel*
 esticação rapidamente ACC DET-perna
 significando: 'falência rápida'

Tendo mostrado que *compounds* com nomes deverbais não se comportam como idiomas, Pereltsvaig analisa a ausência de *compounds* verbais no hebraico à luz da morfologia concatenativa/

não concatenativa dessa língua². Para a autora existe uma separação na língua no que diz respeito à morfologia concatenativa: o sistema nominal apresenta uma morfologia concatenativa, enquanto o sistema verbal exibe uma morfologia não concatenativa. Dessa forma, a autora formula a tese de que a possibilidade de formação de *compounds* está ligada à morfologia concatenativa. Assim, Pereltsvaig tentará diferenciar a morfologia verbal da morfologia nominal.

Consideremos primeiramente a morfologia nominal. Semelhante a outras línguas semíticas, o hebraico emprega uma morfologia sufixal para a formação do feminino e do plural.

(53) Formação do feminino com o sufixo *-a* e *-t*

<i>pakid</i>	<i>pakida</i>	‘auxiliar’
<i>ʔitonaʔi</i>	<i>ʔitonaʔit</i>	‘jornalista’

(54) Formação do plural

a) masculino: sufixo *-im*

<i>tik</i>	<i>tikim</i>	‘bolsa’
<i>kovʔa</i>	<i>kovʔaim</i>	‘chapéu’

b) feminino: sufixo *-ot*

<i>megira</i>	<i>megirot</i>	‘gaveta’
<i>tmuna</i>	<i>tmunot</i>	‘pintura’

² A língua hebraica é composta por um sistema de raízes tri-consonantais, impronunciáveis e acategoriais, as quais possuem um significado/conceito. Dispõe, ainda, de um sistema de vocalização, que define a categoria das raízes (cf. ARAD, 2004). Pereltsvaig (s.d) está se referindo a esse sistema como morfologia não concatenativa. Para a autora, o hebraico apresenta uma morfologia não concatenativa apenas para os verbos. Por sua vez, o hebraico também apresenta afixos. A autora dá o nome à morfologia que utiliza afixos, de um modo geral, de morfologia concatenativa.

Pereltsvaig diz que, no campo da morfologia derivacional para a formação de nomes, a morfologia concatenativa também prevalece. Os sufixos *-ut*, *-an*, *-a'i*, *-it*, *-iya*, além de vários outros são utilizados para formar nomes. Esses sufixos estão ilustrados em (55):

(55)	<i>nomali</i>	‘normal’	<i>normaliut</i>	‘normalidade’
	<i>yevu'</i>	‘importados’	<i>yevu'an</i>	‘importador’
	<i>tenis</i>	‘tênis’	<i>tenisa'i</i>	‘tenista’
	<i>kos</i>	‘copo’	<i>kosit</i>	‘copinho’
	<i>guf</i>	‘corpo’	<i>gufiya</i>	‘camiseta’

No entanto, a própria autora observa que certos tipos de nomes fogem à morfologia concatenativa. Por exemplo, alguns padrões vocálicos (chamados *templates* ‘padrões’) podem indicar nominais agentivos derivados de verbos ou de outro nome, como o padrão chamado PA'ALAN³ em (56):

(56)	<i>daykan</i>	‘pessoa pontual’	√ <i>dyk</i>	‘ser pontual’
	<i>kalpan</i>	‘carteador’	<i>klaf</i>	‘carta’

Podem ser encontrados um padrão formador de nomes de instrumentos, como o padrão MAF'EL em (57) e um padrão para nomes de doenças, como o padrão PA'ELET em (58):

(57)	<i>maghec</i>	‘ferro’	√ <i>ghc</i>	‘ser de ferro’
	<i>maxšev</i>	‘computador’	√ <i>xšv</i>	‘pensar’
	<i>mafteax</i>	‘chave’	√ <i>ptx</i>	‘abrir’
	<i>mašpex</i>	‘funil’	√ <i>špx</i>	‘servir’

³ A gramática tradicional costuma dar nomes para os padrões vocálicos. As consoantes do nome do padrão representam as três consoantes que formam as raízes e as vogais do nome representam as vogais que formam aquele padrão. Por exemplo, o padrão PA'ALAN possui como padrão vocálico a sequência A-AN.

- (58) *daleket* ‘inflamação’ √glk ‘queimar’
cahevet ‘icterícia’ *cabov* ‘amarelo’

A autora mostra também que não há sufixos formadores de verbos, apenas padrões vocálicos. Mesmo os verbos emprestados de outras línguas, ao entrarem no hebraico, enquadram-se em um dos sete padrões verbais existentes. Um exemplo desse fato é a palavra *telefon* ‘telefone’ que se encaixa em um padrão vocálico para formar o verbo *letalpen* ‘telefonar’. O sistema gramatical adquire uma nova raiz formada pelas consoantes t-l-p-n e, assim, pode entrar em um padrão verbal causativo como o PI’EL, o qual se caracteriza pelas vogais i-e, formando *tilpen* ‘fazer um telefonema’.

Desse modo, Pereltsvaig resume a morfologia do hebraico no seguinte quadro:

Morfologia	Derivacional	Flexional
Nominal	<ul style="list-style-type: none"> concatenativa: sufixos <i>-ut, -na, -a’i, -it, -iya</i> não concatenativa: padrão de instrumento, padrão de doenças, nomes deverbais 	<ul style="list-style-type: none"> concatenativa: sufixos <i>-a, -im, -ot</i> não concatenativa: (não tem)
Verbal	<ul style="list-style-type: none"> não concatenativa: sete padrões verbais concatenativa: ? 	<ul style="list-style-type: none"> não concatenativa: tempo e voz concatenativa: sufixos de concordância

A fim de argumentar que a morfologia não concatenativa que forma verbos é a responsável pela inexistência de *compounds* verbais em hebraico, Pereltsvaig vai trazer evidências de outras línguas semíticas que possuem morfologia não concatenativa, seja para verbos ou para nomes, e não possuem nenhum tipo de *compound*.

O árabe⁴ possui morfologia não concatenativa, seja no domínio nominal ou no domínio verbal. No domínio nominal,

⁴ A autora mostra exemplos de vários dialetos do árabe: Árabe Padrão (*Standard*) (AS), Árabe Egípcio (AE), Árabe Palestino (AP), Árabe Iraquiano (AI), Árabe do Golfo (AG).

essa língua exibe morfologia não concatenativa tanto derivacional quanto flexional. Em (59), temos alguns exemplos⁵ de morfologia não concatenativa que forma palavras que são instrumentos.

(59)	AS	AE	tradução
	<i>mi-dfaʔ(-un)</i>	<i>ma-dafaʔ</i>	um canhão
	<i>mi-Syad-at(-un)</i>	<i>ma-Syad-a</i>	uma armadilha
	<i>mi-braaθ(-un)</i>	<i>mi-haat</i>	um arado
	<i>mi-ftaah(-un)</i>	<i>mu-ftaah</i>	uma chave

No domínio flexional, a morfologia não concatenativa é utilizada para a formação do plural. O árabe apresenta dois tipos de marcação de plural: (i) o plural chamado de *sound* (concatenativo) está ilustrado em (60); (ii) o plural chamado de *broken* (não concatenativo) está ilustrado em (61).

(60) Plurais *sound*

AG: *muslim* ‘mulçumano’ *musilmiin* ‘mulçumanos’
 AI: *muhandiis* ‘engenheiro’ *muhandisiin* ‘engenheiros’

(61) Plurais *broken*

AG: *malik* ‘rei’ *mluuk* ‘reis’
 AI *baab* ‘porta’ *bwaab* ‘portas’

O estatuto de *compound* é algo muito discutido em árabe. Holes (1990 apud PERELTSVAIG, s.d) afirma que os *compounds* se formam por um processo estritamente distinto de processos que formam NPs complexos. De acordo com esse autor, todos os construtos encontrados no árabe do golfo, incluindo N+N e A+N, são CSs. Podemos ver alguns exemplos do autor em (62).

⁵ Os exemplos são de Pereltsvaig (s.d).

- (62) a) *galam Hibr* b) *aHmar il-loon*
 caneta tinta vermelho DET-cor
 ‘caneta-tinteiro’ ‘vermelho de cor’ ‘da cor vermelho’

Finalmente, Pereltsvaig (s.d) mostra um contraste interessante entre o árabe do golfo e o hebraico no que diz respeito aos nomes chamados locativos. Em AG, tais nomes seguem um padrão especial, enquanto, no hebraico, os mesmos nomes são *compounds*.

(63)	GA	tradução	hebraico	glosa literal
	<i>madrása</i>	escola	<i>beyt sefer</i>	casa-livro
	<i>maʕbára</i>	cemitério	<i>beyt kvarot</i>	casa-tumbas
	<i>maHkáma</i>	tribunal	<i>beyt din</i>	casa-julgamento
	<i>mataar</i>	aeroporto	<i>sde te”ufa</i>	campo-aviação

Outras línguas são analisadas por Pereltsvaig (s.d) para argumentar em favor de sua idéia. Desse modo, a autora traz os dados do árabe palestino (AP) que não parece ser diferente dos outros dialetos do árabe que já foram mostrados. Para a autora, todas as expressões do tipo *compounds* são CSs nesse dialeto. Isso é sustentado por fatos da língua, como por exemplo, nos nominais, considerados como possíveis *compounds*, tanto o núcleo, quanto o não núcleo podem ser pluralizados, de forma que a especificação de número, seja no núcleo, ou no não núcleo, contribui para o significado da expressão como um todo. Os exemplos em (64) ilustram esse fato.

- (64) a) *beyt el kalb* b) *byut el kalb*
 casa DET cachorro casas DET cachorro
 ‘casa do cachorro’ ‘casas do cachorro’

- c) *beyt el kelab* d) *byut el kelab*
 casa DET cachorros casas DET cachorros
 ‘casa dos cachorros’ ‘casas dos cachorros’

Além disso, outro fato que apóia a argumentação de que tais expressões não são, de fato, *compounds* é a possibilidade de paráfrase com sintagmas preposicionados⁶. Em (65)b), a expressão sem a preposição possui a mesma interpretação daquela com a preposição em (65)a):

- (65) a) *beyt lit kalb*
 casa prep.DET cachorro
 ‘a casa do cachorro’

- b) *beyt el kalb*
 casa DET cachorro
 ‘a casa do cachorro’

Outra língua explorada por Pereltsvaig (s.d) é o maltês. Mesmo tendo sido influenciado por línguas românicas (em particular o italiano, o sardo e o siciliano) e por empréstimos do inglês, o maltês é uma língua semítica de morfologia não concatenativa. Assim como o árabe, essa língua possui dois tipos de formação de plurais e apresenta construções do tipo N+N semântica e sintaticamente transparentes.

Também no maltês os possíveis *compounds* são tratados como CSs. Esse fato é assegurado pelos seguintes fatores: (i) a possibilidade de coordenação de membros não núcleos como vemos em (66) e (ii) a possibilidade de aninhamento (*nested*) como em (67).

⁶ Este teste foi utilizado no hebraico para diferenciar *compounds* de CS.

(66) *sid il-ghalqa u l-gnien*
dono DET-campo e DET-jardim
'O dono do campo e do jardim'

(67) *ghelug snin bint ir-re*
completação anos filha DET-rei
'o aniversário da filha do rei'

A gramaticalidade do exemplo em (67) contrasta claramente com a agramaticalidade de sua contraparte no hebraico em (68). Isso se segue do fato de, no hebraico, *yom huledet* 'aniversário' ser um *compound* e em maltês *ghelug snim* 'aniversário' ser um CS e não um *compound*.

(68) **yom huledet bat ha-melex*
dia nascimento filha DET-rei
'o aniversário da filha do rei'

Com base nas observações acima, Perelstsvaig (s.d) conclui que a impossibilidade de existência de *compounds* verbais no hebraico está relacionada com a existência de uma morfologia não concatenativa no domínio verbal. Esse fato é corroborado por outras línguas semíticas que apresentam uma morfologia não concatenativa no domínio nominal e não apresentam nenhum tipo de *compound*.

Contudo, Perelstsvaig (s.d) parece colocar em dúvida a morfologia não concatenativa nominal do hebraico, ao apresentar dois padrões nominais não concatenativos: o padrão que forma palavras que são instrumentos e o que forma nomes de doenças. Surge uma questão: se a morfologia não concatenativa verbal está relacionada à não existência de *compounds* verbais, como explicar a possibilidade de morfologia não concatenativa nominal do hebrai-

co e a existência de *compounds* nominais? E outra pergunta segue: quão não concatenativa deve ser uma morfologia para impedir a formação de *compounds*? Para a autora em questão, o hebraico não possui uma morfologia não concatenativa suficientemente forte no domínio nominal para impedir a existência de *compounds*.

Entretanto, ao tomarmos os trabalhos de Arad (2003, 2004), veremos que existe sim um padrão vocálico forte para os nominais e que, em alguns casos, este supera as possibilidades de ocorrência dos padrões ditos verbais. Vejamos os exemplos⁷ de Arad em (69).

(69)	√xšb		
a)	CaCaC (v)	<i>xašav</i>	‘pensar’
b)	CiCCeC (v)	<i>xišev</i>	‘calcular’
c)	hiCCiC (v)	<i>hexšiv</i>	‘considerar, estudar’
d)	hitCaCCeC (v)	<i>hitxašev</i>	ser considerado’(este é um padrão de passiva)
e)	maCCeC (n)	<i>maxšev</i>	‘um computador/ calculadora’
f)	maCCaCa (n)	<i>maxšava</i>	‘um pensamento/idéia’
g)	CCiCut (n)	<i>xašivut</i>	‘importância’
h)	CiCCon (n)	<i>xešbon</i>	‘aritmética/conta/fatura’
i)	taCCiC (n)	<i>taxšit</i>	‘cálculo’

Vimos que, para a raiz *xšb*, que pode expressar o conceito de “pensar, ou algo que pensa”, há quatro padrões verbais possíveis e outros cinco padrões nominais possíveis, de modo que somos levados a refletir se é verdade que a língua hebraica não possui uma morfologia não concatenativa suficientemente forte no domínio nominal, ao contrário do que defende Pereltsvaig (s.d).

⁷ Nos exemplos de Arad, a letra C representa o lugar das consoantes que fazem parte da raiz, já as vogais representam a seqüência que forma o padrão vocálico.

5.1.2 As noções de palavra

Destacaremos, neste ponto, uma questão que ora está implícita, ora é tomada como base para uma análise sobre os *compounds*: a noção de palavra, mas, mais especificamente, a idéia de que os *compounds* formam uma palavra prosódica.

Como vimos na análise de Pereltsvaig (s.d), a autora ora toma os *compounds* como formados por uma única raiz (que passou por um processo de aglutinação), ora como duas raízes; no entanto, sua análise tem, como apoio, a noção de palavra prosódica e da morfologia concatenativa/não concatenativa do hebraico, de forma que, nessa análise, temos várias noções de palavra sendo utilizadas: (i) palavra prosódica, quando a autora leva em consideração a perda de acento do *compound*; (ii) palavra morfológica ou sintática, quando a autora separa os *compounds* formados com uma raiz dos que são formados por duas raízes e (iii) palavra morfológica, quando a autora utiliza a morfologia não concatenativa para explicar a não ocorrência de *compounds* formados com verbos.

Surgem, desse modo, algumas questões: o *compound* forma uma única palavra? Ou ele é formado por duas palavras? Talvez a resposta esteja na já conhecida frase de Saussure a propósito de como o ponto de vista cria os objetos. Cada uma das teorias toma os *compounds* de uma maneira. Assim, pretendemos resumir alguns dos principais pontos de vista sobre o que são palavras, como por exemplo: o que é uma palavra prosódica ou palavra fonológica, além de mostrar, brevemente, o que são *compounds* para morfologia e como eles são tratados pela Sintaxe Gerativa numa teoria lexicalista.

Talvez, para muitos leigos em teoria lingüística, quando falamos de palavra, falamos do objeto gráfico separado por espaços, ou seja, falamos de palavra no sentido ortográfico. Se tomarmos como base este ponto de vista, o que podemos dizer de palavras como *aguardente* do português, *pickpocket* ‘batedor de carteira’ do inglês e *beit-sefer* ‘escola’ do hebraico? Será que iremos tratá-las

como uma única palavra, mesmo quando percebemos que podemos separá-las em duas palavras diferentes? Por exemplo, *aguardente* pode ser separada na palavra *água* e na palavra *ardente*.

O que podemos dizer também da seqüência *escrever, escrevesse, escrevemos, escreveu e escreveria*. Talvez, nossa intuição de falantes nativos nos sugira que se tratam de formas diferentes da mesma palavra. A morfologia tradicional dá o nome de *palavras gramaticais* a esses tipos de palavras.

Outro sentido de palavra, agora já sob um viés lingüístico e investigativo, é a forma da palavra pronunciada: *palavra fonológica* ou *palavra prosódica*. A definição teórica de palavra fonológica, levando em consideração a hierarquia prosódica, diz que essa “corresponde, mas não necessariamente, ao nó terminal de uma árvore sintática, é a categoria que domina o pé” (BISOL, 2001). Por exemplo, a fonologia considera a seqüência [te kōnsidãro]ù *te considero* como uma unidade fonológica. Um dos principais aspectos das palavras fonológicas é não haver uma isomorfia com o que chamamos de *palavra gramatical*, ou palavra morfológica, de forma que os *compounds* se tornam um problema, pois uma vez formados, comportam-se como uma unidade gramatical simples, ou seja, os termos não tomam afixos separadamente. Por exemplo, o plural de *lifestyle* do inglês é *lifestyles* e não **lifestyles*. Se tomarmos alguns compostos do português como, por exemplo, guarda-roupa, perceberemos que eles formam uma palavra morfológica, mas duas palavras fonológicas (Cf. BISOL, 2001), pois possuem dois acentos.

Isso significa que, se tomarmos o ponto de vista da fonologia, deveremos tratar os elementos dos *compounds* separadamente? Para a fonologia, palavra seria uma unidade acentual, um conjunto marcado por um só acento fônico (Cf. KEDHI, 2002). Dessa forma, não haveria dúvida de que *mármore, xícara, café* correspondam a uma palavra, de acordo com o critério proposto. Contudo, uma expressão como *com o chinelo* também satisfaz à exigência de um acento tônico e, portanto, seria uma palavra. *Compounds*, tomados

de modo geral pela fonologia, possuem apenas um acento e seriam, assim, uma palavra fonológica.

Ainda tomando a fonologia e a questão do acento como pano de fundo, vamos nos aprofundar um pouco mais na análise dos acentos, agora, não dos *compounds*, mas dos CSs do hebraico e na análise de Pereltsvaig (2006).

Pereltsvaig (2006) propõe que a motivação para a formação dos CSs é a formação de uma palavra prosódica, que serve como um domínio de checagem de Caso para o membro genitivo. A autora defende que a prosódia peculiar, característica dos CSs, não é apenas um traço compartilhado pelos diferentes tipos de CSs, mas é também a motivação para o próprio processo de anexação do núcleo ao membro genitivo. A autora chama a atenção para o fato de que autores como Borer (1991 apud PERELTSVAIG, 2006), que defendem um enfoque sintático para os construtos, dizem que o construto, fonologicamente, é uma palavra.

Outra observação que nenhum autor deixa de fazer é que o núcleo do estado construto é prosodicamente fraco. Assim, uma palavra que não possui uma forma enfraquecida prosodicamente não pode nuclear um construto. No momento da descrição dos dados, já exemplificamos algumas palavras que não podem perder seu acento e, portanto, não podem ocupar o lugar de núcleo do CS. Abaixo repetiremos o exemplo (28) como (70).

- (70) a) *disqotéqim šel ha-layla*
discotecas prep DET-noite
“discotecas da noite”

(PERELTSVAIG, 2006)

- b) **disqoteqey layla*
discotecas.CS.m.pl noite

(PERELTSVAIG, 2006)

Dessa forma, tanto *compounds* quanto CSs poderão ser considerados como uma unidade acentual e, conseqüentemente, uma palavra. Assim não haveria diferenças entre *compounds* e CSs. Para a análise que procuramos desenvolver aqui e que tenta dar uma explicação sintática para a formação de CSs e *compounds*, além de dar mostra de que *compounds* são diferentes de CS, a utilização de um viés fonológico não trará contribuições efetivas no que diz respeito à diferenciação de tais construções.

Resta-nos refletir brevemente sobre o que é uma palavra para uma versão lexicalista da Gramática Gerativa.

Numa proposta lexicalista, ou seja, numa proposta que assume a existência de um léxico, segundo Marantz (1997), o léxico funciona como um local de armazenamento de itens lexicais prontos, que são retirados para a formação de sentenças. O léxico também é o responsável pela manipulação de palavras complexas. No lexicalismo, o componente lexical e a sintaxe funcionariam de forma semelhante, relacionando som ao significado nos limites da palavra e nos limites da sentença, respectivamente. Assim, nesse modelo, os *compounds* são formados no léxico e são tidos como lexicalizados, ou seja, a sintaxe os manipula já prontos, enquanto os CSs podem ser formados na sintaxe, uma vez que seu significado é dado composicionalmente.

Pode-se dizer que, as palavras, numa proposta lexicalista, são o lugar dos significados especiais. Marantz vai contra a crença de que a aparente correspondência entre estruturas e significados especiais, por exemplo, coincidem na palavra. Marantz (1996) argumenta que o ambiente dentro do qual um “vocabulário” particular escolhido deve encontrar um desencadeador para um significado não composicional é restrito e é sintaticamente definido de um modo natural. Na próxima subseção, refletiremos sobre a noção de palavra adotada por Marantz e pela MD.

5.1.3 A Morfologia Distribuída e a noção de palavra

Esta subseção procura examinar a noção de palavra para a MD, quadro teórico que estamos utilizando neste trabalho. A pergunta que se faz aqui é a seguinte: é possível definir “palavra” numa proposta não lexicalista? Como vimos anteriormente, para o tratamento dos *compounds*, essa é uma definição que está em pauta, pois muitas das análises se valem de tal noção.

Por ser a MD uma teoria para a qual o léxico não existe como um componente gerativo, considerando que a principal função do léxico é a de gerar itens lexicais, ou “palavras” com as quais a sintaxe trabalharia, não podemos mais falar de itens lexicais, e conseqüentemente, não falamos de palavras. De acordo com Marantz (1996), para a sintaxe não é importante se uma expressão abstrata se realizará como uma sentença ou como uma palavra.

Segundo esse autor, o significado de qualquer expressão de uma determinada língua é o resultado composicional do processo de derivação. Até mesmo um vocábulo simples como *cat* ‘gato’, numa proposta não-lexicalista, é formado composicionalmente, já que é formado, na sintaxe, através de operações como *merger* e adjunções de traços como [nome], [-pl], etc. *Cat*, nessa proposta, é um idioma frasal. Em (71), temos um exemplo da representação de um idioma como *cat*, com alguns possíveis traços que o irão compor gramaticalmente.

(71) /*cat*/ ↔ [____, +nome, -pl, +contável, +animado,...]

Aqui cabe ressaltar uma diferença que não está explícita no pensamento de Marantz: a diferença entre composicionalidade sintática, ou gramatical, e composicionalidade semântica. Para o autor *cat* não possui uma composicionalidade semântica, assim como uma expressão idiomática (esse é o porquê dele ser chamado *idiom*), mas *cat* possui uma composicionalidade que é gramatical: ele é

formado por uma raiz, é categorizado como um nome, possui traços de número, animacidade, entre outros.

Enfim, como já foi sugerido por autores como Marantz (1996, 1997), para a MD, não podemos falar de palavra como algo pronto, com o quê a sintaxe opera; antes, a “palavra”, assim como a sentença, é algo que a sintaxe produzirá. Essa concepção de palavra será adotada neste trabalho, pois a hipótese que começaremos a delinear argumenta que os *compounds* são formados sintaticamente, mesmo não possuindo um significado composicional.

5.1.4. O significado das coisas: raízes e listemas

Nesta subseção, trataremos de algo que será a base para nossa análise sobre os *compounds*, a ser esboçada nas seções seguintes: a noção de conceito. Nossa hipótese preliminar é a de que os *compounds* são formados por um único conceito, por exemplo, o conceito de “escola”, que é expresso no hebraico por dois elementos *beyt sefer* (literalmente: casa-livro), formando um *compound*. Para isso, utilizaremos uma reflexão de Borer (2005)⁸ sobre onde está o significado das coisas; utilizaremos também a noção de signo de Hjelmslev (1973) e definições de significado e conceito desenvolvidas pela Teoria Semiótica Greimasiana. Por fim, refletiremos sobre a localização do que chamamos de conceito: onde o conceito de algo está especificado na língua hebraica, de modo particular?

Borer (2005) faz uma reflexão sobre como as palavras podem significar muitas coisas, mas as estruturas não podem. A autora, no capítulo introdutório de seu trabalho, irá discutir e descrever de que modo o componente que forma palavras e o componente que forma estruturas se interagem na gramática.

⁸ O trabalho de Borer (2005) se enquadra em uma proposta que começa a abandonar o lexicalismo.

Além disso, Borer traça um panorama da gramática gerativa no que diz respeito ao léxico, às entradas lexicais e, principalmente, à noção de listema.

Dentro de um enfoque em que o léxico é entendido como um reservatório de entradas lexicais, a entrada para um item listado, um listema, tal como *kick*, consiste não apenas do pareamento de sua representação fonológica com seus significados, mas também da informação de que a entrada é um verbo, com um quadro de inserção particular. Já Borer (2005), por exemplo, propõe que haja uma divisão entre a classe chamada “aberta”, que seria a classe de vocabulário substantivo, também chamada por ela de listema, de um lado e, de outro lado, a classe fechada de itens, chamada de vocabulário funcional, que incluiria também a estrutura sintática. Além dessa divisão entre vocabulário substantivo (listema) e vocabulário funcional, haveria uma divisão entre o que é gramaticalmente real – as estruturas e as propriedades dos itens funcionais – e o que pode ser muito real, mas não gramatical – as propriedades do vocabulário substantivo.

O interessante para nossa análise é o fato de que, para Borer (2005), as propriedades dos itens substantivos não seriam gramaticais, e não seriam relevantes para o sistema computacional. As propriedades dos itens substantivos são criaturas nascidas da percepção e conceituação, representando uma rede intrincada de camadas sobre camadas de uma estrutura perceptual complexa que emerge do conhecimento de mundo, ou seja, conceitos que são trazidos para representá-lo. No entanto, essas propriedades não são, fundamentalmente, gramaticais, como já fora dito. Dessa forma, o que pretendemos é traçar um paralelo entre as propriedades desses itens substantivos, com o que a MD chama de raiz, as quais, para nosso trabalho, possuem apenas conteúdo semântico.

Neste ponto, Borer exemplificará que os listemas não são traduções triviais de um grupo fixo de conceito. É bem sabido que uma cobertura conceitual de uma representação fonológica particular não

deve correlacionar precisamente a uma cobertura conceitual de um listema em alguma outra língua. Vamos, por exemplo, imaginar que abelhas ataquem você em um caminho. Em inglês, diríamos que você recebeu uma picada *sting*. Por outro lado, mosquitos, cachorros e cobras fazem algo bastante diferente das abelhas e, nas condições descritas acima para o ataque das abelhas, se, em lugar dela, tivéssemos mosquitos, cachorro e cobras, diríamos que você recebeu uma mordida, o que seria chamado de *bite* em inglês. Em hebraico, tanto abelhas quanto mosquitos fazem a mesma coisa *‘aqac* ‘picada’, enquanto cachorros fazem algo do tipo *našax* ‘mordida’. Infelizmente, para Borer, poderíamos concluir que os falantes de hebraico vivem em um mundo conceitual diferente daquele ocupado pelos falantes de inglês, já que a cobertura conceitual de uma representação fonológica parece não ser a mesma, ou seja, há um reflexo da cobertura conceitual na fonologia. Além disso, esse fato parece sugerir que os conceitos não são “simplórios”, ou não podem ser vistos de modo simples, mas são feixes de traços, plausivelmente arranjados hierarquicamente e que pacotes conceituais podem ser estruturados de modo diferente internamente. Nesse sentido, os listemas estão, de fato, na interface entre o sistema conceitual e o sistema computacional lingüístico. A constituição de um feixe específico da língua, contudo, não afeta o sistema computacional, embora ela possa afetar a formação do sentido, isto é, a tentativa de conciliar os *outputs* que emergem do sistema conceitual e do sistema lingüístico.

A teoria descrita por Borer (2005) não é de todo incompatível com a MD. Podemos considerar os listemas como as *roots* ‘raízes’ da MD, como já dissemos antes. E podemos, de fato, considerar as raízes como feixes de traços semânticos que não afetam a sintaxe, mas que afetam o sentido. Para a MD, as raízes se encontram na Lista A, e Halle; Marantz (1993) já indicam a possibilidade de a Lista A ser a única lista gerativa, talvez porque já naquela época os autores previam que deveria haver um mecanismo que juntasse os traços semânticos para formar um conceito.

5.1.5 A noção de conceito: Hjelmslev (1973)

A partir de agora, exploraremos um pouco mais a noção de conceito formado por traços, uma noção que está delineada na teoria dos signos de Hjelmslev (1973).

Hjelmslev (1973) propõe, a partir de Saussure, que o signo lingüístico seja composto de um Plano da Expressão e de um Plano do Conteúdo. Cada um desses planos, por sua vez, é composto de dois níveis: uma forma e uma substância. A forma corresponde ao que Saussure chama de *valor*, ou seja, é o conjunto das diferenças. A forma da expressão são diferenças fônicas e suas regras combinatórias; a forma do conteúdo são diferenças semânticas e suas regras combinatórias. Cada uma das formas gera uma substância. A substância da expressão são os sons, a substância do conteúdo são os conceitos (Cf. FIORIN, 2002).

A fonologia já descrevera as unidades do plano da expressão seguindo um procedimento metodológico de decompô-las em seus traços distintivos (oral, oclusivo, bilabial, dental, velar, vozeado etc). Da mesma maneira, podemos desvendar a composição das unidades de um campo lexical⁹. O que procuramos é propor que existam traços que são próprios do Plano do Conteúdo e que geram o conceito presente nas raízes. No lugar dos traços distintivos próprios da fonologia, introduziremos os traços distintivos próprios do conteúdo, traços esses já descritos pela semântica lexical.

No entanto, antes de prosseguir na análise, cabe uma reflexão sobre a utilização do termo *conceito*. Neste ponto, utilizare-

⁹ Estamos empregando o termo *lexical*, para fazer referência a uma teoria que estuda os lexemas. No entanto, devemos ter em mente, para este trabalho, que *lexical* está fazendo referência a algo que estaria na Lista 1, mais propriamente às raízes, que não são itens lexicais, pois não há sequer conteúdo fonológico nelas, mas devem conter alguma semântica. O que procuramos é propor que existam traços que determinam o conceito.

mos algumas definições da Teria Semiótica esboçadas por Greimas, Courtés (s.d). Os autores assim definem, no primeiro tópico, o verbete *conceito*:

Como termo da filosofia que é, conceito comporta numerosas e variadas definições, todas porém referindo-se mais ou menos a grandezas do significado (=idéias), suscetíveis de organizarem os dados da experiência.

A definição de conceito dada no dicionário encaixa-se totalmente no que estamos considerando, pois permite pensar o conceito como idéia, que se organizaria por meio de traços, ou regras, que são organizados pela experiência, experiência que cada língua representará de forma particular. Segundo Fiorin (2007), uma mesma realidade é recortada diversamente em línguas diferentes, por isso “uma língua é uma forma de interpretar o mundo, ordená-lo. Ela não é uma nomenclatura aplicada a uma realidade cuja categorização preexiste à significação”. Uma nova realidade, uma nova invenção, uma nova idéia exigem novas palavras, segundo o autor, pois é o vocábulo, a sua denominação que lhes confere existência num dado idioma. Se utilizarmos a noção de raiz como feixe de traços semânticos, seguindo o raciocínio de Fiorin, poderemos dizer que uma idéia, ou conceito está expresso por tais raízes, de modo que, à medida que ordenamos uma realidade, novas raízes são criadas e adquiridas. Uma dada língua tem mecanismos diversos para representar essa nova realidade¹⁰.

Mas por que não utilizar o termo significado para nomear o que se expressa por meio das raízes? O dicionário de Greimas;

¹⁰ Mais adiante, no decorrer do trabalho, veremos quais os mecanismos que uma língua como o hebraico, além da língua mirañã, utilizam para representar novas idéias.

Courtés (s.d) traz a seguinte definição de significado no segundo item do verbete:

A leitura do *Curso de Lingüística Geral*, de F. de Saussure, ensejou interpretações diversas do signo. Procedendo de maneira didática, o lingüista genebrino começa por representar o signo sendo constituído de uma imagem acústica (=significante) e de um conceito (=significado). [...]. O prosseguimento da leitura conduz a uma representação totalmente diferente da linguagem, desenvolvida sob forma metafórica como uma folha de papel de que a frente seria o significante, o verso, o significado, sendo que os arabescos que nela se acham traçados dão uma idéia da maneira pela qual se deve conceber a forma lingüística. [...] L. Hjelmslev adotou a dicotomia significante/significado, mas em termos de planos da linguagem, dando ao significante a denominação de plano da expressão e ao significado, a de plano do conteúdo.

Nessa definição, podemos tomar como significado o plano do conteúdo como um todo, ou seja, o significado é a forma do conteúdo (regras combinatórias, valores, que podem ser formados também através da derivação sintática) mais a substância do conteúdo (gerada pela combinação de valores e traços). Uma vez que, nas raízes, temos um grupo de traços já combinados, temos uma substância gerada, mas podemos ainda acrescentar traços, fazer novas combinações e, então, produzir um significado de fato. Vejamos, por exemplo, uma raiz hebraica como “xšv. Ela pode assumir os seguintes significados variados: *xāšav* ‘pensar’, *xišev* ‘calcular’, *hexšiv* ‘considerar, estudar’. No entanto, todos os significados produzidos possuem um núcleo comum, que pode ser tomado como “algo que exige um processo mental”. É a esse núcleo comum que estamos, nesse trabalho, chamando de conceito. Ocorre que, numa teoria como a MD, especulamos que o lugar dos significados seja a Lista C, também chamada de Enci-

clopédia, pois ela traz todas as possibilidades de significado que, por exemplo, um *idiom* pode ter.

Dando seqüência à tarefa de deixar mais clara a noção de conceito que adotamos, outro verbete que nos chama a atenção é o verbete *significação*. Mais uma vez, o dicionário de Greimas; Courtés (s.d) traz a seguinte definição para o verbete em questão:

Como todos os substantivos dessa subclasse (cf. descrição, operação, etc.), a *significação* é suscetível de designar ora o fazer (a *significação* como processo), ora o estado (aquilo que é significado), e revela, assim, uma concepção dinâmica ou estática da teoria subjacente. Desse ponto de vista, *significação* pode ser parafraseada quer como “produção de sentido”, quer como “sentido produzido”. [...] *Significação* é também utilizado como sinônimo de *semiose* (ou ato de significar) e se interpreta, então, quer como reunião do significante com o significado (constitutiva do signo), quer como relação de pressuposição recíproca que define o signo constituído.

A partir dessa definição podemos: (i) considerar *significação* como “produção do sentido”, e neste caso, relacionaríamos a *significação* com a derivação sintática, na qual o sentido é produzido pela adjunção de traços ou sintagmas, ou (ii) considerar *significação* como um processo que relaciona significante e significado. Ora, em MD podemos dizer que a Lista B é o lugar em que é feito o pareamento entre os itens de vocabulário (o som, mas podemos também dizer que há algum tipo de regra que relaciona o som ao conjunto de traços formado pela sintaxe) e a estrutura sintática, a qual possui os feixes de traços formais (caso sejam morfemas abstratos) e traços semânticos (caso sejam raízes).

5.1.6 As raízes hebraicas e o lugar do conceito.

Tendo examinado alguns termos que serão utilizados, passemos a mostrar como as raízes podem ser o lugar onde está sintetizado o conceito de algo. Para tanto, faremos um paralelo entre o que a MD considera por raiz e as raízes hebraicas¹¹.

É unanimidade entre os estudiosos da língua hebraica a afirmação de que o hebraico possui um sistema de raízes que, na maioria das vezes, é tri consonantal e impronunciável. Elas apenas podem ser pronunciadas quando recebem uma vocalização e, por meio da vocalização, a raiz receberá uma categoria. Dessa forma, há uma vocalização para os nomes, outra para os adjetivos, outra para os verbos, como podemos notar em (72):

(72)	√gdl	
	Padrão vocálico	Palavra
	CaCaC (v)	<i>gadal</i> ‘crescer’
	CaCoC (a)	<i>gadol</i> ‘grande’
	CoCeC (n)	<i>godel</i> ‘tamanho’

Também não é novidade entre os lingüistas e gramáticos que as raízes hebraicas carregam algum campo semântico (especificamente neste trabalho estamos chamando esse campo semântico de conceito) nas palavras que são formadas a partir de uma determinada raiz. Vejamos o exemplo de outras duas raízes em (73) e (74):

(73)	√xtv	
	<i>mixtav</i>	carta
	<i>lixtov</i>	escrever
	<i>ktiva</i> ¹²	escrita/escritura
	<i>haxtava</i>	ditado
	<i>katav</i>	correspondente, repórter, jornalista

(74)	\sqrt{sfr}	
	<i>safrā</i>	escritor (palavra de origem aramaica, mesma raiz de contar/narrar)
	<i>sefer</i>	livro

De (73), podemos deprender um conceito que pode ser traduzido como “o que é escrito” ou “o que escreve”, ou ainda no caso de um nome, “aquele que escreve”. E por que *escritor* não é construído a partir da mesma raiz de *escrever*? Como vimos em (74), a palavra *escritor* vem da mesma raiz de *livro*, que é a mesma raiz de *narrar*. Isso nos sugere o modo como a língua organizou a realidade, parece-nos, nesta língua, que *escritor* possui a função de *narrar* como a principal, e não a função de *escrever*.

Cabe ainda no final desta subseção, considerarmos se as raízes abstratas são de fato algo universal, ou algo específico da língua hebraica, ou das línguas semíticas. Segundo Arad (2004), as línguas podem ter um subgrupo dos traços disponíveis pela Gramática Universal e esse subgrupo não é idêntico em todas as línguas. Há línguas que possuem um grande número de raízes, enquanto outras, como o hebraico, têm um número de raízes relativamente pequeno. Além disso, as próprias raízes não são uniformes e diferem de língua para língua no que diz respeito ao recorte conceitual que fazem da própria realidade, como já dissemos anteriormente.

Neste trabalho, não estamos defendendo que todas as línguas possuam raízes como as hebraicas (tri-consonantais, impronunciáveis etc). Um estudo mais detalhado irá revelar que as raízes hebraicas não correspondem exatamente às raízes abstratas e, como demonstraremos a seguir, muitas vezes o hebraico não possui uma raiz tri-consonantal para representar o conceito que a raiz abstrata, aquela localizada na Lista A, possui. Contudo, sugerimos que devem existir alguns traços, que compõem as raízes, que são universais, ou seja, estão presentes na Gramática Universal e, portanto, são inatos. O fato de o hebraico representar algumas

raízes abstratas, mas não todas as raízes, que são formadas pelas três consoantes e mantidas em algumas palavras, permite um estudo sobre o tipo de informação semântica que permanece nas palavras formadas. De um modo mais específico, deve permitir um estudo de quais traços compõem o conceito que as raízes carregam. Um estudo como esse, em línguas que possuem muitas raízes, ou que não permitem uma visualização das raízes a partir da morfologia dos vocábulos formados, é mais difícil.

Tendo discutido todas as definições acima e refletido sobre o que as raízes hebraicas representam, passaremos, na próxima seção, a uma análise dos *compounds* baseada na noção de raízes abstratas, na noção de conceito e no princípio de inserção tardia de conteúdo fonológico.

5.1.7 Uma análise alternativa para os compounds: com quantas raízes um compound é formado?

Voltemos ao exemplo dado em (29) e repetido aqui como (75):

(75)	<i>Compound</i>	CS
	a) <i>beyt ha-sefer</i>	b) <i>beyt ha-student</i>
	casa DET-livro	casa.CS.m.sg DET-estudante
	‘a escola’	‘a casa do estudante’

Para explicar a estrutura de um *compound* como *beyt sefer* ‘escola’, temos de pensar que, no momento, em que o falante de hebraico quer dizer alguma coisa, por exemplo ‘escola’, ele deve selecionar da Lista A uma raiz que, nessa língua, expresse o conceito de ‘escola’. Essa raiz é uma raiz abstrata, e para nós, sem nenhum conteúdo fonológico.

Uma vez selecionada a raiz, ela entra na derivação e toma um morfema abstrato que lhe dará uma categoria, nesse caso a categoria de nome. E então, a raiz, ao longo da derivação, recebe todos os traços que devem compor a palavra ‘escola’. Ao término da derivação, a estrutura sintática que forma ‘escola’ vai para *spellout* e segue para PF e LF.

Para a MD, há a inserção tardia de conteúdo fonológico no caminho para PF. Neste momento, a Lista B, lista de expoentes fonológicos/itens de vocabulário, entra em ação, assim como o *Princípio do Subconjunto*. Esse princípio diz que: um item de vocabulário pode ocupar uma posição sintática, ou um nó terminal, se tal item possui todos ou um subconjunto dos traços formais especificados para aquela posição. O item de vocabulário, porém, nunca deve conter algum traço que não esteja presente no morfema abstrato para que ele possa ser licenciado em um nóculo. No caso de mais de um morfema ser capaz de preencher esses pré-requisitos, aquele que possuir maior número de traços ocupa o nóculo terminal do morfema abstrato.

Nossa análise sugere que há uma “falha” no momento da inserção do item de vocabulário correspondente à raiz que o falante selecionou da Lista A, uma vez que não há, na língua hebraica, um único item totalmente especificado para o conjunto de traços que compõem o conceito de *escola*. Dessa forma, para que seja inserido um item de vocabulário naquele nó terminal, deve haver uma *fissão* dos traços que o compõem. Assim, embora o *Princípio do Subconjunto* diga respeito a traços formais, estamos assumindo que ele também possa se aplicar aos traços semânticos que compõem a raiz. Então, sugerimos que ocorra uma fissão dos traços semânticos que compõem a raiz abstrata que foi selecionada. Sabemos que nesse nó terminal, agora fissionado, irão entrar os expoentes fonológicos *beyt sefer* (Literalmente: casa-livro). Assim, por meio de uma semântica lexical, podemos tentar delimitar os *semas*, traços distintivos próprios do conteúdo, que compõem a raiz. Se-

guindo a teoria hjelmsleviana, que, como já descrevemos, propõe uma forma do conteúdo, composta de regras combinatórias e diferenças semânticas, sugerimos que o nó terminal de escola deve conter, por exemplo, os traços: +lugar coberto, +ensino, +saber, +cultura, +lugar em que pessoas estão juntas, +estudo, +conhecimento, +narrar (no sentido que alguém transmite algo pela narrativa, já que a raiz de *sefer* ‘livro’ é a mesma de narrar), +instrução, +experiência etc. Dessa forma, nenhum item de vocabulário disponível na lista 2 do hebraico pode, sozinho, dar conta de todos os traços do morfema abstrato. Por esse motivo, são inseridos dois itens de vocabulário: *beyt* ‘casa’ e *sefer* ‘livro’. Se fôssemos dizer qual é o conjunto de traços que cada item de vocabulário dá conta, poderíamos sugerir a seguinte divisão.

(76) */beyt/* ↔ [____, +lugar coberto, +lugar em que pessoas estão juntas, ...]

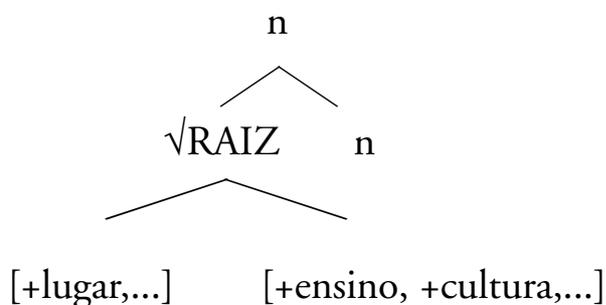
/sefer/ ↔ [____, +ensino, +saber, +cultura, +estudo, +conhecimento, +narrar (no sentido que alguma pessoa transmite algo pela narrativa), +instrução, +experiência, ...]

O item de vocabulário *beyt* ‘casa’ é bastante produtivo na formação de *compounds* em hebraico. Na maioria das vezes, esse item de vocabulário indica lugar. Vejamos alguns exemplos em (77):

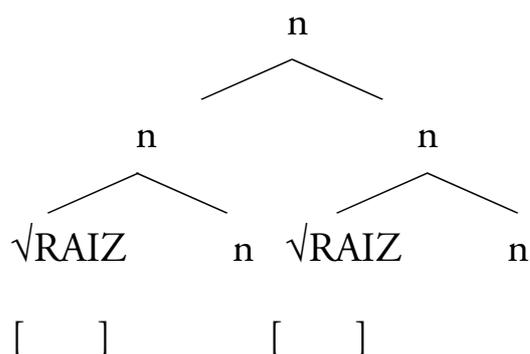
(77)	<i>beyt avod</i>	(casa +ansião)	‘asiló’
	<i>beyt doar</i>	(casa+correspondência)	‘correio’
	<i>beyt din</i>	(casa+lei)	‘tribunal’
	<i>beyt xolim</i>	(casa+doentes)	‘hospital’
	<i>beyt mikdas</i>	(casa+sagrado)	‘templo’
	<i>beyt yoldot</i>	(casa+nascimentos)	‘maternidade’
	<i>beyt mešugarim</i>	(casa+loucos)	‘manicômio’

Portanto, depois das operações morfológicas relevantes, teremos as seguintes estruturas sintáticas para o *compound beyt sefer* ‘escola’, em (79)a), e para os CSs em (79)b):

(34) a) *Compounds*



b) CS



Sabemos da dificuldade de tomar as raízes como sendo constituídas por traços, mesmo em uma teoria como a MD, mais ainda quando esses traços não são formais. Como já lembramos anteriormente, ao falar dos traços dos itens substantivos, aos quais também dá-se o nome de listemas, Borer (2005) explicita que as propriedades desses traços não são gramaticais. Para nossa análise, fica claro que os traços semânticos das raízes não afetam em nada a sintaxe estrita, não provocando, por exemplo, qualquer efeito de *look ahead*. Além disso, é importante ressaltar que a operação de fissão de traços semânticos só pode ocorrer depois da derivação sintática, pois não haveria como motivá-la antes, já que tais traços

não são traços formais. O que nos importa é que a Lista B possa ver os traços semânticos que constituem as raízes, ou seja, que os traços semânticos das raízes tenham relevância para a inserção tardia de conteúdo fonológico. Não queremos delimitar todos os traços das raízes, uma vez que isso seria impossível, mas, se conseguirmos delimitar um traço que faça diferença na inserção de um item ou de outro, já conseguiríamos implementar a análise em questão. O traço relevante pode ser um traço, como [+narrar] que obriga que o item seja *sefer* ‘livro’ e não *ktiva* ‘escrita’ por exemplo. Ou também um traço de [+locativo] que faz com que *beyt* ‘casa’ seja inserido e não qualquer outro item, pois a escolha dos itens de vocabulário parece não ser aleatória.

Uma pergunta pode ser feita após a análise de fissão de traços: tal fissão dos traços da raiz, como a que ocorre no hebraico, pode acontecer também em outras línguas? Na próxima subseção, examinaremos os dados da língua miraña, uma língua indígena que utiliza marcadores de classe, que contribuem para a formação dos significados das palavras. Nosso interesse no exame dessa língua também se concentra em uma tentativa de definir alguns traços das raízes abstratas.

5.1.8 A língua Miraña e os marcadores de classe semânticos

Nesta subseção, como uma evidência independente para a formação de *compounds* a partir de uma única raiz, vamos refletir sobre os dados da língua Miraña. A língua Miraña é uma língua Witotoan falada na região da Amazônia Colombiana e possui mais de 60 marcadores de classe nominais, de maneira que a maior parte deles denota a forma dos referentes nominais, ou seja, se tal nome denota um elemento alongado, estreito, pontudo etc.

O sistema de classificação nominal em Miraña é complexo. Tal complexidade pode ser tomada de dois modos. Em primeiro

lugar, o grupo de marcadores de classe é heterogêneo tanto formalmente, pois cada um possui uma forma fonética diferente, quanto semanticamente, uma vez que as contribuições semânticas para a sentença ou para a palavra são diversas. Em segundo lugar, o conjunto de marcadores de classe pode ser usado em uma grande variedade de funções, sendo as mais importantes delas: (i) a produtiva derivação dos nomes (nos quais os marcadores normalmente contribuem para o significado) e (ii) no domínio morfossintático, a marcação de concordância restrita (na qual os marcadores são semanticamente redundantes em relação aos nomes que controlam e concordam).

Os Marcadores de Classe¹⁴ (doravante MC) em Miraña podem ser divididos em dois grupos: os Marcadores de Classe Geral (MCG)¹⁵, cerca de 6 marcadores que atuam na distinção de animacidade, gênero e número, e os Marcadores de Classe Específicos (MCE), mais de 50 marcadores¹⁶.

Dentre as funções dos MC em Miraña, algumas já relatadas a propósito deste trabalho, destacaremos a função, chamada por

¹⁴ Mantivemos no trabalho a tipologia utilizada por Seifart (2005). Esse autor prefere o termo “marcador de classe” ao termo classificador, ao tratar os dados da língua Miraña. Dessa maneira, preferimos não entrar em um conflito tipológico.

¹⁵ As abreviaturas utilizadas nas glosas para a língua Miraña são as seguintes: MCG (Marcador de Classe Geral), MCE (Marcador de Classe Específico), PL (plural), SG (singular), DL (dual), 1D (uma dimensão), 3D (tri-dimensional), CL (classificador), decl (declarativa), caus (causativo), nfut (não-futuro), aux (auxiliar), part (particípio), dupl (duplicação), obl (oblíquo), PN (pronome de terceira pessoa).

¹⁶ Dentro do grupo de marcadores específicos, Seifart (2005) coloca também os marcadores que ele chama de repetidores. Em um outro momento da tese, o autor irá caracterizar e diferenciar os marcadores de classe específicos daqueles chamados de repetidores por meio de diferentes graus de gramaticalização, uma vez que o mesmo autor toma, como base para sua análise, um enfoque funcionalista.

Seifart (2005)¹⁷, de unitização (*unitization*). Seifart (2005) toma os nomes não-classificados como sendo gramaticalmente não-contáveis. Dessa forma, o autor mostra que tais nomes não podem ser combinados com morfologia de número, como vemos em ((80)a); no entanto, a gramaticalidade se dá ao se utilizar um MC, como vemos em ((80)b):

- (80) a) **ɔhi-:nɛ*
 banana-PL
 ‘bananas’
- b) *ɔhi-ʔó-:nɛ*
 banana-MCE.alongado-PL
 ‘bananas’

É possível reconhecer a origem de alguns marcadores de classe em Miraña. Por exemplo, o marcador *-ha*, que é usado para indicar um lugar coberto e também é usado para roupa, tem como origem a raiz *ha:* que significa ‘casa’, como vemos em (81):

- (81) a) *tɛ:-ha*
 PN-SCM.cobertura
 ‘it’ se referindo à cobertura, casa, roupa etc.
- b) *ha:*
 casa
 ‘casa’ (não pode se referir à roupa, cobertura etc)

¹⁷ Dessa pesquisa, intitulada *The structure and use of shape-based noun classes in Miraña (Noth West Amazon)* e defendida em 2005, retiramos a descrição da língua Miraña e os exemplos apresentados no presente trabalho.

No entanto, para esse trabalho, o fato mais importante é que os marcadores de classe em Miraña, diferentemente dos marcadores de classe encontrados em outras línguas, como o chinês, atuam na composicionalidade do significado de uma palavra ou expressão e não apenas marcam a classe gramatical da palavra a qual estão presos, como podemos ver no exemplo em (82):

(82) a) *Pihúi-ko*

Pesca-marcador de classe específico (SCM).1D.pontudo
'vara de pesca'

b) *túiʔa-hui*

pé-SCM.orifício
'sapato'

Em (82)b), por exemplo temos uma raiz *túi*"a, que significa pé e um marcador de classe específico que significa 'orifício'. Juntos, raiz e MC significam 'sapato'. Parece que em línguas como o hebraico e também na língua Miraña, quando um novo conceito, expresso por uma nova raiz, entra na língua e não há um item de vocabulário que expresse a significação do nó sintático da raiz, a língua utiliza os itens de vocabulário já existentes. No caso da língua Miraña, a língua utiliza o sistema de marcadores de classe. Já o hebraico, língua que não possui MC, utiliza itens de vocabulário correspondentes a raízes com traços que são semelhantes aos traços dos MCs do Miraña. Podemos dizer, por exemplo, que o traço em questão para *beyt sefer* (casa-livro) 'escola', em hebraico, seja um traço [+locativo], no qual será inserido o item *beyt* 'casa'. Por sua vez, o traço em questão para a língua Miraña seja um traço como: [+pontudo], [+orifício], [+cobertura] etc.

5.1.9 Algumas evidências para a análise: o deslocamento da definitude, a marcação do plural, a não existência de compounds nas línguas semíticas.

Nesta seção, traremos o que estamos chamando de evidências que corroboram a análise de que os *compounds* são formados por uma única raiz que, por sua vez, expressa um conceito.

Uma das evidências está no fato de que não há *compounds* nas demais línguas semíticas. Nas línguas semíticas em que encontramos CSs, não encontramos *compounds*, de modo que palavras como *escola* são formadas por uma raiz e um item de vocabulário correspondente a essa raiz. Em (83), temos um exemplo do Árabe do Golfo.

(83) *madrása*

‘escola’

(PERELTSVAIG, s.d)

Outro fato que nos chama a atenção diz respeito à posição da marca de definitude nos *compounds*. No hebraico padrão, a marca de definitude, tanto nos *compounds* quanto nos CSs, aparece entre os dois elementos que fazem parte dessas construções, como podemos ver no exemplo em (84):

(84)	a)	<i>Compound</i>	b)	CS
		<i>beyt ha-sefer</i>		<i>beyt ha-student</i>
		casa DEF-livro		casa DEF-estudante
		‘a escola’		‘a casa do estudante’

No entanto, no hebraico coloquial, os *compounds* podem apresentar a marca de definitude no primeiro membro da expressão; por sua vez, os CSs tornam-se agramaticais se a marca de

definitude estiver no primeiro membro do construto. Esse fato sugere que o falante interpreta *beyt sefer* ‘escola’ como um único item de vocabulário, a ponto de não inserir o *ha-* entre os dois membros. Esses fatos estão exemplificados em (85):

- | | | |
|------|----------------------|--------------------------|
| (85) | a) <i>Compound</i> | b) CS |
| | <i>ha-beyt sefer</i> | * <i>ha-beyt student</i> |
| | DEF-casa livro | DEF-casa estudante |
| | ‘a escola’ | ‘a casa do estudante’ |

Ainda no hebraico coloquial, principalmente entre os falantes mais jovens, podemos encontrar, segundo Shlonsky (2004), *compounds* com duas marcas de definitude. Esse fato levanta a hipótese de que a língua, que não possuía um item de vocabulário para expressar uma significação, com o tempo, passa por mudanças e adquire um item de vocabulário novo. Nesse item de vocabulário adquirido, o *ha-*, que antes era realização de um traço de definitude, já não marca a definitude, pois, como vemos nos exemplos em (86), quando o composto é definido, para esses falantes mais jovens, é necessário um novo *ha-* que marque a definitude. Dessa forma, *beyt ha-sefer* nesse dialeto significa ‘escola’ e não significa ‘a escola’. Essa análise só é possível se tomarmos a estrutura dos *compounds* como sendo composta por apenas uma raiz. Em (86), temos os *compounds* já com os novos itens de vocabulário adquiridos pela língua e com a marcação de definitude.

- | | |
|------|------------------------------|
| (86) | a) <i>ha-[beyt ha-xolim]</i> |
| | DEF-[hospital] |
| | ‘o hospital’ |
| | b) <i>ha-[beyt ha-sefer]</i> |
| | DEF-[escola] |
| | ‘a escola’ |

- c) *ha*-[*orex ha-din*]
 DEF-[advogado]
 ‘o advogado’

Ainda podemos destacar a marcação do plural nos *compounds*. Como já havíamos indicado no momento em que descrevemos as características dos *compounds*, se um membro está no plural, isso não quer dizer que o *compound* será interpretado no plural, como no caso de *xolim* ‘doentes’ que está no plural, porém o *compound beyt xolim* ‘hospital’ está no singular. O plural é marcado apenas uma vez no primeiro membro do *compound*, como ilustrado em (87):

- (87) a) *beyt xolim*
 casa(sg) doente(pl)
 ‘hospital(sg)’
- b) *batey xolim*
 casa(pl) doente(pl)
 ‘hospital(pl)’

Contudo, há *compounds* que recebem a marca de plural no final (exemplos em (88)), mas, como todos os outros *compounds*, o plural é marcado apenas uma vez.

- (88) a) *xayzar*
 extraterrestre
 ‘um extraterrestre’
- b) *ha-xayzar*
 DEF-extraterrestre
 ‘o extraterrestre’
- c) *ha-xayzarim*
 DEF-extraterrestre(pl)
 ‘os extraterrestres’
- d) **xayim ha-zar*
 vida(pl) DEF-externa

O *compound* em (88), que foi colocado por Pereltsvaig (s.d) em um grupo à parte, recebe uma explicação nesta análise: tais *compounds* já se tornaram um único item de vocabulário no hebraico e já não podem ser tomados como uma raiz formada por dois itens de vocabulário, mas como uma única raiz e um único item de vocabulário. Nossa análise faz a previsão de que, com o tempo, todos os *compounds* poderão ser tratados da mesma forma. Para a análise, não é a raiz que, de dupla, passa a ser única, mas o item de vocabulário que, de duplo, passa a ser realizado como único. A raiz será sempre simples.

5.2 O construct state

Nesta seção, discutiremos a formação do CS na sintaxe, tendo em mente todas as características já mencionadas, principalmente, nas seções 3.1 e 3.2 do capítulo 3. Além disso, apresentaremos uma proposta para a análise de atribuição de Caso dentro do CS aliada à Definitude Espreada. Propomos que há um compartilhamento/ checagem do traço de definitude entre o N máximo do CS e D°. N também possui um traço de Caso que precisa ser e checado e tal checagem é um subproduto da operação de *Agree* que se estabelece para a valoração do traço de [def] de D°. Ainda sugerimos uma explicação para a inserção do *'et* (MO) que se apóia em uma análise, na qual os traços de Caso são inseridos pós-sintaticamente.

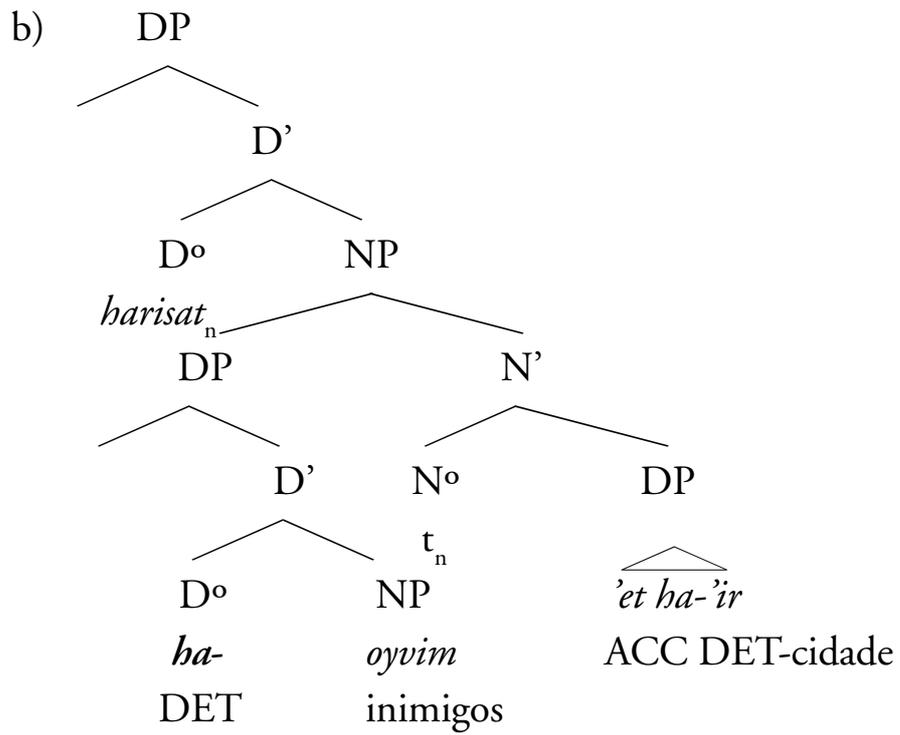
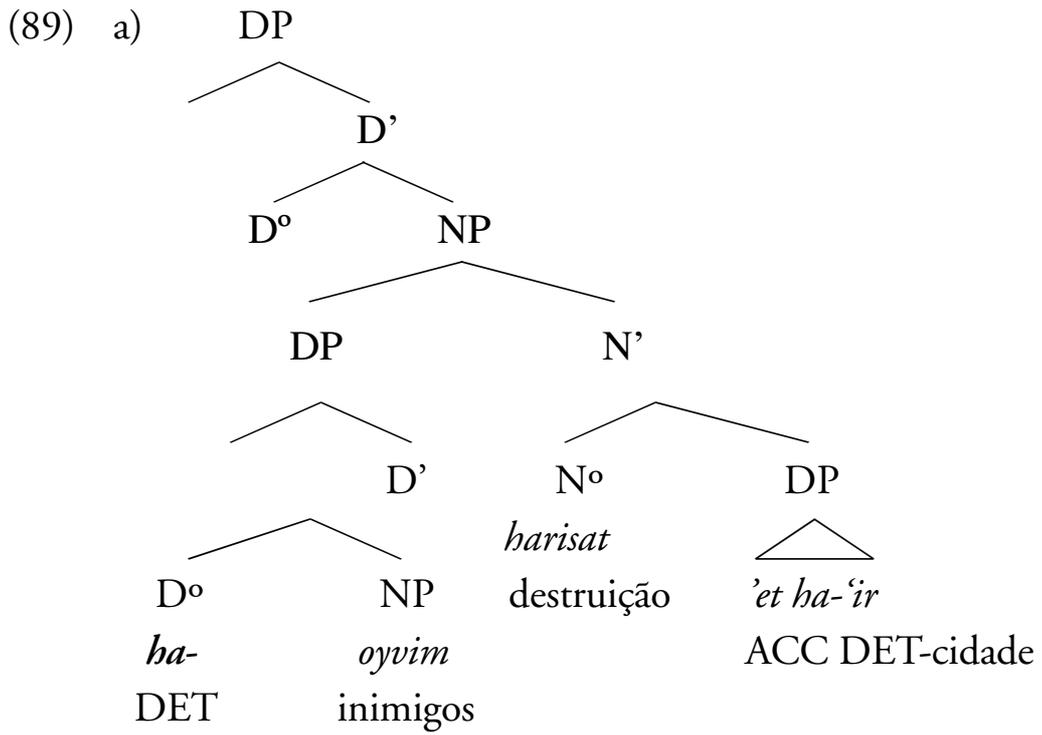
5.2.1 O caso do Caso genitivo no CS: observações em relação ao Caso genitivo do inglês

Nesta subseção, tentaremos discutir concisamente a questão da proximidade entre o CS e a construção genitiva do inglês formada com *ś*. A princípio, podemos imaginar que se trata de construções semelhantes, mas ao contrário do que parece à primeira vista, uma explicação que tente unificar as características das duas construções não é possível, como apontado por Borer (1999).

Um dos autores estudados por Borer (1999) é Ritter (1987, 1988 apud BORER, 1999), uma das primeiras autoras a propor uma explicação para a formação do construto. O estudo de Ritter é motivado por uma tentativa de dar uma explicação unificada para, pelo menos, três propriedades salientes do CS, que são listadas a seguir:

- A estrita ramificação à direita do construto
- A ordem NSO (núcleo, sujeito, objeto)
- A proibição da modificação direta do núcleo

A sentença *harisat ha-'oyvim 'et ha-'ir* 'a destruição da cidade pelos inimigos', de acordo com Ritter (1987, 1988 apud BORER, 1999), seria gerada em DS como mostra o esquema arbóreo em (89)a). A ordem-base é SNO (sujeito-núcleo-objeto). O alçamento de N para D, representado pela estrutura em (89)b), explica: (i) a ordem NSO (núcleo-sujeito-objeto); (ii) o bloqueio de uma realização aberta de um determinante e (iii) a impossibilidade de modificação direta do núcleo pelo artigo definido.



A explicação é atrativa por beneficiar-se do paralelismo entre a estrutura das orações e a estrutura das projeções nominais. Isso deve ser rejeitado apenas se as propriedades associadas com o CS puderem ser explicadas de outra maneira.

Devemos mencionar, contudo, que duas importantes propriedades do CS não são explicadas pelas estruturas (89)a e (89)b e requerem mecanismos adicionais. A primeira propriedade que não é explicada é a Definitude Espreada, ou seja, não se explica como o valor de definitude associado ao segundo membro no construto (no caso do exemplo acima, o sujeito *ha-‘oyvim* “os inimigos”) é interpretado como conectado com o segundo membro do CS, e com o CS inteiro. Assim, a sentença *harisat ha-‘oyvim‘et ha-‘ir* é interpretada como “a destruição da cidade pelos inimigos”.

Hazout (1990 apud BORER, 1999) observa que, no Inglês, um sujeito definido de NP faz com que todo o NP seja interpretado como definido, enquanto um sujeito indefinido provoca a interpretação de indefinitude no NP inteiro.

(90) a) *John’s book* (interpretado como um livro definido)

b) *a student’s notebook* (interpretado como um caderno indefinido)

Para Hazout, a Definitude Espreada deve ser explicada da mesma maneira que se explicam os exemplos em (90) do inglês. Dessa forma, esse autor faz uma analogia entre a estrutura do Inglês e a do Hebraico. No inglês, a marca *’s* em (90) é o núcleo de D^o e *John/student* estão no [Spec, DP], desencadeando assim a (in)definitude pela concordância especificador-núcleo. No entanto, a análise de Hazout não pode se aplicar ao hebraico, pois, nessa língua (no exemplo (89)), o sujeito do NP não pode estar no [Spec, DP], ou não se teria uma configuração que refletisse a ordem das palavras. Ainda assim, é possível que uma operação em LF alce o

sujeito para [Spec, DP]; contudo tal alçamento, no inglês, teria como efeito a agramaticalidade de algumas sentenças. Veja o exemplo a seguir:

(91) * $[_{DP} \textit{sunflower}_2 [_{D'} 's [_{NP} \textit{picture} t_2]]]$

Sendo assim, segundo Borer (1999), para manter a análise de movimento em LF para a Definitude Espraçada não teríamos apenas que assumir o movimento em LF para o hebraico, em que ele não é atestado abertamente, mas teríamos de assumi-lo no Inglês, no qual ele é bloqueado, como vimos no exemplo em (91).

A segunda propriedade que não é explicada pelas estruturas em (89) diz respeito ao deslocamento dos adjetivos modificadores. Adjetivos que modificam o núcleo devem seguir o construto, como vemos em (92).

(92) *harisat* *ha-oyvim* *'et* *ha-'ir*
destruição.CS.f.sg DET-inimigos ACC DET-cidade
bi-mhirut
com-rapidez
‘a destruição rápida da cidade pelos inimigos’

5.2.2 A questão da definitude

Nesta subseção, tentaremos nos aprofundar no tema da definitude, mais precisamente, no tema da Definitude Espraçada. No início deste trabalho, já citamos alguns autores que levantaram questões sobre esse tema e tentaram propor soluções. A propósito da reflexão que pretendemos fazer, destacaremos a proposta de alguns autores como: Borer (1999), que defende a existência de um movimento de $N \rightarrow D$ ” por razões de definitude; Heller (2002) que argumenta que o CS denota um indivíduo

único, independente da natureza do DP genitivo e Danon (2001), que se diferencia das demais propostas ao argumentar que exista uma diferença entre definitude sintática e definitude semântica.

5.2.2.1 A proposta de Borer (1999)

A proposta de Borer (1999) é uma das propostas mais citadas em trabalhos sobre o CS e a Definitude Espreada. A relevância deste trabalho está principalmente em ser um dos únicos a mostrar que a definitude é um traço [+def], que é passível de checagem, e a propor uma estrutura que dê conta do fenômeno da Definitude Espreada. A importância dessa proposta para o presente trabalho se concentra nesses dois pontos. Na realidade, esta pesquisa, ao considerar a proposta de Borer (1999), busca uma continuação, ou seja, busca mostrar que da mesma maneira que a definitude é checada, Caso pode ser checado e há uma dependência entre os dois tipos de checagem dentro do CS.

Borer (1999) possui dois objetivos. Primeiro, ela revisa e avalia a maioria das idéias acerca da hipótese de alçamento de N para D. Em seguida, ela conclui que, enquanto a operação de N!D não pode ser diretamente excluída, não há evidência direta para a existência desta operação baseada na ordem das palavras. Para Borer (1999), o alçamento não se deve à ordem, como propõe Ritter (1987, 1988 apud BORER, 1999), mas à definitude. Dessa forma, o fenômeno deveria ser explicado de outra maneira.

A autora argumenta contra a proposta de Hazout (1990 apud BORER, 1999) para a incorporação de N a D nos CSs. Hazout (op. cit.) assume que o D pode dominar o artigo definido *ha-*, ou alternativamente, dominar um marcador que é inerentemente especificado como \pm definido, e que também é um

atribuidor de Caso genitivo sob regência para o especificador do seu NP complemento¹⁸. Para Borer, a resolução da questão sobre o que desencadearia essa incorporação torna-se a chave para a existência de CS em hebraico. Porém, antes de propor uma solução para o fenômeno que desencadearia a incorporação de N→D, a autora propõe que as especificações do traço ±definido nas línguas semíticas são gerados na base no núcleo lexical, assim, as propriedades sintáticas do CS (como, por exemplo, núcleo não diretamente modificado) não tentam derivar os efeitos de definitude (distribuição, espraiamento). Algumas evidências de que o valor de definitude é um traço do núcleo lexical surgem da presença de concordância de definitude nos adjetivos.

- (93) *ha-yeled* *mešubac* *ha-xulca*
 DET-menino xadrez CS.m.sg DET-camisa
 “o menino de camisa xadrez” “o menino cuja camisa é xadrez”

(Borer 1999:21)

O exemplo acima chama a atenção porque o construto *mešubac ha-xulca* “de camisa xadrez” está funcionando como um adjetivo e, por estar funcionando como um adjetivo, apresenta a concordância típica entre adjetivo e nome. Tal concordância está expressa no nome – *ha-xulca* “a camisa” – que carrega inerentemente a especificação ±definido. Contudo, esse construto, que está funcionando como adjetivo, difere dos nominais definidos por não ser referencial¹⁹ e não possuir nenhuma das propriedades típica-

¹⁸ É crucial para a análise de Hazout a suposição de que DPs nos construtos são interpretados como possuidores e como tais devem ocupar a posição de especificador de NP, que é dedicada aos possuidores

¹⁹ Borer (1999) diz que não há referencialidade, no entanto, a tradução sugere certa referencialidade. É preciso testar os falantes nativos para comprovar esta idéia.

mente associadas à DPs. Neste exemplo, defende a autora, o artigo definido em *xulca* “camisa” é claramente um traço de concordância de definitude, sem nenhum valor semântico. Veja os seguintes exemplos em (94) que ilustram a falta de referencialidade, comumente marcada pelo *ha-*, e a não contribuição semântica do *ha-* para a interpretação da sentença:

- (94) a) *yalda zot tikra 'et ha-šir*
 menina esta fut.ler ACC DET-poema
 “esta menina lerá o poema”

(Borer 1999:25)

- b) *ha-yalda ha-zot tikra 'et ha-šir*
 DET-menina DET-esta fut.ler ACC DET-poema
 “esta menina lerá o poema”

(Borer 1999:25)

Os exemplos em (94) possuem a mesma interpretação, com ou sem a marca *ha-* no nome e no pronome demonstrativo. Dessa forma, a presença do determinante (também chamado de artigo definido por outros autores) no demonstrativo é semanticamente vazia²⁰.

²⁰ Pereltsvaig (2006) também mostra que a presença de um determinante no pronome demonstrativo nada influi na interpretação. Esta autora difere de Borer (1999) ao dizer que o determinante *ha-* é uma realização de um traço morfológico. Veja o exemplo de Pereltsvaig, em que a interpretação é a mesma com ou sem a marca de definitude.

(ha-)yeled (ha-)ze
 (DET-)menino (DET-)este
 “este menino”

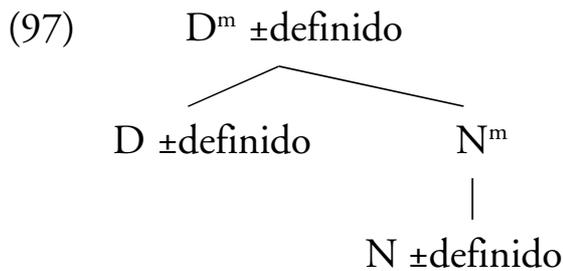
Neste ponto, Borer resume algumas propriedades das línguas semíticas:

- (95) a) \pm definido é um traço gerado no núcleo N, nas línguas semíticas.
- b) D é inerentemente subspecificado na base pelo valor \pm definido. Sua valoração como definido ou indefinido depende do movimento de um N com um desses traços para dentro dele, ou seja, uma incorporação de N a D.
- c) As línguas semíticas não possuem [spec, DP] e, portanto, não podem tornar-se \pm definidas como resultado de concordância spec-Núcleo entre o Núcleo D e algum nominal movido para [spec, DP], seja abertamente ou em LF.

No entanto, Borer (1999) também propõe uma nova propriedade para o construto.

- (96) O núcleo do CS é gerado na base sem especificação de \pm definido.

Posteriormente, a própria Borer refuta a propriedade em (96) afirmando que, se D é inerentemente subspecificado para \pm definido ele deve herdar o valor de definitude a partir do movimento de um N \pm definido. Assim, um DP que domina um N gerado sem especificação de \pm definido nunca pode ser marcado como definido ou indefinido. Uma configuração bem formada é dada em (97). Nessa configuração, há um espraiamento do traço do N, seja ele definido ou indefinido, para D e para o D máximo. Nunca haverá um valor para o traço de definitude em D e em D máximo, diferente do valor do traço de definitude em N.



A configuração proposta em (97) é a base para que Borer (1999) formule o Critério de Definitude exposto abaixo:

- (98) a) Um D máximo deve ser ádefinido
 b) D é ádefinido se e somente se N é ádefinido, onde N e D são membros do mesmo construto.

Voltando à questão que estimulou a proposta de Borer (1999) sobre o que dirige a incorporação, chegou-se à conclusão de que a incorporação no CS é necessária para fornecer ao DP, que domina o nominal, o traço que é especificado no nominal como \pm definido.

Podemos fazer algumas reflexões ao final da proposta de Borer: a autora não fornece uma explicação para algumas sentenças em que o *ha-* é realizado dentro do construto, mas não há leitura de definitude. Além disso, a proposta de Borer não leva em conta construções do tipo “N *šel* N” (FS) e *compounds*, que são tratados lexicalmente, apesar da semelhança superficial e presença de Definitude Espreada.

Algumas perguntas surgem a partir da proposta de Borer: (i) se o nome é inerentemente definido na base, como se dá a interpretação de indefinitude? Haveria um N definido e outro N indefinido no léxico? (ii) como ficam os casos em que há a realização do *ha-* mas não há a leitura de definitude, tal como ocorre nos CSs?

Kihm (2001) também faz críticas à análise de Borer. Esse autor argumenta que o *ha-*, no hebraico, assim como o *al* no árabe, é um clítico em vez de um prefixo como trata Borer (1999). A

análise feita por Kihm também difere das demais análises ao defender que só há uma posição para D^o, ou seja, não haveria uma posição para o determinante que acompanha o nome e outra posição para o determinante que acompanha o adjetivo. Kihm apóia sua análise na evidência de que em amárico, uma língua semítica falada na Etiópia, existe apenas uma posição para o determinante. Tendo em mente as semelhanças entre as línguas semíticas, como a presença de CS, Kihn (2001) acredita que apenas o *ha-* que acompanha o N deve ocupar D^o, o outro *ha-* que aparece em hebraico seria mera concordância e não seria interpretado. Em (99) podemos comparar o hebraico e o amárico:

(99) a) *ha-sefer* *ha-xadash* (hebraico)
 DET-livro DET-novo
 “o livro novo”

b) *addis-u* *mäShaf* (amárico)
 novo-DET livro
 “o livro novo”

Para Kihm, não é verdade que o D^o semítico é subspecificado até que algum N^o se mova para ele. O autor traz dados do Árabe com expressões quantificadas definidas, tais como “os cinco livros”, que aparecem sob duas formas, como pode ser observado abaixo em (100):

(100) a) *al-kutub-u* *l-xams-at-u*
 DET-livro.m.pl-NOM DET-cinco-f-NOM
 “os cinco livros”

b) *al-xams-at-u* *kutub-in*
 DET-cinco-f-NOM livro.m.pl-GEN.indefinido
 “os cinco livros”

Em (100)a), podemos notar uma construção parecida com uma construção de nome-adjetivo naquela língua, com o numeral posposto ao nome, mostrando um desvio na concordância de gênero, uma concordância direta para Caso e sendo abertamente definido. Em (100)b), temos um tipo peculiar de construção genitiva, na qual um numeral precede e, aparentemente, governa um genitivo indefinido. Essa forma, com apenas uma posição para o determinante, é generalizada neste dialeto e é a forma presente no árabe egípcio, como vemos abaixo em (101):

- (101) *el-xamas kotob*
 DET-cinco livro.pl
 “os cinco livros”

Em (101), verificamos indícios morfológicos para o desaparecimento da posição de D^o interna à construção e a ocorrência de uma construção em que D^o é prefixal ao primeiro membro do construto. Uma sentença como em (101) é marginalmente aceita em hebraico. Assim, teríamos uma sentença como *ha-xameš kisim* “os cinco bolsos” (DET-cinco bolsos) em hebraico. Contudo, a expressão da mesma idéia através de um CS (*xamešet ha-kisim* “cinco DET-bolsos”) é preferível.

O crucial para a análise que Kihm defende (a de que o D^o não é subspecificado) é que não há alçamento de N^o para D^o nos exemplos em ((100)b), (101) e na construção equivalente no hebraico, pois o núcleo D^o estaria ocupado com um clítico. No entanto, D^o produz toda diferença com os sintagmas indefinidos. Podemos observar como seria a ordem das palavras nos sintagmas indefinidos através dos exemplos abaixo em (102):

- (102) a) *xams-at-u kutub-in* (árabe)
 cinco-fem-NOM livro.pl-GEN indefinido
 “cinco livros”

- b) *xamesh* *kisim* (hebraico)
cinco bolsos
“cinco bolsos”

Kihn (2001) mostra dados pertinentes de mudança de marcação de definitude, de colocação interna para prefixal, em outras línguas semíticas. O autor contraria a proposta de Borer (1999) de subespecificação de D^o, mas não diz como a definitude espraiada do CS seria checada se N não for especificado para [+def] ou [-def]. Em nossa análise levaremos em conta as discussões de Kihn (2001) sobre haver apenas uma posição para D^o, contudo, apesar de defendermos que a definitude é interpretada em D^o, é o N que deve possuir o traço de [+def] ou [-def] especificado, de forma de D^o deve valorar seu traço [α def]. Faremos esta valoração por meio de *Agree*.

5.2.2.2 A proposta de Heller (2002)

Nesta seção, refletiremos sobre o trabalho de Heller (2002). A importância desse artigo reside no fato de que a autora se afasta da maioria das propostas sobre o fenômeno da (In)Definitude Espraiada. Muitos autores como: Borer (1999), Siloni (1997) e Dobrovie-Sorin (2000), entre outros, defendem que o construto, como um todo, herda seu valor de (in)definitude do DP genitivo. Assim, a presente autora argumenta que o CS inteiro denota um indivíduo único, independente da natureza do DP genitivo. Dessa forma, os dados que serão discutidos dão suporte à natureza funcional da forma construta do nome e mostram que a função <e, e>, ou seja, uma relação entre indivíduos, é determinada no léxico. No mais, o artigo de Heller (2002) é relevante para este trabalho, pois consegue solucionar problemas como a denotação do CS e a diferença entre *bare singulars* e sintagmas indefinidos.

A fim de mostrar que a natureza do núcleo da cadeia construída é importante para determinar a função <e, e>, a autora observa as diferenças entre *nome relacional* e *nome funcional*. Nomes relacionais são aqueles nomes cujo significado lexical²¹ não denota características da própria entidade, mas denota uma relação que a entidade deve levar para uma segunda e distinta entidade.

Löbner (1985 apud HELLER, 2002) destaca outra distinção dentro da classe de nomes relacionais. A primeira sub-classe, para a qual o autor mantém a etiqueta “relacional”, é dos nomes que expressam uma de muitas relações, por exemplo: *mão*, uma pessoa tem duas mãos. A segunda sub-classe recebe o nome de “funcional” e é definida como aquela na qual os nomes expressam uma relação do tipo um-a-um, tal como o nome *cabeça*, (os animais possuem, normalmente, apenas uma), mas também estão nessa classe nomes como o plural *mãos*, pois uma pessoa tem apenas uma pluralidade (um conjunto) de mãos. Para Heller, a distinção entre nomes relacionais e nomes funcionais adquire um papel importante nos CS que expressam parte do todo ou posse inalienável²². Os exemplos abaixo exibem a diferença de gramaticalidade dos CS nucleados por nomes funcionais, em (103)a) e (103)b), e nomes relacionais em (103) c):

(103) a) [_{CS} <i>roš ha-mit'amel</i>]	<i>nifga</i>
cabeça(m) DEF-ginasta(m)	ferir(m)(passiva)
<i>ba-nefila</i>	<i>me-ha-kora</i>
em.DEF-queda	de-DEF-barra
'A cabeça do ginasta foi ferida (durante) na queda da barra'	

²¹ Apesar do presente trabalho se inserir numa visão não-lexicalista, o trabalho de Heller (2002) faz-se importante para a análise que será defendida nas próximas seções.

²² Como já vimos na descrição dos dados, o CS com possuidor somente é possível se ele expressa uma relação de parte do todo ou posse inerente.

b) [_{CS} *yedey ha-mit'amel*] *nifge'u*
 mãos(pl) DEF-ginasta ferir(pl)(passiva)
ba-nefila *me-ha-kora*
 em.DEF-queda de-DEF-barra
 'As mãos do ginasta foram feridas (durante) na queda da barra'

c) ?*[_{CS} *yad ha-mit'amel*] *nifge'a*
 mão(f) DEF-ginasta ferir(f)(passiva)
ba-nefila *me-ha-kora*
 em.DEF-queda de-DEF-barra
 'A mão do ginasta foi ferida (durante) na queda da barra'

A autora aponta que *yad* 'mão' pode se tornar um nome funcional mudando o contexto, por exemplo, em um contexto de para-olimpíadas, em que o atleta possua apenas uma mão, o exemplo em (103)c) se torna gramatical. Isso já sugere à autora que o núcleo dos CSs deve ser um nome funcional. No entanto, a autora nota que não são apenas os nomes funcionais que podem nuclear o CS. Ela propõe que a mudança morfofonológica dentro construto force todos os nomes a se tornarem funcionais. Assim, a autora sugere que o CS se diferencie do FS não apenas por sua morfologia, mas também por seu significado.

Tendo em mente que a diferença ente CS e FS não é apenas morfosintática, mas também semântica, a autora vai apresentar a análise de que o nome, no FS, denota, como estamos acostumados a encontrar na literatura, um grupo de indivíduos (tipo <e, t>); já a forma construta do nome denota uma função de indivíduos dentro de indivíduos (tipo <e, e>). De acordo com

essa função, o construto inteiro denota um indivíduo único que é o *output* da função²³.

Tomemos a estrutura em (104)a) e o exemplo em (104)b):

- (104) a) CS:tipo e
- | | |
|-----------------------|----------------|
| N: tipo <e, e> | DP: tipo e |
| <i>beyt</i> | <i>ha-more</i> |
| casa | DEF-professor |
| ‘A casa do professor’ | |
-
- b) *batey* *ha-more*
- | | |
|-------------------------|---------------|
| casas | DEF-professor |
| ‘As casas do professor’ | |

Observamos que no CS singular em (104)a), *beyt* ‘casa’ denota uma função de indivíduos dentro de indivíduos e o DP genitivo *ha-more* ‘o professor’ denota um indivíduo. Assim, segundo a autora, uma função é por definição um valor simples, ou seja, a composição desses elementos produz um único indivíduo ‘casa’ que a função atribui ao *input* indivíduo ‘professor’. Ao analisar o plural *batey* ‘casas’, verificamos que o plural denota uma função do tipo <e, e>, na qual a cadeia da função está restrita ao plural de indivíduos (não-atômicos). Quando um indivíduo denotado por *ha-more* ‘o professor’ é introduzido nessa função, o *output* é um indivíduo plural ‘casas’ único, ou seja, um grupo máximo de indivíduos, ao qual a função atribui o *input* indivíduo “professor”.

²³ Essa é também a idéia presente na proposta de Dobrovie-Sorin (2000), na qual uma regra de mudança de tipo altera a função do nome núcleo do construto de <e,t> para uma função <e, e>.

A análise funcional dá uma explicação imediata para o porquê do chamado artigo definido *ha-* não poder aparecer no nome núcleo. Especificamente, a denotação de indivíduo do CS, como um todo, estará inadequada se o artigo definido estiver presente no núcleo²⁴.

A fim de dar evidências para a hipótese de que o núcleo do construto denota a função <e, e>, a autora irá considerar os exemplos abaixo, cujo contexto é uma greve em uma biblioteca. Nesse contexto, está claro que a biblioteca possui mais de um empregado.

Nos exemplos em (105) os nomes núcleos estão no singular e o DP genitivo é definido. Em (105)a) temos um CS, em (105)b) temos um FS e em (105)c) temos uma continuação da sentença seja para o CS ou para o FS. A sentença complementar em (105)c) é possível com a sentença em (105)b), ou seja, não torna o exemplo em (105)b) agramatical, mas não é possível com a sentença em (105)a), ou seja, torna o exemplo em (105)a), o CS, agramatical.

- (105) a) [_{CS} *oved ha-sifriya*] *xasam et*
 empregado DEF-biblioteca bloqueou ACC
ha-knisa ha-rašit...
 DEF-entrada DEF-principal
 ‘O empregado da biblioteca bloqueou a entrada principal’
- b) [_{FS} *oved šel ha-sifriya*] *xašam et*
 empregado prep DEF-biblioteca bloqueou ACC
ha-knisa ha-rašit...
 DEF-entrada DEF-principal
 ‘Um empregado da biblioteca bloqueou a entrada principal’

²⁴ Se pensarmos na análise de Dobrovie-Sorin (2000), veremos que tal autora utiliza a proibição do artigo definido para motivar a mudança de tipo do núcleo do CS para uma função <e, e>.

- c) *...ve-od oved šel ha-sifriya*
 e-mais empregado prep DEF-biblioteca
sam et ha-axorit
 bloqueou ACC DEF-traseira

... e outro empregado da biblioteca bloqueou a dos fundos.

Para Heller (2002), o fato de (105)c) tornar agramatical o exemplo com o CS, sugere que o CS force um conteúdo descritivo individual, ou seja, há um único indivíduo na situação, independente do conhecimento de mundo²⁵.

Em (106), os exemplos ilustram nomes núcleos no plural com DPs genitivos indefinidos por meio do numeral *axat* ‘um (f)’.

- (106) a) [_{CS} *ovdey sifriya axat*] *patxu be-švita...*
 empregados biblioteca(f) um(f) abriram em-greve
 ‘Empregados de uma biblioteca estão em greve’
- b) [_{FS} *ovdim šel sifriya axat*] *patxu be-švita...*
 empregados prep biblioteca(f) um(f) abriram em-greve
 ‘Uns empregados de uma biblioteca estão em greve’
- c) *...aval ovdim axerim hif’ilu et*
 mas empregados outros operaram ACC
ha-sifriya ka-ragil
 DEF-biblioteca como-usual
 ‘...mas outros empregados operaram a biblioteca como de costume’

²⁵ Como vimos, sabia-se de antemão que a biblioteca possuía mais de um empregado.

Quando a continuação da sentença em (106)c) é adicionada ao exemplo (106)a), os empregados da sentença em (106)c) devem ser de uma biblioteca diferente, o que para a autora indica que o CS exibe uma maximalidade que introduz “todos” aos empregados de uma biblioteca. Já, quando a continuação é adicionada à (106)b), os empregados podem ser da mesma biblioteca, ou seja, não há efeitos de maximalidade com o FS.

Em resumo, os dados apresentados em (105) e (106) mostram que o conteúdo descritivo do CS torna-se individual e denota único (para o nome no singular) ou máximo (para o nome no plural) na situação testada, o que está de acordo com a análise apresentada pela autora, de que o CS é o *output* de uma função <e, e>.

A propósito do uso de *axat* ‘um(f)’ nos exemplos acima citados, Heller (2002) faz uma importante reflexão entre indefinidade e os *bare singulars*. Por vezes, na literatura especializada, encontramos diferentes glosas para os dados em que o chamado artigo definido *ha-* não ocorre. A autora considera que os *bare singulars* são o indefinido não marcado no hebraico. No entanto, a preferência pelo uso do *axat* ‘um(f)’ deve-se ao fato de que, no ambiente de CSs, os *bare singulars* não denotarem um indivíduo, mas um tipo. Desse modo, o CS como um todo denota um sub-tipo, não um indivíduo. O numeral, por sua vez, força uma leitura de indivíduo para o DP genitivo, então, o CS inteiro também denota um indivíduo. Esses fatos podem ser observados em (107) e (108).

(107) a)	<i>anfey oren</i>	b)	<i>anfey oren exad</i>
	galhos pinho		galhos pinho(m) um(m)
	‘galhos de pinho’		‘galhos de um pinho’

(108) a)	<i>#kalbat šaxen</i>	b)	<i>kalbat šaxen exad</i>
	cachorro(f) vizinho(m)		cachorro(f) vizinho(m) um(m)
	‘cachorro de vizinho’		‘cachorro de um vizinho’

O exemplo (107)a) denota um tipo de galho, enquanto (107)b) pode ser usado para referir aos galhos de uma árvore de pinho específica. Em (108)a), a denotação de sub-tipo é estranha, pois não há um sub-tipo de cachorro que seja “cachorro de vizinho”, ou que tenha qualquer tipo de relação com vizinho. Por sua vez, o exemplo em (108)b) pode ser usado para fazer referência a um cachorro individual, cujo dono é algum vizinho.

Neste ponto, a análise feita pela autora vai ao encontro da análise de nomes funcionais exposta anteriormente, além de ser estendida para os casos de sub-tipo. Se o *bare singular* denota um tipo (*kind*) individual do tipo *e*, ele pode ser um argumento da função $\langle e, e \rangle$ denotada pelo núcleo do CS. Neste caso, a função mapearia indivíduos “tipo” dentro de indivíduos “tipo”, de forma que o *output* da função seria um “sub-tipo”. Contudo, existem problemas para tal análise.

Dayal (2002 apud HELLER, 2002) argumenta que *bare singulars* no hebraico não possuem a denotação de tipo (*kind*) no sentido de Carlson (1977 apud HELLER, 2002). Dessa forma, a autora prefere adotar os *concepts* de Krifka (1995 apud HELLER, 2002)²⁶ que, deferente de *kinds*, são organizados em hierarquias taxonômicas e não precisam ser bem estabelecidos nas bases do conhecimento. Se um *bare singular* em hebraico pode denotar um *concept*, a função $\langle e, e \rangle$ mapeará *concepts* dentro de *concepts*, na qual o *output* será um *sub-concept*. O suporte para essa denotação vem do fato de que o *bare singular* em DPs genitivos podem ser modificados por uma oração relativa para criar um *concept* do zero. Krifka associa essa característica aos *concepts*, mas não aos tipos (*kinds*). Por exemplo, a construção *anfey oren še-gadal le’at* ‘ramos

²⁶ A propósito desse trabalho, abstrairamos das discussões que a autora faz na defesa de uma ou outra proposta. Para nós é interessante o fato de que há uma diferença entre a simples ausência do artigo definido *ha-*, ou seja, o *bare singular*, e uma indefinidade referencial que é dada pelo numeral *exad* ‘um’, além do fato de que o CS como um todo denota um indivíduo.

de um pinho que cresce lentamente’ pode, potencialmente, ser usada se os ramos de um pinho crescendo lentamente compartilham características especiais e, portanto, constituem um *sub-concept*. Uma pesquisa adicional é requerida para determinar se os *bare singulars* de fato possuem uma denotação de *concept* e para entender melhor as implicações semânticas de funções que relacionam conceitos²⁷.

Ainda devemos ressaltar a discussão sobre denotação e tipo que a autora faz com base na modificação restritiva do núcleo. Como já vimos anteriormente na seção 3.1, o núcleo do CS não pode ser diretamente modificado. Adjetivos, por exemplo, devem seguir o membro genitivo. Se o membro genitivo é um argumento imediato do nome núcleo, o adjetivo compõe-se com (a denotação do) o construto inteiro, ou seja, com o indivíduo único que é o *output* da função $\langle e, e \rangle$. Conseqüentemente, um adjetivo puramente restritivo não deveria ser possível nesta posição, uma vez que o CS já denota um indivíduo simples. Observemos os exemplos abaixo com as formas do CS e do FS, que apresenta a modificação direta do nome pelo adjetivo.

- (109) a) *#delet* *ha-bayit* *ha-axorit*
 porta.CS.f.sg DEF-casa DEF-traseira(f)
 ‘A porta traseira da casa’
- b) *ha-delet* *ha-axorit* *šel* *ha-baiyt*
 DEF-porta DEF-traseira prep DEF-casa
 ‘A porta traseira da casa’

²⁷ Na conclusão do trabalho de Heller (2002), podemos verificar que a análise de *concept* denotando CS poderia ser a luz sobre o porquê do CS frequentemente ser usado em hebraico para composição.

- (110) a) *#ragley* *ha-para* *ha-kidmiyot*
perna.CS.m.pl DEF-vaca DEF-frente(pl)
‘As patas dianteiras da vaca’
- b) *ha-raglayim* *ha-kidkiyot* *šel* *ha-para*
DEF-perna(pl) DEF-frente prep DEF-vaca
‘As patas dianteiras da vaca’

O exemplo em (109)a) nos interessa porque *delet ha-bayit* ‘a porta da casa’ denota uma porta única, de forma que não há um grupo para se escolher a porta traseira. Assim, não havendo grupo, não se pode restringi-lo utilizando um adjetivo restritivo. Um adjetivo como *aduma* ‘vermelho’, que é um adjetivo atributivo, pode ser inserido na posição em que está o adjetivo restritivo *axorit* ‘traseira’. O adjetivo atributivo, então, seria predicado do indivíduo denotado pelo CS. Do mesmo modo, no exemplo em (110)a), o plural *ragley ha-para* ‘as patas da vaca’ denota o máximo de indivíduos ‘pata’ que a função atribui à vaca. Sendo um indivíduo, esse *output* não pode ser restringido por um adjetivo restritivo como *kidmiyot* ‘frente’. Novamente, um adjetivo atributivo como *xumot* ‘marrons’ pode ser inserido.

A autora, com base nos dados que vimos acima, sustenta a hipótese de que um adjetivo, que concorde em número e gênero com o nome núcleo, modifica o CS como um todo e não apenas o nome núcleo. Dessa forma, porque o adjetivo modifica o CS como um todo, Heller (2002) infere que essa seria a causa de os adjetivos seguirem o CS, sendo alocados depois do membro genitivo e não após o núcleo do CS.

Até este momento, Heller (2002) argumentou em favor de uma função <e, e> que mapeia indivíduos dentro de indivíduos num grupo denotado pela forma não construta do nome. Para finalizar, a autora tenta responder algumas questões tais como: (i)

quais relações genitivas podem ser expressas pela função em destaque?; (ii) quais são as restrições sobre o domínio dessa função?

5.2.2.3 A proposta de Danon (2001)

Destacamos a proposta de Danon (2001) neste trabalho, primeiramente, pela sua relevância na literatura especializada e, em segundo lugar, por apresentar a definitude como um traço, presente na derivação sintática, desvincilhado de um conteúdo semântico obrigatório. Tal hipótese, em uma análise que tenta explicar a presença de um morfema que não provoca alterações para a interpretação semântica do sintagma, torna-se relevante.

Danon (2001) mostra que o hebraico fornece evidências para assumir que a definitude é um traço na sintaxe. No entanto, essa definitude formal não está relacionada com a definitude semântica e não há um mapeamento um por um entre os dois tipos de definitude.

Primeiramente, para este autor, o *ha-* ‘the’, no inglês, deve ser considerado como um morfema preso e não como um item lexical independente. Além disso, o autor argumenta que a motivação para a existência de um traço de definitude no hebraico deve-se, principalmente, a duas propriedades dos DPs definidos desta língua: (i) a concordância de definitude, já relatada neste trabalho, e (ii) a presença de uma marca de objeto, apenas nos objetos que são definidos.

A possibilidade de concordância entre o nome e o adjetivo está exemplificada em (111):

- (111) a) *ha-yeled ha-gadol*
DET-menino DET-menino
“o menino grande”

b) *ha-yeled gadol*
DET-menino grande
“o menino é grande”

c) **yeled ha-gadol*
menino DET-grande

d) *yeled gadol*
menino grande
“um menino grande”

Para Danon, a possibilidade de concordância apresentada entre nomes e adjetivos é similar à marcação de gênero nos verbos do hebraico e não interfere na interpretação dos sintagmas. Essa é, para o autor, uma evidência de que definitude é um traço formal em hebraico. Dessa forma, o autor só pode afirmar que a marcação de definitude nos APs é puramente formal por meio da afirmação de que existe um traço [def] no nível da sintaxe em hebraico.

Outra propriedade peculiar da sintaxe do hebraico, citada por Danon, é a sensibilidade da marca *'et* à definitude do objeto. Sempre que um objeto é marcado com o artigo definido *ha-*, ele deve ser precedido pelo *'et*, tradicionalmente analisado como uma marca de Caso acusativo falsa. Objetos indefinidos, contudo, não podem ser precedidos pelo *'et*, como vemos em (112):

(112) a) *ra'iti *(et) ha-yeled*
vi.1sg *(et) DET-menino
“Eu vi o menino”

b) *ra'iti (*et) yeled*
vi.1sg (*et) menino
“Eu vi um menino”

Neste ponto, Danon levanta uma questão sobre o paradigma acima: por que algo sintático como uma marca de Caso acusativo falsa é sensível à definitude do objeto? Utilizando a proposta de que o hebraico possui um traço de definitude na sintaxe, o autor argumenta que a interação entre a marcação de Caso para o objeto e a definitude está inteiramente no nível da sintaxe e deve ser explicada em termos sintáticos. Isso difere, portanto, de uma proposta em que a definitude é uma propriedade semântica e a interação em pauta é um problema da interface sintaxe-semântica.

A argumentação de Danon caminha para demonstrar que definitude sintática e definitude semântica são coisas diferentes, quando o autor traz evidências contra a possibilidade de conciliar definitude sintática com qualquer definição semântica de definitude. Assim, ele mostra que NPs, semanticamente idênticos, podem diferir em termos de definitude sintática. Por exemplo, os demonstrativos, em hebraico, são adjetivos que aparecem pós-nominalmente, segundo o autor. Como qualquer outro adjetivo, eles são possíveis tanto com nomes definidos, quanto com nomes indefinidos e concordam com o nome em definitude formal. O valor semântico, porém, não é afetado pela ausência ou pela presença do artigo definido, como vemos abaixo em (113).

(113) a) *karati sefer ze*
 li.1sg livro este
 “Eu li este livro”

b) *karati et ha-sefer ha-ze*
 li.1sg (et) DET-livro DET-este
 “ Eu li este livro”

Para Danon, está claro que nenhuma caracterização semântica de definitude, que atribua um valor específico de definitude para o DP demonstrativo, poderá explicar o fato de que os de-

monstrativos hebraicos possam ser tanto sintaticamente [+def], quanto sintaticamente [-def].

Resumindo, para a semântica, o pronome demonstrativo é semanticamente definido, mas de acordo com Danon, ele é sintaticamente indefinido, o que se comprova pela falta do marcador de objeto definido *‘et*, um marcador sensível a definitude sintática.

Podemos observar que o autor não considera que o pronome demonstrativo seja a realização do traço [+def]. Esse fato deriva da ausência da partícula *‘et* no exemplo em (113)a). A partícula *‘et* é utilizada pelo autor para testar o traço de definitude formal, que só é realizado, na sua concepção, através do *ha-*. Contudo, a partícula *‘et* pode acompanhar o pronome demonstrativo *ze*, como em (114):

- (114) *karati et ze*
li.1sg et este/isso
“Eu li isso”

Parece, portanto, que o *ze* ‘este’ pode e deve ser considerado também o portador do traço [+def], se considerarmos o *‘et* como um marcador de definitude sintática. Assim, tanto em (113)a) como em (113)b), os DPs demonstrativos possuem o traço [+def] e a marca *‘et* não parece ser um bom instrumento para testar a proposta de definitude sintática, pois na presença de um traço [+def] ela não aparece, por exemplo em (113)a). O que parece ser difícil explicar é: por que a presença do *ha-* não traz nenhuma influência na interpretação das sentenças? Ou então, por que o *ha-* aparece nos adjetivos, ou em constuições com os pronomes demonstrativos não contribuindo para a interpretação das mesmas? E a pergunta que segue a essas, qual é a natureza do *ha-*?

Enfim, Danon afirma que o traço [def] não é a única maneira para o sintagma nominal ser semanticamente definido; demonstrativos, por exemplo, fornecem uma interpretação definida

independentemente do traço formal. Em outras palavras, para Danon, um sintagma nominal sem o traço [+def] não é necessariamente indefinido. Contudo, acreditamos que demonstrativos também carreguem o traço [+def] e, como consequência, permitam a presença do *'et* e a interpretação de definido ao sintagma nominal.

5.2.3 A proposta de um domínio de checagem prosódico: Siloni (2003)

Nesta subseção, refletiremos sobre o trabalho de Siloni (2003). A relevância do trabalho de Siloni (2003) reside no fato de o autor tratar a checagem de Caso dentro do CS em PF. Esse é um dos autores que defendem a formação do CS em PF, de forma que a perda de acento do núcleo do CS e a mudança morfológica são as principais evidências para a formação de um domínio de checagem prosódico. Em um trabalho no qual procuramos explicar a checagem de Caso como algo sintático, faz-se importante refletir sobre os prós e contras de uma proposta que defende outra hipótese.

Siloni (2003) discute todas as propriedades do CS já citadas neste trabalho, dando uma maior atenção para a perda de acento do núcleo do CS. No entanto, como nosso intuito é discutir a marcação e atribuição do Caso genitivo no hebraico, focalizaremos sua proposta de formação de um domínio de checagem prosódico por meio da formação de uma palavra prosódica.

Os motivos que levam Siloni a propor um domínio de checagem prosódico são, principalmente, os seguintes: Por que, nas línguas semíticas, os núcleos dos CS passam por mudanças fonológicas quando eles checam Caso dentro dos construtos? A checagem de Caso genitivo nas línguas semíticas é sensível à estrutura fonológica ou prosódica?

É importante mencionar que Siloni (2003) dá argumentos contra uma proposta sobre formação do construto na sintaxe, como defende Borer (1999).

Borer (1999) sustenta a hipótese de que os CS são o resultado da incorporação sintática de um núcleo ao núcleo do CS. Como argumento para uma incorporação sintática, a autora fornece os seguintes exemplos agramaticais:

- (115) a) **roš* *šlosha* *anašim* *nir'a*
 cabeça.CS.m.sg três pessoas foi.vista
miba'ad la-xalom
 através da janela
 'uma cabeça de três pessoas foi vista através da janela'

Borer (1999, p.18)

- b) **lo* *r'iti* *tmunat* *af* *exad*
 não vi quadro não um
 'não vi quadro de ninguém'

Borer (1999, p. 18)

Para Borer (1999), por causa do *status* de palavra sintática do CS, ambos os exemplos requerem alçamento coberto do membro genitivo para fora do CS, para que esses sintagmas genitivos obtenham escopo sobre o núcleo do CS em (115)a). Entretanto, seguindo a operação de incorporação que forma o CS, o alçamento é impossível. Conseqüentemente, o sintagma quantificado em (115)a) não obtém escopo largo e o núcleo é interpretado como associado com três pessoas, o que, para os falantes de hebraico, é anômalo.

Siloni (2003) vai mostrar que a agramaticalidade independe de questões de escopo do quantificador e parece estar ligada ao fato de *roš* 'cabeça' e *mexonit* 'carro' serem núcleos invariáveis, ou seja, núcleos que mantêm sua forma quando se encontram nos CSs, como mostram os exemplos em (116).

(116) a) **roš* *iš* *nir'a* *ba-xalom*
 cabeça.CS.m.sg homem ver.Passiva em.DEF-janela
 ‘uma cabeça de homem foi vista na janela’

Siloni (2003, p.6)

b) **mexonit* *šlosa* *anašim*
 carro.CS.m.sg três pessoas
nicxa *ba-meroc*
 venceu em.DEF-corrida
 ‘um carro de três pessoas venceu na corrida’

A argumentação de Siloni (2003) ainda aponta que os quantificadores, quando estão numa configuração de CS, não apresentam problemas para tomar o escopo sobre o núcleo dos CSs, como podemos ver nos exemplos em (117):

(117) a) *ricpat* *kol* *bayit* *ba-šxuna*
 chão.CS.f.sg casa em.DEF-vizinhança
asuya *mi-šayiš*
 ser.Passiva de-mármore
 ‘chão de cada casa na vizinhança é feito de mármore’

∇

b) *ricpat* *šloša* *batim* *ba-šxuna*
 chão.CS.f.sg três casas em.DEF-vizinhança
asuya *mi-šayiš*
 ser.Passiva de-mármore
 ‘chão de três casas na vizinhança é feito de mármore’

Como a leitura de escopo aberto é possível nos exemplos acima, o problema, para Siloni (2003), não pode vir do fato de que eles são unidades sintáticas que não permitem “excorporação”.

Contudo, como vimos por meio da análise de Heller (2002), a presença ou não de um nome no CS, pode ter uma causa semântica. A autora apresenta um contra exemplo para a proposta de Siloni (2003): nomes invariáveis como *roš* ‘cabeça’ ou *yad* ‘mão’ podem ser núcleos do CS, desde que haja um contexto adequado.

- (118) a) [_{CS} *roš* *ha-mit'amel*] *nifga*
cabeça(m) DEF-ginasta(m) ferir(m)(passiva)
ba-nefila *me-ha-kora*
em.DEF-queda de-DEF-barra
‘A cabeça do ginasta foi ferida (durante) na queda da barra’
- b) [_{CS} *yedey* *ha-mit'amel*] *nifge'u*
mãos(pl) DEF-ginasta ferir(pl)(passiva)
ba-nefila *me-ha-kora*
em.DEF-queda de-DEF-barra
‘As mãos do ginasta foram feridas (durante) na queda da barra’
- c) ?*[_{CS} *yad* *ha-mit'amel*] *nifge'a*
mão(f) DEF-ginasta ferir(f)(passiva)
ba-nefila *me-ha-kora*
em.DEF-queda de-DEF-barra
‘A mão do ginasta foi ferida (durante) na queda da barra’

A autora, como vimos anteriormente, aponta que *yad* ‘mão’ pode se tornar um nome funcional mudando o contexto, por exemplo, em um contexto de Para-olimpíadas e em que o atleta possua apenas uma mão. Assim, o exemplo em (118)c se torna gramatical.

Siloni (2003) também argumenta que o domínio de Caso dos construtos é um domínio muito fechado. Essa seria a razão porque seus membros não só não toleram uma interferência linear, mas formam, na verdade, uma palavra em PF. Dessa forma, o autor faz duas afirmações:

- (i) Domínio de Caso pode ser definido em termos fonológicos.
- (ii) O CS define o domínio fonológico de checagem de Caso genitivo nas línguas Semíticas.

Para o autor, a escolha entre checar Caso num domínio sintático ou em um domínio prosódico é paramétrica, dependendo de um inventário morfológico e, segundo Neeleman & Reinhart (1997 apud SILONI, 2003), essa escolha é dirigida por economia. Quando a checagem falha na estrutura prosódica, a derivação procederá a checagem na sintaxe.

Apesar da intensa tentativa de Siloni (2003) em mostrar evidências para a checagem em PF, especulando que alguns traços podem ser não interpretáveis na interface de PF, além do fato de que certos *outputs* de PF possam ter conseqüências automáticas em LF, ou que as representações de PF e LF não sejam totalmente opacas, o fato de traços não interpretáveis, como os traços de Caso, não serem checados antes de LF permanece. Isso porque, segundo Chomsky (1995) traços de Caso devem ser checados antes de *spell-out*.

A respeito da pergunta que Siloni faz sobre o por quê do núcleo do CS passar por mudanças fonológicas, podemos responder, a princípio, que se deve a uma característica da língua hebraica, e que essas mudanças não ocorrem apenas nos CSs, mas sempre que há uma fusão na língua, seja entre uma raiz e um afixo, ou entre duas raízes, como parece ser o caso do CS, de acordo com a análise preliminar que veremos na seção 5.2.4.

De acordo com as gramáticas tradicionais do hebraico (Cf. GLINERT, 1989), essa língua possui um sistema de raízes tri-consonantais e um sistema de vocalização que, entre outras coisas, categoriza as raízes tornando-as um substantivo, verbo, adjetivo e até um advérbio.

A perda de acento das palavras no hebraico, como já dissemos, é algo típico da língua e pode ocorrer pelo simples fato de se ter

um sufixo anexado a uma palavra. Nos verbos, um sufixo de tempo, por exemplo, pode alterar a vocalização de uma palavra, alterando também o seu acento. A alteração da vocalização se dá a fim de que as consoantes da palavra não sejam apagadas e a palavra perca seu significado de origem. Vários autores argumentam (Cf. ARAD, 2004) que as raízes hebraicas possuem traços semânticos que permanecem nas palavras derivadas a partir da mesma raiz. Em (119), observamos alguns exemplos de vocalização e mudança de acento em nomes e verbos.

(119) $\sqrt{\text{KTV}}$ ‘o que é escrito’ ‘aquele que escreve’

- a) *mixtav* carta
lixtov escrever
ktiv²⁸ escrita/escritura
haxtava ditado
katav correspondente, repórter, jornalista

b) Presente

- ‘*Any Kotev* Eu escrevo
‘*Ata Kotev* você (masc.) escreve
‘*At Kotevet* você (fem.) escreve
‘*Atem kotvim* vocês (masc.) escrevem
‘*Aten kotvot* vocês (fem.) escrevem

c) Passado

- katavti* eu escrevi
katavta você (masc.) escreveu
katavt você (fem.) escreveu
katavØ ele escreveu
katva ela escreveu
katvu eles escreveram

²⁸ Há uma mudança fonética quando a letra *xaf* está no início da palavra.

Resumindo, a perda de acento, ou mudança morfológica, não é algo exclusivo do núcleo do CS, mas é um fenômeno do sistema da língua hebraica. Assim, uma explicação para a checagem de Caso que se baseia apenas na evidência da mudança de acento, ou na mudança morfológica, parece não ser consistente.

5.2.4 A checagem de Caso e a operação de *Agree*: uma análise preliminar

Nesta seção, apresentaremos nossa análise para a checagem de Caso dentro do CS.

Nossa proposta utiliza o arcabouço teórico do Programa Minimalista, que propõe uma operação de *Agree* alternativamente a uma proposta em que traços fortes devem ser checados pelo movimento de itens lexicais ou projeções de itens lexicais. A proposta de *Agree* em Chomsky (2001), retomada em Horstein; Nunes e Grohmann (2005), assume que apenas os traços [+int]²⁹ são totalmente especificados no léxico, enquanto traços [-int] adquirem seus valores no curso da derivação sintática. Também as condições de localidade e *Last Resort* em movimento de traços são dadas como requerimentos, numa relação de combinação entre uma sonda (*probe*) e um alvo (*goal*). A sonda é um núcleo com determinados tipos de traços, marcados como [-int], e um alvo é um elemento com traços da mesma natureza que os da sonda, mas marcados como [+int]. Nesse sentido, uma dada sonda examina seu domínio de c-comando à procura de um alvo. Um alvo é acessível a uma dada sonda apenas se não há nenhum elemento interveniente que contenha um grupo relevante de traços.

Assume-se também, seguindo *Agree*, que traços [-int] devem ser apagados para que a *Logical Form* (LF) possa examiná-los e devem ser especificados para que a morfologia possa fazer o mesmo.

²⁹ [+int] = [+interpretável], [-int] = [-interpretável]

Entretanto, algumas modificações já foram feitas nesse sistema de checagem de traços. Destacaremos duas análises que fazem mudanças significativas na operação de *Agree* e que serão base para nossa análise posterior.

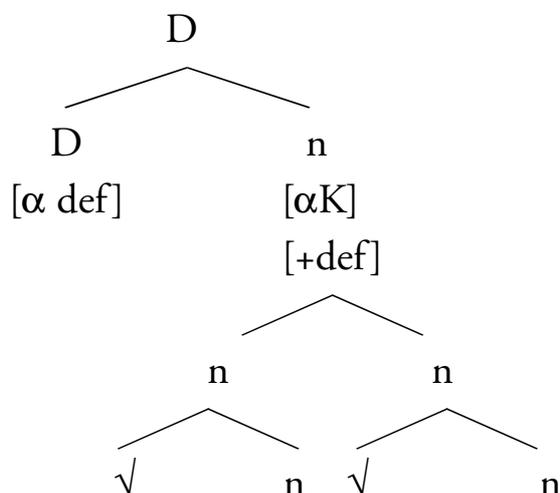
Pesetsky; Torrego (2004) dizem que as condições precisas de localidade em que a operação de *Agree* pode se realizar ainda estão abertas na literatura, mas não são investigadas em seu texto. Os autores propõem também que um traço pode ser interpretável, mas não valorado, ou mesmo não-interpretável, mas valorado. Dessa forma, todas as opções de valoração e interpretabilidade são possíveis.

Frampton; Gutmann (2000) trazem uma nova visão de checagem via *Agree* que não é apagamento apenas, mas compartilhamento de traços, como já dissemos ao discutirmos os pressupostos teóricos. Nessa proposta, o compartilhamento também pode ocorrer entre traços não-interpretáveis, desde que seja o mesmo traço e que um deles tenha valor.

Deste modo, a análise propõe, para o hebraico, que D^o possua um traço de definitude interpretável e não valorado [α def] que precisa ser checado com o traço [+def] do nome por meio da operação de *Agree*. Seguindo Kihm (2001), o qual defende que D^o seja o responsável pela interpretação de definitude de um sintagma, além de defender que os sintagmas semíticos devem possuir apenas uma posição onde a definitude é interpretada, propomos que D^o precisa ter seu traço de definitude especificado para que a interpretação de definitude do CS como um todo seja obtida, ou seja, para dar conta da Definitude Espraida. Neste primeiro momento, D^o está funcionando como sonda e o nome está funcionando como alvo. No entanto, como prevê a própria operação de *Agree*, para que a operação possa ocorrer o N, ou seja, o alvo, não pode ter todos os seus traços checados. Assim, propomos que N precisa checar seu traço de Caso. Esse traço de Caso é checado como *by product* de *Agree* que se estabelece para a valoração do traço de definitude de D^o.

Uma proposta de configuração bem formada para esses casos pode ser encontrada em (120):

(120)

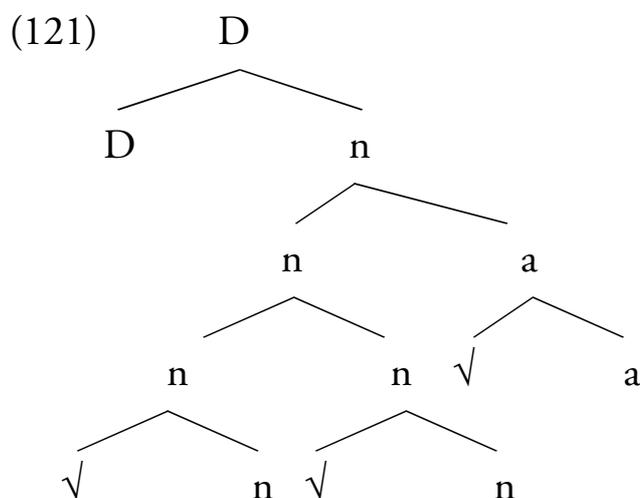


Ressaltamos que para a checagem de Caso ser possível, o traço de definitude se faz necessário e para a checagem de definitude o traço de Caso também é necessário, como pede a operação de *Agree*. A consequência da valoração do traço de definitude em D° é a valoração do traço de Caso³⁰ em N. Nesse sentido, a operação de *Agree*, aqui realizada, deve ser considerada um compartilhamento de traços, como sugerem Framptom; Gutmann (2000).

Como podemos ver na estrutura em (120), estamos considerando que cada raiz, retirada da Lista A (Cf. HARLEY; NOYER, 1999) é categorizada, nesse caso por um núcleo nominal N, e depois as duas raízes, já categorizadas se fundem. De forma que, os traços de ambas estão presentes no N máximo que as domina.

A fusão, tal como está estruturada é importante para explicar a modificação dos adjetivos, por exemplo. Como vimos anteriormente, no momento em que refletimos sobre a proposta de Heller (2002), o adjetivo que modifica o CS não modifica o núcleo do construto apenas, mas o construto como um todo. Dessa maneira, um adjetivo, se inserido na estrutura em (120) modificaria o N

máximo que domina as duas raízes. A estrutura em (121) ilustra a modificação adjetival do CS.



Assim, a nossa hipótese preliminar, se correta, deve dar conta também da Definitude Espreada. Ora, a proposta de Heller (2002) nos mostrou que, quando temos a definitude marcada, o CS inteiro é definido, de maneira que a definitude é checada apenas uma vez no CS, tal como apontou Kihm (2001), ao dizer que os sintagmas nominais das línguas semíticas devem possuir apenas um lugar para a definitude, ou como mostrou Danon (2001) ao indicar que a presença do *ha-* nem sempre está ligada à definitude semântica. Uma vez que a definitude é checada pelo traço do N máximo, não há como ter dois valores de definitude diferentes, como podemos observar no paradigma em (122).

³⁰ Poderíamos nos perguntar se a checagem de Caso é de fato necessária. Essa é uma pergunta a ser respondida pela teoria, uma vez que observamos trabalhos que mostram ser Caso desnecessário para movimento e tantas outras operações (Cf. MCFADDEN, 2006). Se for verdade que Caso é desnecessário, como explicar sua ocorrência na morfologia de muitas línguas? E como explicar a ocorrência do Caso genitivo no segundo membro do CS em línguas que marcam Caso morfológicamente, como o Árabe? Esse é um campo frutífero para pesquisas posteriores.

- (122) a) *beyt yeled*
 casa menino
 ‘casa de menino’
- b) *beyt ha-yeled*
 casa DEF-menino
 ‘a casa do menino’
- c) *beyt yeled exad*
 casa menino um
 ‘casa de um menino’
- d) **ha-beyt yeled*
 DEF-casa menino
 significando: ‘a casa de um menino’
- e) *ha-baiyt šel yeled*
 DEF-casa prep menino
 ‘a casa de um menino’

Uma sentença como ‘a casa de um menino’, remetendo a uma casa definida de um menino qualquer, com dois valores de definitude, um [+def] para casa e outro [-def] para menino, não será possível numa configuração de CS, apenas numa configuração de FS com a preposição.

Neste ponto, uma pergunta se faz necessária: como dar conta da ligação da definitude com a Marca Diferencial de Objeto ‘*et*. Observemos os exemplos em (123):

(123) a) *karati* 'et *ha-sefer*
 Li ACC³¹ DEF-livro
 'Eu li o livro'

b) *karati sefer*
 Li livro
 'Eu li um livro'

Na sentença em (123)a), notamos a presença da marca de objeto diferencial, comumente chamada de Caso acusativo: o 'et. Essa marca é chamada de Marca Diferencial de Objeto (Cf. AISSSEN, 2003) por ser sensível à definitude do sintagma que ela acompanha. Em um sintagma indefinido, como (123)b), tal marca não está presente. O fato de a marca 'et estar presente apenas em sintagmas definidos nos leva a propor que essa marca deve ser a realização de algum traço em D^o, quando em posição de objeto³². O CS ou um *compound*, quando em posição de objeto também recebem a marca.

(124) *kax* *li* 'et *ha-[cos maim]*
 Pegar(imperativo) para mim ACCDEF-[copo água]
 'Pegue o copo de água para mim'

Consideramos que D^o seja projetado apenas quando o N possui um traço [+def], pois, seguindo Heller (2002), quando te-

³¹ O *status* do 'et como realização de caso acusativo deve ser revisto. Na seção posterior consideraremos o 'et apenas como a realização de um traço de +inferior (um traço de Caso) e definitude, sem especificação de qual Caso ele está realizando.

³² No momento consideraremos apenas o 'et na posição de objeto de verbos, mas na seqüência do trabalho, apontaremos a presença do 'et em argumentos de nominalizações.

mos um nome sem a marca de definitude *ha-* não temos um nome indefinido no CS, mas um *bare singular*, de modo que não há um traço de indefinitude a ser checado em D^o. Já que a indefinitude pode ser expressa por um numeral, deve ser possível checá-la numa outra projeção, como a projeção de número³³.

Uma pergunta ainda fica sem resposta: qual o lugar ocupado pelo *ha-*, marca de definitude, na estrutura em (120), uma vez que D^o parece estar ligado com a realização de *'et*? Trataremos desta questão na próxima seção, quando falaremos da Inserção Tardia de itens de vocabulário.

5.2.5 O Princípio da Inserção tardia e a realização de Caso na Morfologia Distribuída

Antes de tentarmos explicar a inserção tardia da marca de definitude *ha-* e da Marca de Objeto Diferencial *'et*, temos de ter em mente como a MD atualmente trata os morfemas de Caso nas línguas. Para tanto, utilizaremos a proposta de McFadden (2004) a qual propõe que os traços de Caso não estão presentes na sintaxe, mas são inseridos pós *spell out* no componente morfológico. Em seu trabalho, McFadden utiliza línguas com marcação morfológica de Caso para mostrar, principalmente, que a marcação de Caso morfológico não licencia uma ordem livre de palavras. Assim sendo, McFadden argumenta que algumas línguas que não possuem um sistema explícito de Caso morfológico, como o Holandês, expressam uma liberdade na ordem de palavras tão produtiva quanto uma língua que possui Caso morfológico, como o Alemão. Dessa forma, para McFadden, alguns fatos, como os listados em (125), não estão ligados à marcação de Caso:

³³ Não nos aprofundamos na análise dos indefinidos, mas há análises na literatura como Shlonsky (2004) que propõem que a indefinitude seja checada numa projeção funcional. Outros autores, como Dobrovie-Sorin (2000) são categóricos ao dizer que não existe Indefinitude Espreada.

- (125) a) Caso não pode determinar o papel semântico dos DPs.
b) Caso não pode dirigir ou bloquear o alçamento do sujeito.
c) Caso não pode licenciar diretamente, ou bloquear processos de reordenação de palavras na sentença.

Assim sendo, McFadden identifica regras sintáticas para que o componente morfológico insira um determinado traço de Caso na estrutura que está a caminho de PF. Tal inserção de traços, que ocorre antes da inserção de material fonológico, consegue dar conta do aparecimento do Caso dativo *quirky* do Islandês, entre outros. As regras sintáticas estão condicionadas ao fato de uma posição sintática como especificador, por exemplo, estar ocupada, ou não estar ocupada. Destarte, se uma posição sintática de especificador está ocupada, um determinado traço de Caso é inserido pelo componente morfológico, mas, somente em PF, o morfema abstrato de Caso receberá o expoente fonológico.

A proposta de McFadden (2004) define Caso como sendo algo puramente morfológico, de modo que ela elimina qualquer núcleo de Caso ou qualquer coisa do tipo fornecida pela sintaxe. Os nós onde Caso é realizado devem ser inseridos dentro da derivação morfológica, segundo o autor. Nossa proposta não é tão radical quanto a proposta de McFadden a ponto de eliminar os traços de Caso da sintaxe e não checá-los, mas seguindo McFadden, propomos que o componente morfológico especifique se o DP será marcado com Caso ou não e qual Caso receberá.

Como dissemos anteriormente, sugerimos que D contenha um traço interpretável de definitude que deve ser checado. Se esse DP estiver numa posição de complemento, seja de um verbo ou de uma nominalização, o componente morfológico irá inserir um traço [+inferior], que resultará na inserção do

item de vocabulário *'et*³⁴. A regra para inserção em complementos de verbo pode ser descrita como em (126):

- (126) [+def] ↔ [+def, +inferior] / quando o DP for complemento de V.

Contudo, quando o DP for complemento de um nome em uma nominalização, como ilustrado em (127), a regra de inserção do traço [+inferior] deverá ser como em (128):

- (127) *harisat* *ha-oyvim* *'et* *ha-'ir*
destruição.CS.f.sg DEF-inimigos ACC EF-cidade
'a destruição da cidade pelos inimigos'

(BORER, 1999)

- (128) [+def] ↔ [+def, +inferior] / quando o DP for complemento de N e N estiver ocupado por um vestígio, pois deverá ocorrer um alçamento de N.

³⁴ A MD assume que Caso também possa ser descrito em traços, de forma que, quando é atribuído Caso acusativo a um sintagma, tal sintagma não recebe um valor [+acusativo], mas algo como [+estrutural, -obliquo, -superior] (Cf HALLE, 1997). Seguindo a proposta de McFadden (2004) estamos utilizando, em vez de do traço ±superior, o traço [+inferior] que é o traço atribuído aos nominais que estão em posições governadas por algum núcleo na estrutura sintática. A utilização de um valor positivo, em vez da utilização de um valor negativo, como seria o caso de [-superior], está de acordo com Harley (2004), em que a autora destaca que valores negativos são desnecessários.

A regra em (128) evita que o traço [+inferior] seja inserido quando o núcleo do CS está preenchido³⁵, caso esse que não há necessidade de inserção do *‘et*, como vemos em (129)b). O *‘et* deve ser inserido apenas quando o complemento da nominalização não está contido no CS, ou seja, quando o membro não núcleo do CS está ocupado por um agente, como em (129)a).

(129) a) *harisat ha-’oyev ‘et ha-’ir*
 destruição DEF-inimigo ACC DEF-cidade
 ‘a destruição da cidade pelo inimigo’

b) *harisat ha-’ir*
 destruição DEF-cidade
 ‘a destruição da cidade’

A MD prevê o princípio da Inserção Tardia definido como: a hipótese de que expressões fonológicas de terminais sintáticos são fornecidas, em todos os casos, no mapeamento para a Forma Fonológica (PF). Em outras palavras, categorias sintáticas são puramente abstratas, não possuindo conteúdo fonológico. Apenas depois da sintaxe, elas adquirem expressões fonológicas, chamadas de itens de vocabulário, como já dissemos, que são inseridos em um processo também chamado de *spell-out*. Portanto, temos um item de vocabulário com a regra de inserção especificada para os traços [+definido,+inferior] como em (130):

³⁵ Estamos postulando que exista um alçamento do núcleo destruição que seleciona cidade como complemento, para uma posição mais alta. No presente trabalho, não tratamos das nominalizações que ocupam a posição de núcleo do CS, pois o CS formado com nominalização possui características diferentes dos CS que são nucleados por outras categorias gramaticais. Nesse momento só sugerimos o alçamento com base em Borer (1999).

(130) /et/ ↔ [¬+definido,+inferior]

A inserção da marca de definitude seguirá a proposta de Pereltsvaig (2006) que, seguindo Danon (2001) e Borer (1999), argumenta que o *ha-* é a realização morfológica de um traço [+def] que não ocupa D^o.

Para defender sua análise, Pereltsvaig (2006) utiliza dois tipos de argumentos. O primeiro argumento envolve coordenação. Se *ha-* fosse um D^o, esperaríamos ser possível coordenar seu NP ou AP, mas isso não ocorre. O *ha-* deve ser repetido em cada constituinte, como vemos no exemplo em (131):

(131) *rai'ti* 'et *ha-'ish* *ve-'isha*
Vi ACC DEF-homem e-mulher
“Eu vi o homem e uma mulher”³⁶

O segundo argumento trata o *ha-* como a realização de D^o, o que envolveria uma contribuição semântica dessa marca. Isso também não é possível já que algumas sentenças que contêm a marca de definitude podem ser interpretadas como indefinidas (ver exemplo (132)). Pode-se encontrar também o oposto: sentenças que são definidas semanticamente, mas não possuem a marca de definitude (ver exemplo (133)).

(132) *baqbuq ha-yain*
garrafa DET-vinho
“a garrafa de vinho”³⁷

³⁶ Mas não “eu vi o homem e a mulher”

³⁷ O elemento definido não é o que recebe a marca de definitude.

- (133) *(ha-)yeled* *(ha-)ze*
 (DET-)menino (DET-)este
 “este menino”³⁸

Dessa forma, temos um item de vocabulário especificado como em (134) que entrará no lugar do traço [+def]. Lembramos que postulamos que N possua um traço de definitude especificado, de forma que o *ha-* será inserido, como um morfema preso, no nome e não em D^o.

- (134) /ha/ ↔ [_ +def]

No entanto, não explicamos o porquê do *ha-* ser inserido entre os dois nomes no CS. Sugerimos que exista uma regra fonológica que insira o *ha-* entre os nomes. Podemos notar que essa regra é recorrente, pois nos *compounds*, como vemos em (135), o *ha-* também é inserido entre os nomes.

- | | | | |
|-------|-------------------------|--|-------------------------|
| (135) | <i>Compounds</i> | | <i>CS</i> |
| | a) <i>beyt ha-sefer</i> | | b) <i>beyt ha-yeled</i> |
| | casa DEF-livro | | casa DEF-estudante |
| | ‘a escola’ | | ‘a casa do menino’ |

A inserção do *ha-* em PF, por meio de uma regra fonológica que não está ligada à semântica, pode explicar o fato de o *ha-* aparecer em nomes que não são semanticamente definidos, como aponta Pereltsvaig (2006) no exemplo em (132). Em (132), *hayain* ‘DET-vinho’ não é definido, mas o CS inteiro *baqbuq hayain* ‘a garrafa de vinho’ é definido. O traço de [+def] está no N máximo do CS, pois, como já argumentamos, o CS como um

³⁸ A interpretação é a mesma com ou sem a marca de definitude.

todo é definido e não somente um dos nomes que faz parte do CS. Outro fato que se deve ressaltar é podermos analisar o exemplo em (132) como um *compound*, ou seja, algo que tenha referência no mundo como um indivíduo <e> ‘garrafa de vinho’, de forma que a definitude só poderá ser interpretada como ligada ao *compound* inteiro.

6. A marcação diferencial de objeto

Neste capítulo, discutiremos algumas questões que giram em torno da Marcação Diferencial de Objeto (Cf. BOSSONG (1985 apud AISSSEN (2003)) por meio da marca *‘et*, que aparece apenas em complementos de verbos e complementos de núcleos nominais que são definidos. Dessa forma, o presente capítulo, no âmbito da dissertação, continua a discussão sobre a relação da marcação de Caso, uma vez que o *‘et* já fora analisado como marca de Caso acusativo (Cf. BERNAN (1978 apud DANON 2001)) e está relacionado com a definitude dos sintagmas em posição de complemento. Vejamos os exemplos colocados na Introdução da dissertação e retomado aqui como (136):

- (136) a) *kaniti* *‘et* *ha-sefer*
comprei MO DEF-livro
‘Eu comprei o livro’
- b) **kaniti* *‘et* *sefer*
comprei MO livro
‘Eu comprei um livro’

De acordo com a gramática tradicional hebraica, há dois casos em que um nome pode ser considerado definido nessa língua: a) se for nome próprio, como em (137), ou se for precedido pela partícula definidora *ha-*, como em (138) e nestes dois casos o nome deve ser acompanhado pelo *‘et*.

(137) *Huh hikir 'et Miriam*
 Ele conhecia.3sg MO Miriam
 'Ele conhecia a Miriam'

(138) *Huh hikir 'et ha-mora*
 Ele conhecia.3sg MO DEF-professora
 'Ele conhecia a professora'

A leitura de definitude em hebraico também pode decorrer de outras propriedades do objeto. Assim sendo, um elemento nominal em posição de objeto também será definido se essa posição contiver: a) um pronome demonstrativo, como em (139); b) um sufixo pessoal atrelado ao *'et*, indicando um pronome pessoal objeto, como em (140); c) um sufixo pessoal atrelado a um nome, indicando um pronome possessivo, como em (141).

(139) *Huh axal 'et ze*
 Ele comeu.3sg MO este
 'Ele comeu isso'

(140) *Huh hikir 'oti*
 Ele conhecia.3sg 'et.1sg
 'Ele me conhecia'

(141) *Huh kara 'et sifri¹*
 Ele leu.3sg MO livro.1sg
 'Ele leu meu livro'

¹ Pode-se usar o pronome possessivo de primeira pessoa em vez do sufixo atrelado ao nome, sempre com *'et*.

(i) *Huh kara 'et sefer sheli*
 Ele leu.3sg ACC livro meu
 "Ele leu meu livro"

Além da presença do *‘et* ligada ao marcador de definitude *ha-*, podemos notar também a presença da MDO em conjunto com outras partículas. As sentenças em (142) mostram o uso obrigatório do *‘et* com o pronome interrogativo *mi*. A ausência do *‘et* em (142)b torna a sentença agramatical.

- (142) a) *Mi asa ‘et ha-milxama ?*
 Quem fez ACC DET-guerra
 “Quem fez a guerra”
- b) **Mi asa ha-milxama ?*
 Quem fez DET-guerra
- c) *Mi asa milxama ?*
 Quem fez milxama
 “Quem fez uma guerra”

Ainda sobre o *‘et*, Gil (1982) chama a atenção para o fato de que o *‘et* está condicionado em uma variedade de constituintes pela posição do NP em relação ao verbo: dessa forma o *‘et* prefere a posição pós-verbal. Em alguns casos, o *‘et* está acompanhando o sujeito pós-verbal. No paradigma em (143), observamos que pré verbalmente o *‘et* é facultativo, no entanto, pós verbalmente o *‘et* é obrigatório, mesmo acompanhando o sujeito.

- (143) a) (*‘et*) *ze xaser*
 ACC este faltando.masc.sg
 “Falta este”

(GIL 1982, p.126)

b) *xaser* *‘et* *zé*
faltando.masc.sg ACC este
“Falta este”

(GIL 1982, p.126)

c) **xaser* *zé*
faltando.masc.sg este

(GIL 1982, p.126)

O fato do *‘et* acompanhar o sujeito pós-verbal pode ser uma evidência para o *‘et* não ser tratado apenas como uma marca de Caso simplesmente.

Desse modo, entre as principais questões que trazemos estão: (i) há alguma contribuição semântica dessa marca como, por exemplo, especificidade? (ii) o que explica a presença do *‘et* em contextos como o de (144)b), no qual não há nenhum dos possíveis marcadores de definitude? Vejamos um exemplo em que o *‘et* ocorre sem a marca de definitude *ha-*.

- (144) a) *kax* *li* *‘et* *ha-[cosmaim]*
Pegar(imperativo)para mim MO DEF-[copo água]
“Pegue para mim o copo de água”
b) *kax* *li* *‘et* *[cossot maim]*
Pegar(imperativo)para mim MO [copos água]
“Pegue para mim os copos de água”

Em (144), temos um composto (*cos maim* ‘copo de água’) na posição de complemento. É importante ressaltar que o uso do *ha-* na sentença (144)a), acompanhando o primeiro membro do composto, é reprovado pela gramática tradicional. Também ressaltamos que em (144)b), não temos a leitura de *bare plural* ‘Pegue para mim copos de água’, leitura esperada nos sintagmas em que não temos a presença do *ha-*, como argumenta Heller (2002).

6.1. Marcação diferencial de objeto e especificidade.

Diante dessas questões, faremos uma breve introdução à literatura que trata da Marcação Diferencial de Objeto por meio dos trabalhos de Bossong (1985 apud AISSSEN (2003)) e de Enç (1991).

Segundo Bossong (1985 apud AISSSEN (2003)), a Marcação Diferencial de Objeto toma muitas formas e inclui as três formas listadas em (145):

- (145)
- a) Singalês: língua em que a marcação de Caso é opcional, mas apenas objetos animados podem ser marcados com Caso.
 - b) Hebraico: em que a marcação de Caso é obrigatória, mas limitada aos objetos definidos.
 - c) Romeno: no qual a marcação de objeto é obrigatória para alguns objetos, opcional para outros e excluída para um terceiro grupo. Aqueles em que a marcação é obrigatória são pronomes pessoais animados e nomes próprios.

A Marcação Diferencial de Objeto (doravante MDO) parece estar limitada à animacidade e à definitude de modo geral. Aissen (2003) traz uma escala de animacidade e de definitude em que a MDO pode ocorrer. Contudo, a autora ressalta que as línguas podem variar numa mesma escala². Por exemplo, no hebraico e no turco a MDO está ligada à escala de definitude, no entanto, para a autora, no hebraico, a MDO distingue objetos definidos de obje-

² Essa noção de escala de definitude de Aissen (2003) está de acordo com a noção de Chesterman (1991), apesar de a autora não citá-lo. Chesterman (1991) diz ser a definitude uma noção escalar.

tos indefinidos, enquanto no turco, a MDO distingue objetos específicos de objetos não-específicos.

Na literatura sobre o assunto, muitas vezes encontramos a intuição de que a MDO é necessária para distinguir objetos diretos de sujeitos, de forma a desambiguá-los. No entanto, Aissen (2003) destaca que essa não é a principal função da MDO. A autora defende que o que a Marcação Diferencial faz ser proeminente nos objetos é exatamente a proeminência que não é marcada para os sujeitos. Assim, o objeto direto que mais se assemelha com o sujeito típico é que toma a marcação aberta, ou seja, se o objeto possui características típicas do sujeito como, topicalidade, de um lado, e animacidade e definitude, de outro lado, o objeto será marcado.

Aissen (2003) defende que a MDO reflete uma tensão entre dois tipos de princípios: (i) o da iconicidade, no qual o objeto mais marcado é o que deve ser mais marcado, ou seja, nominais marcados são morfologicamente mais complexos que aqueles que não são marcados e (ii) o da economia, em que se evita a marcação de Caso.

Dentro da literatura da Gramática Gerativa destaca-se o trabalho de Enç (1991) que discute a relação entre a MDO e a interpretação dos indefinidos como específicos ou não-específicos.

Enç (1991) inicia seu texto tratando de uma visão bastante difundida de especificidade, que relaciona especificidade com quantificação, uma visão adotada por Fodor; Sag (1982). Na visão desses autores, a especificidade está ligada à leitura de escopo largo de um NP. Por exemplo, a sentença em (146) é ambígua, dependendo do escopo relativo dos NPs *every woman* e *a child in fifth grade*. O NP *a child in fifth grade* é considerado específico, quando ele possui escopo largo sobre o sujeito quantificado.

(146) *Every woman talked to a child in fifth grade*

O termo “específico” é apenas um termo usado para nomear uma relação de escopo e especificidade que não é reconhecida como um fenômeno semântico independente. Enç (1991) avalia a análise de Fodor; Sag (1982) por meio de sintagmas com o adjetivo *certain* e conclui que tais sintagmas nem sempre possuem escopo largo, mas podem ter um escopo restrito e continuar indicando especificidade.

Dados esses fatos, Enç (1991) sugere que haja duas opções para o tratamento da especificidade: (i) manter a hipótese de que NPs específicos têm escopo largo no que diz respeito aos operadores, mas rejeitar a idéia de que NPs indefinidos com adjetivos, tais como *certain*, são específicos ou (ii) construir uma análise de especificidade que seja independente das relações de escopo. A autora seguirá a segunda opção, de maneira que ela irá fornecer alguns argumentos para a interpretação de sentenças que contém NPs específicos, mas que não possuem operadores.

Enç (1991) irá observar que há algumas línguas em que NPs, em certas posições sintáticas, nunca são ambíguos no que diz à especificidade. A ambigüidade é resolvida através da marcação de Caso: NPs com Caso morfológico aberto são específicos. Dessa forma, a autora tomará como exemplo de sua análise o Turco. Imaginemos um discurso em que a sentença em (147) é pronunciada.

- (147) *Odam-a biskaç çocuk girdi*
Meu-sala várias criança entrou
'Várias crianças entraram na minha sala'

Essa sentença é seguida das sentenças em (148), distintas pelo fato de que o objeto indefinido na sentença em (148)a tem marca de Caso acusativo e, em (148)b), não:

(148) a) *Iki kiz-i taniyordum*
 duas meninas-ACC eu-conhecia
 ‘Eu conhecia duas meninas’

b) *Iki kiz taniyordum*
 duas meninas eu-conhecia
 ‘Eu conhecia duas meninas’

A marcação de Caso irá interferir na interpretação das sentenças, como já dissermos. (148)a) é sobre duas meninas que estão inclusas no grupo de crianças que foi estabelecido pela sentença em (147) e que entrou na sala. (148)b) é sobre duas garotas que estão excluídas do grupo de crianças original, de forma que (148)a) é equivalente à sentença com o NP partitivo em (149):

(149) *Kiz-lar-dan iki-sin-i taniyordum*
 Menina-pl-Abl duas-Agr-ACC eu-conhecia
 ‘Eu conhecia duas das meninas’

Podemos notar que a noção de especificidade de Enç (1991) está ligada à Condição de Familiaridade e à Condição de Novidade. Todos os indefinidos em uma sentença devem ser “novos”, no sentido de que eles devem introduzir referentes que não estavam previamente em um determinado discurso. Por sua vez, todos os definidos devem ser familiares, no sentido de que os referentes devem ter sido introduzidos previamente dentro do discurso. Em outras palavras, indefinidos não podem ter antecedentes no discurso, enquanto os definidos devem ter antecedentes.

Enç (1991), na tentativa de separar definitude de especificidade, faz uso da noção de antecedente forte para os definidos e antecedente fraco para os específicos. Sua análise ainda faz previsões como: não há NPs definidos não-específicos.

Um ponto de destaque na teoria de Enç é o fato de que todos os sintagmas indefinidos e quantificados são específicos. A autora mostra que NPs indefinidos que envolvem quantificação universal requerem Caso acusativo em Turco. Nesta língua, os NPs em posição de objeto e que apresentam o determinante *her* devem ser marcados com Caso acusativo. Vejamos os exemplos em (150):

- (150) a) *Ali her kitab-i okudu*
 Ali cada livro-ACC leu
 ‘Ali leu cada livro’
- b) **Ali her kitap okudu*
 Ali cada livro leu

A partir desse exemplo e assumindo que o significado da quantificação se dá em um contexto relevante, Enç (1991) afirma que se a quantificação é sobre grupos de indivíduos contextualmente relevantes, a esse fato segue que NPs universalmente quantificados são específicos. Dessa forma, um NP com um quantificador universal será equivalente a um partitivo aberto.

6.1.1 Contra uma análise de especificidade: Danon (2002)

Nesta seção traremos o principal argumento contra a aplicação da proposta de Enç (1991) para a língua hebraica. Tal argumento é exposto por Danon (2002).

Como já dissemos anteriormente, ao tratarmos da proposta de Danon (2001), o autor faz uma separação entre definitude formal e definitude semântica. Dessa forma, definidos semânticos prototípicos, como, por exemplo, demonstrativos, nem sempre são formalmente definidos. Para o autor, uma maneira de testar a definitude formal é a presença da MDO *‘et*. O *‘et* marcaria a definitude formal. No exemplo em (151)a), verificamos a não ocor-

rência da MDO na frente do demonstrativo sem o *ha-*. Além disso, verificamos também, no exemplo em (151)b), que a presença do *ha-* provoca o aparecimento da MDO, sem no entanto causar qualquer mudança na interpretação da sentença.

- (151) a) *Karati sefer zé.*
Li livro este
'Eu li este livro'

DANON (2002)

- b) *karati 'et ha-sefer ha-ze*
Li MDO DEF-livro DEF-livro
'Eu li este livro'

DANON (2002)

Por meio do exemplo acima, Danon (2002) mostra que os demonstrativos podem ser tanto sintaticamente/formalmente definidos, quando aparecem com a MDO, como sintaticamente/formalmente indefinidos, quando aparecem sem a MDO.

Dessa forma para Danon (2002), a MDO não traz nenhuma contribuição para a interpretação das sentenças, ela apenas está a serviço da definitude formal. Ela desempenha o papel de visualização do traço de definitude formal que o *ha-* representa morfológicamente e não tem a ver com definitude semântica, nem com especificidade.

6.1.2 A noção de especificidade revisitada: o Caso partitivo *me* e o CS.

Como vimos em seção anterior, Enç (1991) faz uma distinção entre definitude e especificidade e também faz uma generalização no que diz respeito aos partitivos, que, para a autora, são sem-

pre específicos. Dessa forma, antes de deixarmos de lado a noção de especificidade para a língua hebraica, tomemos as construções partitivas, as quais, no hebraico, podem ser de dois tipos: a primeira apresenta a partícula *me*, também chamada de Caso partitivo, como podemos notar em (152)b) e a segunda se apresenta na forma de um CS, que está exemplificado em (152)a).

(152) a) *raiti* *('et) [_{CS} *axad ha-yeladim*]
 vi MDO [_{CS} *um DEF-meninos*]
 'Eu vi um dos meninos'

b) *raiti* (*'et) *šloš/harbel/xelek me ha-yeladim*
 vi MDO *três/muito/parte PART DEF-meninos*
 'Eu vi três/muito/ parte dos meninos'

Em (152)a), temos a presença obrigatória da MDO *'et*. Já em (152)b), quando temos a preposição *me*, a MDO torna a sentença agramatical. Tais fatos levam Danon (2002) a verificar que a generalização de Enç (1991) não explica esses exemplos, pois, se todos os partitivos fossem definidos e específicos, a MDO deveria ser obrigatória, uma vez que o *'et* aparece em sintagmas definidos. Para Danon (2002), os partitivos do hebraico são sintaticamente indefinidos e a diferença entre (152)a) e (152)b) está na estrutura sintática e não em qualquer propriedade semântica. Contudo, Danon (2002) não explica o porquê de existirem duas construções partitivas no hebraico, ou qual o contexto proeminente de uma ou de outra construção, apenas aponta que tais construções se diferem quanto ao uso da MDO.

Para iniciarmos a discussão sobre quais contextos cada construção é utilizada, retomemos o que vimos sobre a semântica do CS por meio do texto de Heller (2002). Essa autora defende que o núcleo do CS denota uma função <e, e>, ou seja, uma função de indivíduos entre indivíduos, e não uma função <e, t>. O exemplo

dado em (102) e retomado aqui como (153), tem como contexto uma greve em uma biblioteca.

- (153) a) [_{CS} *oved* *ha-sifriya*] *xasam* *et*
empregado DEF-biblioteca bloqueou ACC
ha-knisa *ha-rašit...*
DEF-entrada DEF-principal
'O empregado da biblioteca bloqueou a entrada principal'
- b) [_{FS} *oved* *šel* *ha-sifriya*] *xašam* *et*
empregado prep DEF-biblioteca bloqueou ACC
ha-knisa *ha-rašit...*
DEF-entrada DEF-principal
'Um empregado da biblioteca bloqueou a entrada principal'
- c) *...ve-od* *oved* *šel* *ha-sifriya*
e-mais empregado prep DEF-biblioteca
xasam *et* *ha-axorit*
bloqueou ACC DEF-traseira
...e outro empregado da biblioteca bloqueou a dos fundos.

Em (153)a) temos um CS, em (153)b) temos um FS e em (153)c) temos uma continuação da sentença seja para o CS ou para o FS. A sentença complementar em (105)c) é possível apenas com o FS, ou seja, torna o exemplo em (153)a) agramatical. Esse fato serve de evidência para Heller (2002) afirmar que o CS sugere um conteúdo descritivo individual, de forma a haver apenas um indivíduo na situação. Tal situação, como ressalta a autora, é independente do conhecimento de mundo, pois se sabia de antemão que a biblioteca possuía mais de um empregado. O CS parece não relacionar seu conteúdo a um conteúdo dado previamente e criar um indivíduo específico e definido que não é pré-determinado.

Se o CS cria indivíduos definidos e específicos não relacionados, ou não “ancorados” em um contexto, a noção de especificidade que o hebraico apresenta, quando se leva em consideração o CS, diverge da noção de especificidade sugerida por vários autores como Enç (1991) e Von Heusinger (2002). Von Heusinger (2002) sugere que a especificidade tem relação com a referencialidade de um objeto no discurso. Isso significa que o referente do NP específico é dependente do referente de outra expressão que foi dada em um determinado discurso. Dessa forma, a especificidade está “ancorada referencialmente” ao discurso.

Seguindo a hipótese delineada acima, perguntamos a alguns falantes qual construção partitiva seria utilizada, aquela com o *me* ou com o CS, em um contexto em que várias crianças entram em uma sala e a pessoa conhece uma das crianças que pertence ao grupo de crianças que entrara na sala. Os falantes preferem a construção formada com o *me*, em (154). A utilização de uma partitiva com o CS cria uma nova entidade que não precisa, ou não deve, estar relacionada com o discurso dado anteriormente.

- (154) *Ani makir exad me ha-yeladim*
 Eu conheço um PART DEF-crianças
 ‘Eu conheço uma das crianças’

Sobre a existência de construções partitivas que diferem entre estarem ancoradas a um discurso prévio ou não, Yeghiazaryan (2005) salienta a existência de pelo menos dois tipos de construções partitivas no armênio: as partitivas padrão e as ocultas. As partitivas padrão podem ser manifestadas fora do contexto, sem causarem desentendimento de sua compreensão. Já as partitivas ocultas tornam-se agramaticais, ou pelo menos se revelam estranhas, caso manifestadas fora do contexto. Observemos as sentenças do armênio.

(155) a) *Tesa* *usanogh-ner-its mek-i-n*
 Ver-1_SG_PretPerf aluno-PL_Abl um-Ac_Def
 ‘Vi um dos alunos’

YEGHIAZARYAN (2005)

b) **Tesa* *mi usanogh-i-n*
 Ver-1_SG_PretPerf um aluno-Ac_Def

Em (155)a), temos uma construção partitiva padrão, ou seja, um NP plural no Ablativo seguido por um quantificador na forma definida, de maneira que esta sentença pode ser pronunciada sem que haja um contexto prévio em que um grupo de alunos entrou na sala. Entretanto, a sentença em (155)b) torna-se agramatical se pronunciada sem um contexto previamente estabelecido.

Danon (2002), acertadamente, conclui que a construção partitiva oculta do hebraico, aquela com a partícula *me* é indefinida sintaticamente. Isso explicaria a não ocorrência da MDO, que é sensível à definitude, porém, Danon (2002) se equivoca ao tratar a partitiva formada com o CS, a que estamos chamando partitiva padrão, também como indefinida. Esta última não só é definida como também cria indivíduos independentes de um discurso e contexto prévios.

Uma vez discutida a possibilidade de haver algum tipo de especificidade no hebraico, contrariando Danon (2002), voltemos ao exemplo dado em (144) retomado aqui como (156).

(156) a) *kax li 'et ha-[cos maim]*
 Pegar(imperativo) para mim MO DEF-[copo água]
 “Pegue para mim o copo de água”

- b) *kax* *li* *‘et* [*cosso* *maim*]
 Pegar(imperativo) para mim MO [copos água]
 “Pegue para mim os copos de água”

O dado em (156) nos sugere que a marca *‘et*, que aparece em (156)b) sem a presença do *ha-* (marcador de definitude), é sensível não a uma definitude formal, como sugere Danon (2002), mas a algo de origem semântica, e porque não dizer, que essa marca é sensível à especificidade. O composto formado por *cosso maim* ‘copos de água’ sofre as mesmas operações semânticas de mudança de núcleo para <e, e> e, portanto, cria (nesse caso em que o núcleo está no plural) um grupo máximo de indivíduos (como se o CS se tornasse um operador como “todos”). Esse grupo é um grupo determinado, específico e independente, de modo que o *‘et* é sensível a sua semântica mesmo na falta do marcador de definitude.

Ao final desta seção, devemos salientar que novos testes devem ser realizados a fim de demarcar, com mais clareza e certeza, os contextos em que cada tipo de construção partitiva, seja aquela formada com o *me* ou aquela formada com o CS, é realizada e até mesmo outros contextos em que o *‘et* aparece sem a presença do *ha-*. Todavia, algumas hipóteses foram lançadas sobre essas questões.

Na próxima seção, discutiremos a especificidade relacionada com a quantificação, levando em conta as propriedades semânticas do CS que apresenta na posição de núcleo o quantificador universal *kol*.

6.1.3 O CS e o quantificador universal *kol*

Seguindo a tese de Heller (2002), de que o CS cria grupos de indivíduos máximos ou mínimos, procuramos, nesta seção, observar o comportamento do quantificador universal *kol* quando este se encontra na posição de núcleo do CS. Dessa forma, quere-

mos relacionar a operação de quantificação que o *kol* ‘todo’ exerce sobre os nominais com a semântica do CS. Contudo, não estamos nos afastando da investigação da especificidade, pois, como vimos, o estudo da especificidade sempre esteve relacionado com a quantificação. Vejamos os ambientes em que o quantificador *kol* ‘todo’ pode ocorrer e suas possíveis interpretações.

- (157) a) *Kol ha-yeladim kiblu et ha-tziunim*
 Todo DEF-meninos receberam ACC DEF-notas
 ‘Todos os meninos receberam as notas’
- b) *Kol yeled kibel ha-tziunim*
 Todo menino recebeu DEF-notas
 ‘Cada menino recebeu as notas’

Em (157)a), temos uma leitura em que o grupo de menino recebeu as notas. Não há a leitura de que cada membro do grupo recebeu uma nota, mas sim a leitura de um evento para o recebimento das notas pelo grupo. Na sentença em (157)b) há a leitura de vários eventos de recebimento das notas, no entanto; os alunos devem ter recebido todas as notas e não um aluno recebe uma nota enquanto outro aluno recebe outra nota diferente.

Gil (1995) também dá exemplos da atuação do quantificador *kol*. Observemos os exemplos de Gil (1995).

- (158) a) *Kol ha-ʔanashim hitʔasfu*
 \forall^3 DEF-homem.PL REFL-colher-PAST-3:PL
ʔim sabhar
 com amanhecer
 ‘Todos os homens colhem com o amanhecer’

³ Significando quantificador universal simples.

- b) **Kol ish hitʔasfu*
 ∇ homem REFL-colher-PAST-3:PL
ʔim sahbar
 com amanhecer
- (159) a) *Kol ha-ʔanashin sabvu shalosh*
 ∇ DEF-homem.PL carregam três.f
mizvadot
 malas: PL:fem
 ‘Todos os homens carregam três malas’
- b) *Kol ish sahav shalosh mizvadot*
 ∇ homem carrega três.f malas:PL:fem
 ‘Cada homem carrega três malas’

Em (158), *Kol* (com plural e definido), mas não *Kol* (com singular e indefinido), pode ocorrer em construção com predicado coletivo. De modo similar, em (159), *Kol* [PL, DEF] permite uma variedade de relações de escopo, enquanto *Kol* [SG, INDEF] força o sujeito NP ter um escopo largo. Em ((159)a), o homem pode ter atuado individualmente ou coletivamente, em ((159)b) eles podem ter apenas atuado individualmente. Assim, em ((159)a) os homens podem ter carregado três malas por pessoa ou carregado três malas entre eles (na soma total foram três malas), já em ((159)b) eles devem ter carregado três malas por pessoa, ou seja, cada um carregou três malas.

Nas sentenças acima, chama-nos atenção a estrutura do sintagma quantificado. Tal estrutura é a estrutura de um CS, ou seja, Núcleo +DP em (157)a) ou Núcleo +NP em (157)b), sendo que o *kol* ‘todo’ ocupa a posição de núcleo. Borer (1999) e Siloni (2003) discutem sobre os sintagmas genitivos terem ou não escopo sobre o núcleo dos CSs sem chegar à conclusões satisfatórias.

Porém Heller (2002) consegue dar um tratamento para os mesmos casos por meio de uma análise semântica, em contraposição à análise sintática e fonológica de Borer (1999) e Siloni (2003).

Seguindo Heller (2002), vemos que em (157)a) o CS nucleado por *kol* e com um nome definido no plural, cria um grupo máximo de meninos, que não é atômico, de forma que o *kol* não consegue distribuir sobre os átomos desse conjunto, mas apenas sobre o conjunto inteiro de meninos. Em (157)b), o CS força a criação de um conjunto mínimo de menino e, portanto, tem-se a interpretação individual. Dessa forma, a interpretação das sentenças em (157) está ligada à semântica do CS, sobre a qual atua o quantificador *kol*.

Gil (1995) aponta três possibilidades para o tratamento do *kol* 'todo': a) caracterizar *kol* como ambíguo entre um quantificador universal simples e *distributive-key*, cada significado associado com seu ambiente morfossintático característico; b) caracterizar *kol* como um quantificador universal *distributive-key* e então derivar a interpretação não distributiva a partir de sua associação com ambientes plurais definidos, ou c) caracterizar *kol* como um quantificador universal simples, e então derivar a interpretação distributiva a partir de sua associação com o ambiente singular e indefinido. Podemos dizer que a análise do *kol* proposta por Gil (1995) o caracteriza como um quantificador universal simples. Assim sendo, nossa análise ao levar em conta a semântica do CS segue o mesmo caminho de Gil no tratamento do *kol*.

Entretanto, assim como o hebraico possui duas construções partitivas, como vimos na seção anterior, essa língua também possui outras estratégias para marcar a distributividade nos sintagmas quantificados: *kol* 'todo' seleciona um sintagma partitivo, como vemos em (160).

- (160) *Kol exad me ha-yeladim kibel tziuno*
Todo um PART DEF-meninos recebeu nota.3.PL
'Cada um dos meninos recebeu sua nota'

Nesse caso, entra em jogo novamente a questão da especificidade. A diferença entre a expressão *kol* + NP (singular e indefinido), que pode ser parafraseado por “cada” (como na sentença em (157)b)), e *kol* + Sintagma Partitivo, que também possui uma interpretação distributividade, pode estar ligada a determinação de um grupo em um discurso prévio. No caso de (160) existe a necessidade de um grupo predeterminado de meninos, por sua vez, em (157)b), isso não se faz necessário.

Em resumo, nesta seção tentamos entender e lançar algumas idéias sobre a interpretação dos sintagmas quantificados no hebraico, tendo em mente a semântica do CS e das construções partitivas. Não se trata de um estudo acabado. Essa não é a pretensão deste trabalho; porém este estudo procura ressaltar algumas observações que podem trazer luz sobre questões que não estavam em jogo no estudo da quantificação, como por exemplo, a semântica do CS.

6.2 A marcação diferencial de objeto e seus efeitos semânticos

Na seção anterior, discutimos a possibilidade da MDO *’et* ser sensível à especificidade. Nesta seção, continuaremos a discussão já iniciada e nos ateremos ao que chamamos “efeitos semânticos” do *’et*. Esses efeitos são, na verdade, algumas interpretações que apenas são possíveis na presença de tal marca.

Assim sendo, destacamos dois trabalhos, os quais nos servirão para realizarmos uma reflexão: o primeiro de Danon (2002), que se dedica à discussão sobre o efeito desambigüizador do *’et* em

certos tipos de CS e o segundo de Arad (1996) que, dentro da sua proposta sobre aspectualização, mostra que o *'et* tem a função de marcar o fim de um determinado evento.

6.2.1 A desambigüização dos CSs

Sabemos que o CS possui como uma de suas principais características a Definitude Espreada, ou seja, o núcleo do CS herda a definitude do membro genitivo. Sabemos também que a MDO *'et* é requerida quando o CS definido ocorre na posição de objeto, como está exemplificado em (161).

- (161) *Ra'iti* **('et)* *batey* *ha-kfar*
 Vi MO casa.CS.m.pl DEF-vila
 'Eu vi as casas da vila'

Contudo, segundo Danon (2002), quando um CS definido ocorre em outra posição que não a posição de objeto, esse CS é ambíguo entre uma interpretação definida ou indefinida, dependendo do contexto e das propriedades lexicais do seu núcleo. Por exemplo, nomes que possuem um *membership* ou nomes significando “parte de” são especialmente produtivos com uma leitura de indefinido. Vejamos alguns exemplos citados por Danon (2002)⁴.

- (162) a) *tošav* *ha-štaxim* *né'ecar*
 residente.CS.m.sg DEF-territórios preso(passiva)
la-xakira
 para-interrogação
 'Um/O residente dos territórios foi preso para interrogação'

⁴ Segundo Danon (2002), a interpretação para os CSs nos nestes exemplos é a indefinida, apesar da presença do *ha-* (marca de definitude).

- b) *xayal* *cva* *ha-darom*
soldado.CS.m.sg exército.CS.m.sg DEF-sul
neherag *etmol*
matar(passiva) ontem
‘Um/O soldado do exército do sul foi morto ontem’
- c) *bxirat* *ha-va’ada* *be-ezrad*
seleção.CS.f.sg DEF-comitê em-cidadão
medinat *yisra’el* *la-tafkid*
estado.CS.f.sg Israel para.DEF-emprego
mešuna
estranha
‘A seleção pelo comitê de **um/o** cidadão do estado de Israel é estranha’
- d) *Dan* *(hu)* *boger*
Dan *(ele/é)* graduado.CS.m.sg
ha-xug *le-balšanut*
DEF-departamento para-Lingüística
‘Dan é **um/o** graduado do departamento de Lingüística’

Entretanto, quando os mesmos CSs que vimos acima aparecem em um ambiente em que o *‘et* é inserido, a interpretação de definido, ou específico, torna-se a única opção, segundo Danon (2002). Observemos os dados em (163).

- (163) a) *ha-mištara* *acra* *‘et* *tošav*
DEF-polícia prendeu MO residente.CS.m.sg
ha-štaxim
DEF-territórios
‘A polícia prendeu **o** residente dos territórios’

- b) *ha-hafgaza* *harga* *‘et* *xayal*
 DEF-bombardeio matou MO soldado.CS.m.sg
cva *ha-darom*
 exército.CS.m.sg DEF-sul
 ‘O bombardeio matou o soldado do exército do sul’
- c) *bxirat* *ha-va’ada* *‘et* *ezrax*
 seleção.CS.f.sg DEF-comitê MO cidadão.CS.m.sg
medinat *yisrael la-tafkid* *mešuna*
 estado.CS.fem.sg Israel para.DEF-emprego estranha
 ‘A seleção pelo comitê **do** cidadão do estado de Israel
 para o emprego é estranha’
- d) *ha-šaxem* *šama* *‘et* *boger*
 DEF-vizinho escutou MO graduado.CS.m.sg
ha-xug *le-balšanut* *nixnas*
 DEF-departamento para-Lingüística entrando
 ‘O vizinho escutou o graduado do departamento de
 Lingüística entrando’

De acordo com Danon (2002), o fato de não haver uma leitura de definido para os sintagmas com o *ha-* é uma evidência da sua tese sobre a separação entre definitude formal e definitude semântica. Os casos em que temos o *ha-*, mas não temos uma leitura estrita de definido para o sintagma, são exemplos, nos seus termos, de que ali existe apenas uma marca de definitude formal.

Todavia, vejamos alguns exemplos em que ocorre a presença do *‘et* sem a marca de definitude *ha-* nos CSs.

- (164) a) *xavrey* *šaloš katot sodiyot še-nexsefu*
 membros.CS.m.pl três seitas secretas que-expor.passiva
la-axrona servu le-hitra'ayen
 recentemente recusaram inf-entrevistar.passiva
 ‘(Os) membros de três seitas secretas que foram desmascarados recentemente recusaram ser entrevistados’
- b) *ha-mištara acra xavrey šaloš*
 DEF-polícia prendeu membros.CS.m.pl três
katot sodiyot še-nexsefu la-axrona
 seitas secretas que-expor.passiva recentemente
 ‘A polícia prendeu membros de três seitas secretas que foram desmascarados recentemente’
- c) *ha-mištara acra ‘et xavrey*
 DEF-polícia prendeu **MO** membros.CS.masc.pl
šaloš katot sodiyot še-nexsefu la-axrona
 três seitas secretas que-expor.pass recentemente
 ‘A polícia prendeu **os** membros de três seitas secretas que foram desmascarados recentemente’

Na sentença em (164)a), o sujeito é um CS que não é definido, pois o segundo membro não possui o traço [+def]. Esse sujeito pode ser entendido tanto como indefinido (alguns membros de três seitas...) ou como definido (os membros de três seitas...). Em (164)b), o CS está na posição de objeto e a única leitura possível é a indefinida. Em (164)c), temos um caso de violação da regra de uso do *‘et* prevista pela gramática: o *‘et* é utilizado no hebraico coloquial sem a presença do *ha-* (marca de definitude). A gramática prescreve o uso do *‘et* sem o *ha-*, mas com o clítico de terceira pessoa do plural *hen* ‘seus’, como vemos em (165).

- (165) *ha-mištara acra 'et xavrey-ben*
 DEF-polícia prendeu MO membros.CS.masc.pl-3^{apl}
šel šaloš katot sodiyot še-nexsefu la-axrona
 prep três seitas secretas que-expor.passiva recentemente
 'A polícia prendeu os membros de três seitas secretas que
 foram desmascarados recentemente'

Danon (2002) não explica o porquê do *'et* causar a leitura de definido em (164)c), limitando-se a observar a possível leitura. O trabalho de Danon (2002) defende que o *'et* não é sensível à especificidade. O autor propõe que exista um traço formal [+def] em *xavrey* 'membros' e que o *'et* é sensível a esse traço formal.

Em uma proposta que utiliza o arcabouço teórico da Morfologia Distribuída⁵, no qual há uma correspondência entre traços e Itens de Vocabulário (matriz fonológica que será inserida pós-sintaticamente) é incoerente a existência de um traço [+def], que possui um item de vocabulário, o *ha-*, mas que não haja a inserção de seu Item de Vocabulário correspondente. Dessa forma, argumentamos ao longo de nossa pesquisa, baseados em Heller (2002), que o CS cria grupos definidos e específicos. O exemplo em (156) (o exemplo dos copos de água) se assemelha ao exemplo em (164)c). Segundo nossa argumentação para (164)c), o CS cria um grupo máximo de indivíduos e esse grupo é específico e determinado, apesar da não ocorrência do *ha-*. A especificidade está ligada à semântica do CS e não está ligada à presença de traços

⁵ A proposta de Danon (2002) não parece elegante mesmo no quadro teórico de *Government and Binding*, pois, apesar de tecnicamente dar conta dos fenômenos, ao refletirmos sobre os dados, observamos a sua incoerência. Por exemplo, quando observamos os dados dos pronomes demonstrativos vimos que esses pronomes são semânticamente definidos, no entanto, segundo a proposta de Danon (2001), tais pronomes não possuem o traço [+def]. Como não possuem o traço [+def] e são interpretados como definidos? Danon (2001, 2002) não responde essa pergunta.

formais que estão presentes na sintaxe e nem sequer serão interpretados em LF, como prevê a tese de separação entre definitude formal e definitude semântica de Danon (2001, 2002). Também defendemos, contrariando Danon (2002), que o *’et* é sensível a essa especificidade criada pelo CS. Outras propostas, como as de Heller (2002) e de Dobrovie-Sorin (2000), defendem que o *’et* seja um operador *type-shifting* e contribua para a mudança de função do núcleo do CS de <e,t> para <e,e>, o que é coerente com nossa proposta.

Resta-nos explicar a ambigüidade dos CSs que possuem a marca de definitude *ha-* na posição de sujeito. Autores como: Engelhardt (1998, 2000), Danon (2002), Pereltsvaig (2006) sugerem que o problema da ambigüidade desses CSs está no tipo de nome que ocorre na posição de núcleo. Já destacamos que o fenômeno da Definitude Espreada pode não ocorrer com nomes chamados *membership*, tais como: *’ezrax* ‘cidadão’, *yalid* ‘nativo’, *tošav*, ‘residente’, *xayal* ‘soldado’, *’oved* ‘trabalhador’, *boger* ‘graduado’, *nacig* ‘representante’ etc.

Pereltsvaig (2006) compara o exemplo do hebraico em (166) com sua contraparte em inglês saxônico *the country’s citizen*.

- (166) *ha-mištara ha-holandit acra šilšom*
 DEF-polícia DEF-holandesa prendeu antes de ontem
 [_{CS} *’ezrax ha-medina*] *be-xašad še*
 [cidadão.CS.m.sing DEF-estado] em-suspeição que
 ‘A polícia holandesa prendeu antes de ontem **um** cidadão do país sob suspeita de...’

Enquanto no inglês o exemplo é incômodo, porque ele pressupõe a existência de um único cidadão do país (e geralmente países têm mais de um cidadão), o exemplo do hebraico não possui tal pressuposição, o que não conduz a uma incongruência semântica.

jeção de AspOR (projeção de originador) está sobre AspEM (projeção de medidor de evento). O modelo de Arad (1996) também prevê que a associação de posições de Caso com posições onde a interpretação aspectual é atribuída pode explicar a correlação universal entre Caso acusativo e interpretação télica.

Para Arad (1996), projeções aspectuais podem checar caso e, portanto, não há necessidade de projeções de *agreement* ou especificadores múltiplos, estes últimos não possuem conteúdo semântico e necessitam de motivações independentes. As projeções aspectuais, por outro lado, possuem conteúdo semântico e, diferente das projeções de *agreement*, os traços que elas checam são interpretáveis e em algumas línguas esses traços possuem conteúdo fonológico.

Como já dissemos, a autora defende que Caso acusativo seja atribuído por um nó aspectual que é responsável pela telicidade do evento. A fim de mostrar a associação entre Caso acusativo e interpretação télica, ela trará evidências de três fontes de dados:

- (i) Línguas que têm Caso objetivo diferente do acusativo, por exemplo, um Caso partitivo para os objetos;
- (ii) Línguas que exibem alternância entre Caso acusativo e objeto preposicional partitivo;
- (iii) Línguas que marcam seus objetos com Caso dativo e Caso ablativo.

Em todos esses casos o Caso acusativo está associado com uma interpretação télica. Contudo, a autora ressalta que a atribuição de Caso acusativo não é uma condição suficiente para uma interpretação télica.

Segundo Arad (1996), o Caso acusativo é marcado no hebraico pelo *'et* e esta língua permite preposições partitivas em vez de objeto direto. Vejamos os exemplos em (168) e (169).

(168) a) *axalti* *'et* *ha-uga*
Comi ACC DEF-bolo
'Eu comi o bolo' (télico)

b) *axalti* *me* *ha-uga*
Comi PART DEF-bolo
'Eu comi do bolo' (atélico)

(169) a) *karati* *'et* *ha-sefer*
Li ACC DEF-livro
'Eu li o livro' (télico)

b) *karati* *ba-sefer*
Li em.DEF-livro
'Eu estava lendo o livro' (atélico)

Dessa forma, Arad (1996) mostra que o uso do *'et*, chamado de Caso acusativo, em oposição ao uso de outras preposições está associado com a leitura de aspecto télico.

Para resumir este capítulo, vimos que o *'et* pode estar relacionado à semântica da especificidade, uma vez que ele ocorre em contextos em que o *ha-* (marca de definitude) não aparece. Além disso, mostramos que o CS exibe uma especificidade diferente daquela encontrada nos trabalhos de Enç (1991) e Von Heusinger (2002). Dessa forma, a semântica do CS pode ajudar na explicação de algumas questões ligadas ao fenômeno da quantificação. Por fim, trouxemos duas visões sobre a semântica da Marca Diferencial de Objeto.

7. Conclusão

Neste trabalho, discutimos a relação entre Caso e definitude no hebraico por meio do CS e da Marcação Diferencial de Objeto. Tal relação está expressa, principalmente, na checagem de Definitude e Caso no CS por meio de *Agree* e na Marcação Diferencial de Objeto por meio da Inserção Tardia de Itens de Vocabulário.

Como consequência do estudo sobre os CSs, fizemos uma reflexão sobre as semelhanças e diferenças existentes entre essas construções e os *compounds* da língua em questão. Tal reflexão nos proporcionou subsídios para uma análise diferenciada entre as construções citadas. E, assim, apresentamos uma análise baseada nas estruturas sintáticas subjacentes a cada uma das construções e concluimos que os *compounds* são formados apenas por uma raiz localizada na Lista A (lista de elementos primitivos), enquanto os CSs possuem duas raízes em sua estrutura de formação, daí seu caráter composicional.

Propusemos, para a análise dos *compounds*, que haja uma *fissão* dos traços de sua raiz no Componente Morfológico localizado no caminho para PF, de modo que em PF são inseridos dois itens de vocabulário, um para cada grupo de traços fissionados. Já para a análise dos CSs, propusemos que seja inserido um item de vocabulário para cada uma das raízes que os formam. Também propusemos uma estrutura para os CSs que assegura duas das principais características dessa construção: a Definitude Espreada e a não modificação direta do núcleo.

Quanto à checagem de Definitude e Caso no CS, argumentamos que N^o possui um traço de definitude especificado para [+def] ou [-def] e tal especificação, se positiva [+def], leva à projeção de D^o, que possui um traço interpretável de definitude que tem seu valor subspecificado. O traço de definitude deve ser valorado, por meio de *Agree*, com o traço presente do nome. Por sua vez, argumentamos que o nome possui um traço de Caso que deve ser checado. Além disso, demonstramos, baseados em McFadden (2004), que há inserção tardia de traços que compõem o nó terminal de Caso pelo Componente Morfológico, por meio de regras que levam em consideração a estrutura sintática e que, posteriormente, há a inserção de um item de vocabulário em D^o para os traços do morfema abstrato.

Discutimos, ainda, o tema da especificidade no hebraico levando em conta aspectos da semântica do CS e a ocorrência da Marcação Diferencial de Objeto em sintagmas que não apresentam a marca de definitude *ha-*. Concluímos a este respeito que: (i) a MDO é sensível à especificidade, o que explica sua presença sem a ocorrência do *ha-*; (ii) o CS cria indivíduos que são específicos, mas que não estão ligados a um discurso prévio, o que explica também que a diferença entre as construções partitivas formadas com o *me* e com o CS; (iii) a semântica do CS deve ser levada em consideração no tratamento do quantificador universal *kol* ‘todo’, uma vez que é o CS que cria grupos máximos e mínimos sob será operada a quantificação e (iv) há uma contribuição semântica do *’et*, seja como desambigüizador de CS, seja como marca de aspecto télico.

Referências bibliográficas

- AISSEN, J. Differential object marking: iconicity vs. economy. In: **Natural Language & Linguistic Theory**, vol. 21, nº 3, p 435-483, 2003.
- ARAD, M. A minimalist view of the syntax-lexical semantics interface. In: **UCL Working Papers in Linguistics** 8, 1996.
- _____. Locality constraints on the interpretation of roots: the case of Hebrew denominal verbs. In: **Natural Language & Linguistic Theory**, vol. 21, p. 737-778, 2003.
- _____. **Roots and Patterns: Hebrew Morpho-syntax**. Stanford University, 2004. Manuscrito.
- BISOL, L. (org.) **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. 3a.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- BORER, H. Deconstructing the construct. In: JOHNSON, K., ROBERTS, I.G. (Eds.), **Beyond Principles and Parameters**, Kluwer, Dordrecht, p.43-89, 1999.
- _____. **Structuring Sense**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- BURZIO, L. **Italian syntax** . Boston: D. Reidel Publishing Company, 1986.
- CHESTERMAN, A. **On definiteness: A study with special reference to English and Finnish**. Cambridge University Press, 1991.

- CHOMSKY, N. **Knowledge of Language: Its Nature, Origen and Use.** New York: Praeger, 1986.
- _____. **The Minimalist Program.** Cambridge, Mass: MIT Press, 1995.
- _____. **Minimalist Inquiries: The Framework.** Cambridge, Massachusetts: MIT WPL, 1998.
- _____. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, M. (ed.) **Ken Hale: A Life in Language.** Cambridge, MA: MIT Press, p. 1-52, 2001.
- DANON, G. Syntactic definiteness in the grammar of Modern Hebrew. In: **Linguistics** 39(6), p. 1071–1116, 2001.
- _____. **Case and Formal Definiteness: the Licensing of Definite and Indefinite Noun Phrases in Hebrew.** Dissertation, Tel Aviv University, 2002.
- DOBROVIE-SORIN, C. (In)definiteness Spread: from Romanian Genitives to Hebrew Construct State Nominal. In: **Comparative Studies in Romanian Syntax.** Oxford: Elsevier, p. 177-226, 2000.
- EMBICK, D.; NOYER, R. Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface. In: RAMCHAND G.; REISS C. eds. **The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces,** Oxford University Press, 2004.
- EMBICK, D. Blocking Effects and Analytic/Synthetic Alternations. In **Natural Language and Linguistic Theory**, vol 25:1, 2007.
- ENÇ, M. The Semantics of Specificity. In: **Linguistic Inquiry**, n.22, p. 1-25, 1991.
- ENGELHARDT, M. **The Syntax of Nominalized Properties.** Ph.D. dissertation, Hebrew University of Jerusalem, Israel, 1998.
- _____. The Projection of Argument-Taking Nominals. In: **Natural Language and Linguistic Theory** 18, p. 41-88, 2000.

- FIORIN, J. L. Teoria dos signos. In: FIORIN, José Luiz (org.) **Introdução à Lingüística I: Objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, p. 55-74, 2002.
- _____. Linguagem, realidade e pensamento. In: **Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Segmento, ano II, número 21, p. 36-37, julho de 2007.
- FODOR, J.; SAG, I. Referencial and quantificational indefinites. In: **Linguistics and Philosophy**, vol.5, p.355-398, 1982.
- FRAMPTON, J; GUTMANN, S. **Agreement is feature sharing**, 2000. Disponível em: <<http://www.math.neu.edu/ling/pdf/files/agrisfs.pdf>>. Acesso em: 07 Maio 2008.
- GIL, D. Case marking, phonological size, and linear order. In: **Syntax and Semantics**, Academic Press, Inc, vol 15, p.117-142, 1982.
- GLINERT, L. **The Grammar of Modern Hebrew**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Cultrix, s.d.
- HAEGEMAN, L. **Introduction to government & binding theory**. Blackwell, 1994.
- HALLE, M. Distributed Morphology: Impoverishment and Fission. In: **MIT Working Papers in Linguistics 30**, p. 425-439, 1997.
- HALLE, M.; A. MARANTZ. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. (eds.). **The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvian Bromberger**. MITPress, Cambridge, MA, p. 111-176, 1993.
- HARLEY, H.; NOYER, R. State of the Article: Distributed Morphology. In: **GLOT 4.4**, University of Pennsylvania, p. 3-9, 1999.
- HELLER, D. On the construct state, uniqueness and genitive relations. Manuscrito apresentado no **IATL 18**, 2002.

- Disponível em: <<http://atar.msc.huji.ac.il/~english/IATL/18/Heller.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2007.
- HORNSTEIN, N.; NUNES, J.; GROHMANN, K. **Understanding Minimalism**. Cambridge University Press, 2005.
- HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- KEHDI, V. **Morfemas do Português**. 6ª ed. São Paulo: Ática, 2002.
- KIHM, A. Agreement in noun phrase in Semitic: Its nature and some consequences for morphosyntactic representations, 2001.
- Disponível em: <<http://www.usc.edu/schools/college/semitic/private/pdf/agreement.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2007.
- KREMERS, J. Genitives: a recursive linearization approach, 2000.
- Disponível em: <<http://user.uni-frankfurt.de/~kremers/papers/kremers-genitives.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2007.
- LAMBDIN, T. O. **Gramática do Hebraico Bíblico**. São Paulo: Paulus, 2003.
- LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. **Unaccusativity: at The Syntax/Lexical Semantics Interface**. MIT Press, Cambridge, MA, 1995.
- LYONS, C. **Definiteness**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MARANTZ, A. Words, 2001. Disponível em: <<http://www.lot.let.uu.nl/zs2001/papersMarantz/WCCFL.doc>>. Acesso em: 14 out. 2007.
- _____. No Escape from Syntax: Don't Try Morphological Analysis in the Privacy of Your Own Lexicon. In: A. DIMITRIADIS, L. SIEGEL, C. SUREK-CLARK & A. WILLIAMS. Proceedings of the 21st Penn Linguistics Colloquium. In: **Working Papers in Linguistics**, Philadelphia, p. 201-225, 1997.
- _____. "Cat" as a phrasal idiom: Consequences of late insertion in Distributed Morphology. MIT: Cambridge, 1996. Manuscrito.

- MCFADDEN, T. **The position of morphological case in the derivation: a study on the syntax-morphology interface.** Phd dissertation, University of Pennsylvania, 2004.
- MIOTO, C.; FIGUEIREDO-SILVA, M.C.; LOPES, R.. **Novo Manual de Sintaxe.** 2. ed. Florianópolis: Insular, 2004.
- MÜLLER, A., STORTO, L., & COUTINHO-SILVA. Número e a distinção contável-massivo em Karitiana. In: **Revista da Abralin**, v. 5, n. 1 e 2, p. 185-213, dez. 2006.
- NEGRÃO, E. V.; VIOTTI, E. A propriedade de Deslocamento e a Marcação Gramatical das relações Semânticas e Informativas. In: **IV Congresso Internacional da ABRALIN**, Brasília, 2005. Manuscrito.
- PERELTSVAIG, A. Compounding in Semitic, and Why English mice are not like Arabic *'Roofs'*, s.d.
- Disponível em: <<http://www.usc.edu/schools/college/semitic/private/pdf/hebrcomp.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2004.
- _____. Head movement in Hebrew nominals: A reply to Shlonsky. In: **Lingua**, Volume 116, Issue 8, pag.A1-A40, 2006.
- PESETSKY, D.; TORREGO E. The Syntax of Valuation and the Interpretability of Features, 2004. Disponível em: <http://web.mit.edu/linguistics/people/faculty/pesetsky/Pesetsky_Torrego_Agree_paper.pdf>. Acesso em: 14 out. 2007.
- SHLONSKY, U. The form of Semitic noun phrases. **Lingua**, Volume 114, p. 1465-1526, 2004.
- SILONI, T. **Noun Phrases and Nominalizations: The syntax of DPs.** Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997.
- _____. Adjectival Constructs and Inalienable Constructions. In: OUHALLA, J. & SHLONSKY, U (eds.). In: **Themes in Arabic and Hebrew Syntax.** Kluwer: Dordrecht, p.161-188, 2002.

- _____. Prosodic Case Checking Domain: The Case of Constructs. In: J. Lecarme (ed.) **Research in Afroasiatic Grammar II**. Amsterdam: John Benjamins, p. 481-510, 2003.
- _____. **Prosodic Case Checking Domain: The case of Constructs**. Ms. Tel-Aviv University, 2000. Disponível em: <<http://www.tau.ac.il/~siloni/Constructs2001.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2007.
- RABIN, C. **Pequena história da língua hebraica**. Trad. Rifka Berezin. São Paulo, Summus, 1973.
- ROCHA, S. R. **A ocorrência de “coisar” em Língua Portuguesa como contribuição para a hipótese das raízes abstratas**. São Paulo, 2008. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- VON HEUSINGER, K. Specificity and Definiteness in Sentence and Discourse Structure. **Journal of Semantics**, Oxford University Press, 2002.
- YEGHIAZARYAN, L. **Sobre a interação da marcação de caso e a definitude no Armênio**. São Paulo, 2005. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

